FUNDAÇÃO COI

de mãos dadas com a solidariedade

Pinhal Novo
1980

AO SERVIÇO DA COMUNIDADE

RELATÓRIO BALANÇO & CONTAS 2018

www.fundacao-coi.pt
fundacao@fundacao-coi.pt

MISSÃO

Contribuir para a promoção do Concelho de Palmela, particularmente da Freguesia de Pinhal Novo e sua população, através da concessão de bens e da prestação de serviços de apoio a crianças e a jovens, apoio à família, apoio à integração social e comunitária.
Proteger os cidadãos na velhice e invalidez e em todas as situações de falta de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho, em parceria com outras entidades da Rede Social e serviços competentes, públicos ou privados.
Tem ainda como objetivo a cooperação no âmbito nacional e internacional e a educação e a formação profissional dos cidadãos, no sentido de contribuir para combater os fenómenos que levam à exclusão e desproteção social.

VISÃO

Criar estruturas sociais e de apoio ao cidadão, enquanto individuo, e às famílias, durante todo o seu ciclo de vida, desde o nascimento até ao período de envelhecimento.
Combater os factores de exclusão social e fomentar os valores de cidadania, contribuindo assim para uma sociedade mais justa, tanto a nível local, como nacional e internacional.

VALORES

- Solidariedade
- Igualdade
- Fraternidade
- Liberdade

POLÍTICA DE QUALIDADE

A Política da Qualidade da Fundação COI, visa a prestação de Serviços Sociais de Qualidade aos cidadãos da comunidade em que se insere, durante todo o seu ciclo de vida, os quais se traduzem no apoio a crianças, jovens, idosos, portadores de deficiência, à família em geral e apoio à integração social e comunitária.
(...)
Todos os princípios reguladores da política de qualidade da Fundação se aplicam igualmente nas suas relações externas, tanto ao nível das parcerias e trabalho no contexto da Rede Social do Concelho, Nacional e Internacional, bem como nas relações com os seus fornecedores.
A Gestão das atividades da Fundação assenta numa estratégia de diversificação das Respostas Sociais e na criação de atividades ou serviços, geradores de recursos, assentes numa economia de escala, por forma a promover o seu crescimento de forma sustentada e a sua progressiva autonomia financeira.
A política de Qualidade da Fundação COI será continuamente revista e melhorada de acordo com os resultados da monitorização dos seus processos de funcionamento, privilegiando a prevenção em detrimento da correção, para que se mantenha apropriada, numa perspetiva de melhoria contínua.

POLÍTICA AMBIENTAL

A Fundação COI assume o compromisso de contribuir para a preservação do meio ambiente, melhorar continuamente o seu desempenho ambiental e atuar na prevenção da poluição, cumprindo a legislação e requisitos em vigor. Sempre na perspetiva de melhoria continua, a Fundação promove a consciencialização e o envolvimento de todos os colaboradores.

Neste âmbito, a política ambiental da Fundação COI tem em conta a necessidade de minimizar a produção de resíduos bem como o consumo de recursos, através de medidas de redução, reutilização e reciclagem.
Na persecução da constante melhoria, são definidos objetivos concretos, que são periodicamente monitorizados e revistos.

Índice

Órgãos Sociais 7
Marcos Históricos 8
Desempenho Ambiental 13
Estratégia Organizacional 14
Organograma 16
Sumário Executivo 18
Relações com a Comunidade e Parcerias 21

Parte I - Atividade da Fundação

1. ÁREA DE INFÂNCIA E JUVENTUDE 30
1.1. CRECHE E JARDIM DE INFÂNCIA 30
1.2. CRECHE E JARDIM DE INFÂNCIA 31
1.3. ENSINO BÁSICO (1.º CICLO) 32
2. ÁREA DE ACOLHIMENTO 33
2.1. CENTRO DE ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO 0-6 (CATI) 33
2.2. CENTRO DE ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO 12-18 (CATII) 34
2.3. LAR DE CRIANÇAS E JOVENS (LCJ) 35
2.4. CASA ABRIGO DOLORES (CAD) 36
3. CENTRO INTEGRADO DE APOIO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA 37
3.1. LAR RESIDENCIAL (LR) 37
3.2. RESIDÊNCIA AUTÓNOMA (RA) 37
3.3. CENTRO DE ATIVIDADES OCUPACIONAIS (CAO) 37
4. ÁREA DE IDOSOS 39
4.1. RESIDÊNCIA DE IDOSOS 39
4.2. SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO 39
5. GABINETE DE APOIO À COMUNIDADE – INSERÇÃO SOCIAL 41
5.1. EQUIPA DE APOIO A BENEFICIÁRIOS DO RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO 41
5.2. GABINETE DE ACONSELHAMENTO PSICOLÓGICO 41
5.3. PROGRAMA OPERACIONAL DE APOIO ÀS PESSOAS MAIS CARENCIADAS (PO APMC) 41
5.4. CENTRO DE APOIO FAMILIAR E ACONSELHAMENTO PARENTAL (CAFAP) 42
5.5. LOJA SOCIAL 42
5.6. CANTINA SOCIAL 43
5.7. BANCO DE AJUDAS TÉCNICAS 43
5.8. CONTRATOS LOCAIS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL – 3ª GERAÇÃO (CLDS-3G PALMELA) 43
5.9. PROGRAMA INCORPORA 44
6. SUSTENTABILIDADE ECONÓMICO – FINANCEIRA 45
6.1. FARMATURAL 45
6.2. CLINICOI, CENTRO DE FISIOTERAPIA E CLINICOI CENTRO 45
6.3. QUINTA PEDAGÓGICA 46

Parte II - Balanço Social

1. Funcionamento 49
1.1. Resultados de Desempenho – Benchmarking Interno 49
1.2. Avaliação de Fornecedores (Produtos, Serviços e Subcontratados) 52
1.3. Avaliação de Parcerias (Protocolos Estabelecidos) 53
1.4. Avaliação de Satisfação Colaboradores, Clientes e Parceiros 55
1.5. Movimento de Viaturas 57
1.6. Refeições Servidas 57
1.7. Saúde e Segurança no Trabalho 57

2. Recursos Humanos 60
2.1. Pessoal ao Serviço por Tipo de Contrato, Escalão Etário e Género 60
2.2. Movimentação de Pessoal por Categoria Profissional 61
2.3. Áreas Profissionais desenvolvidas através de Contrato de Prestação de Serviços 61
2.4. Programas de Estágio Profissional/Emprego 61
2.5. Projetos Contrato Emprego-Inserção (CEI) e Contrato Emprego-Inserção + (CEI+) 62
2.6. Voluntariado 62
2.7. Dias de Ausência ao Trabalho por Tipo de Falta 62
2.8. Ações de Formação 63

3. Clientes 65
3.1. Gasto Médio Mensal do Cliente por Resposta Social 65
3.2. Movimento de Clientes na Área da Infância e Juventude 66
3.2.1. Clientes da Creche, Pré-Escolar, 1.º Ciclo e C.A.T.L. 66
3.2.2. Distribuição de Clientes por Resposta Social e Escalão 66

FUNDAÇÃO COI * AO SERVIÇO DA COMUNIDADE

3.3. Movimento de Clientes na Área de Acolhimento 67
3.4. Movimento de Clientes na Área para Portadores de Deficiência 67
3.5. Movimento de Clientes na Área de Idosos 67

Parte III - Contas de Gerência

Análise Gráfica
Balanço 70
Demonstração de Resultados por Naturezas 70
Proposta de Aplicação do Resultado 70
Cash-Flow 71
Balanço 72
Demonstração de Resultados por Natureza 73
Mapa de Fundos Patrimoniais (N e N+1) 74
Demonstração dos Fluxos de Caixa 76
Anexo às Contas de Gerência 77
Parecer do Conselho Fiscal 103
Certificação Legal das Contas 104

Índice de Gráficos

Gráfico 01 – Evolução Anual dos Quilómetros Percorridos pelas Viaturas 57
Gráfico 02 – Evolução Anual das Refeições Servidas 57
Gráfico 03 – Evolução Anual dos Exames Realizados – Medicina do Trabalho 57
Gráfico 04 – Evolução Anual dos Exames Realizados por Tipo 58
Gráfico 05 – Vacinação de clientes por resposta social e colaboradores 58
Gráfico 06 – Evolução Anual dos Colaboradores por Tipo de Contrato 60
Gráfico 07 – Evolução Anual dos Colaboradores por Género 60
Gráfico 08 – Evolução Anual das Movimentações de Pessoal 60
Gráfico 09 – Áreas profissionais Contratos de Prestação de Serviços 61
Gráfico 10 – Evolução Anual dos Programas de Estágio Profissional/Emprego 61
Gráfico 11 – Evolução Anual dos Programas de Contrato Emprego-Inserção 61
Gráfico 12 – Evolução Anual dos Voluntários 62
Gráfico 13 – Evolução dos Dias de Ausência ao Trabalho 62
Gráfico 14 – Evolução da Taxa de Absentismo 62
Gráfico 15 – Evolução Anual das Horas de Formação por Tipo 63
Gráfico 16 – Evolução Anual das Horas de Formação por Grupo de Pessoal 63
Gráfico 17 - Evolução Anual do Gasto Médio Cliente/Mês por Resposta Social 65
Gráfico 18 – Evolução Anual da Movimentação de Clientes na Área de Infância e Juventude 66
Gráfico 19 – Evolução Anual da Distribuição de Clientes na Área de Infância e Juventude 66
Gráfico 20 – Evolução Anual da Distribuição de Clientes por Escalão na Área de Infância e Juventude 66
Gráfico 21 – Evolução Anual da Movimentação de Clientes na Área do Acolhimento 67
Gráfico 22 – Evolução Anual da Movimentação de Clientes na Área dos Portadores de Deficiência 67
Gráfico 23 – Evolução Anual da Movimentação de Clientes na Área dos Idosos 67
Gráfico 24 – Evolução Anual do Tipo de Serviços Prestados aos Clientes do SAD 68
Gráfico 25 - Evolução Anual do Ativo, Passivo e Fundos Patrimoniais – Balanço 70
Gráfico 26 - Evolução Anual dos Resultados por Natureza - Demonstração de Resultados 70
Gráfico 27 - Evolução Anual do Cash-Flow 71

A FUNDAÇÃO COI

Órgãos Sociais
Marcos Históricos
Desempenho Ambiental
Estratégia Organizacional
Organograma da Fundação

FUNDAÇÃO COI * AO SERVIÇO DA COMUNIDADE

Órgãos Sociais

Conselho Consultivo

Elisabete Raposo Vidal
Personalidade designada pelo Conselho de Curadores

Anabela Simplício Brinca Coimbra
Personalidade designada pelo Conselho de Curadores

Maria Otília dos Santos Alegria Barbosa
Personalidade designada pelo Conselho de Curadores

Sandrine Palhinhas
Personalidade designada pelo Presidente da Câmara Municipal de Palmela

Isabel Mercês da Silva Costa
Personalidade designada pelo Presidente da Junta de Freguesia do Pinhal Novo

Yanina Renee del R. Saldana Calle
Membro eleito entre os trabalhadores da Fundação

Conselho de Curadores

Nuno Duarte Cabrita Pacheco
Presidente

Nuno Filipe Oliveira Godinho
Secretário

Joaquim Augusto Osório Tomás

Maria de Lourdes Pereira Sanches Ramos

José Carlos Matias de Sousa

Maria Celeste Paulo José de Oliveira

Cesaltina Maria Cerqueira Alegria

Manuel Joaquim Pereira Marques

Maria José Silva do Carmo

Conselho de Administração

Carlos Marques Taleço
Presidente

Mara Machado Ribeiro Rebelo
Vogal

José Roderico Piegas
Vogal

Conselho Fiscal

Armando Augusto Dias
Presidente

Sérgio Manuel Guerreiro Martins Caeiro
Vogal

Pedro Manuel Afonso Pereira
Vogal

Marcos Históricos

1980 O Centro de Ocupação Infantil (C.O.I) iniciou a sua atividade a 28 de Maio de 1980. Surgiu da necessidade sentida por um grupo de pais, em assegurar aos seus filhos, um espaço lúdico/educativo que os acompanhasse diariamente nos períodos em que, por motivos profissionais, a família não o podia fazer, nem a escola oferecia resposta.

1981 Foi constituído por escritura pública em 23 de Fevereiro de 1981, na Secretaria Notarial de Setúbal, tendo a sua publicação sido feita no Diário da República de 28 de Abril de 1981. No início de 1981, foram adquiridas instalações e o COI inaugura a resposta social Atividade de Tempos Livres, a cerca de 30 crianças. Colmatando assim esta necessidade da Comunidade.
Foi oficialmente reconhecido como Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), com o estatuto de Pessoa Coletiva de Utilidade Pública a 19 de Setembro de 1981, sendo registado no livro das Associações de Solidariedade Social.

1982 Em 1982, procurando dar resposta às solicitações da comunidade, alarga o seu âmbito de intervenção à resposta social Jardim Infantil, passando a acolher crianças com idades compreendidas entre os três e os cinco anos.

1987 Em Maio de 1987 transferiu-se para o atual edifício na Av. Zeca Afonso, instalações construídas e cedidas pela Câmara Municipal de Palmela, com o objetivo de alargar o âmbito da sua intervenção social abrindo a resposta social creche

1990 Em 1990 obteve alvará para a lecionação do 1º Ciclo. No mesmo ano alarga a sua ação à Herdade de Rio Frio, desenvolvendo aí atividades na área de Creche e Jardim de Infância, além de ocupação de tempos livres em férias, atividades culturais e recreativas.

1995 Posteriormente, a 3 de Março de 1995, aprovou em Assembleia Geral, alterações aos estatutos, tendo o seu averbamento sido efetuado em 18 de Maio de 1995, nos termos do Nº2 do Artº13 do livro das Associações de Solidariedade Social, passando o Artigo Terceiro do Estatutos da Instituição a ter a seguinte redação:

a) Creches e Jardins de Infância
b) Centros de Atividades de Tempos Livres
c) Lares de Apoio a Crianças e Jovens
d) Lares e Centros de Dia ou de Convívio para Idosos
e) Colónias de Férias
f) Comunidades Terapêuticas, Centros de Dia para Toxicodependentes e Lares de Reinserção
g) Centros Comunitários e Interinstitucionais de Intervenção Sócio Educativa
h) Creche Familiar e Apoio Domiciliário"

2001 Esta nova formulação dos Estatutos permitiu o alargamento a outras áreas de atividade social e a 4 de Outubro de 2001, inaugurou-se um Centro de Acolhimento Temporário para Crianças em Risco, dos 0 aos 6 anos, nas suas instalações de Rio Frio.

2003 A 10 de Janeiro de 2003 foi ainda aprovada, em Assembleia Geral, nova alteração ao artigo 3.º dos estatutos no sentido de dar resposta a novas realidades socioeconómicas da freguesia, tendo sido incluída a alínea i) Criar e fomentar oportunidades, programas de formação profissional e medidas de Inserção Social, quer segundo projetos da sua própria iniciativa, quer mediante acordos com outras Relatório e Contas 2013 10 | Fundação COI entidades, públicas ou privadas;
Esta nova formulação permitiu o alargamento da atividade à Formação Profissional na área social, iniciando-se e concluindo o processo de certificação, como entidade formadora pelo então Instituto da Qualidade de Formação, reconhecimento que ainda se mantém.
A 14 de Fevereiro de 2003, foi inaugurada a Residência de Idosos, com capacidade para 30 Idosos, iniciando-se uma nova perspetiva de intervenção social, intergeracional, no âmbito do projeto Ser Criança Ser Idoso.

2004 Em 2003, foram feitas as obras de remodelação/adaptação de um imóvel para a abertura de um Lar de Crianças e Jovens. Este equipamento, cuja inauguração teve lugar a 28 de Fevereiro de 2004, proporciona acolhimento prolongado a um grupo de 14 crianças e jovens de ambos os sexos, abrangendo uma faixa estaria dos 0 aos 18 anos, podendo ser encaminhados pelo Tribunal de Família e Menores, pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens ou pela Segurança Social.

2005 Em 2005 foi adquirido um imóvel, que após sofrer as remodelações necessárias, para acolher a resposta social um Centro de Acolhimento Temporário para a faixa etária dos 12 aos 18 anos, resposta social inexistente até ao momento, no Concelho de Palmela, cuja inauguração veio a acontecer em 21 de Dezembro de 2007.
Em continuidade do projeto Ser Criança, Ser Idoso, em Setembro de 2005, iniciou-se um Serviço de Apoio Domiciliário no sentido de dar resposta a idosos que, com o devido apoio, podem permanecer na sua casa, de forma a retardar o seu processo de envelhecimento e/ou integração em Lar de Idosos.
Devido à forte dinâmica de crescimento da Instituição e após decisão em Assembleia Geral, iniciou-se o processo de mudança da figura jurídica de associação Centro de Ocupação Infantil, para uma Fundação IPSS.
Em Dezembro 2005 é lavrada escritura pública através da qual se inicia o processo de extinção da Associação Centro de Ocupação Infantil e da transferência de todas as obrigações e direitos daí decorrentes para a então constituída FUNDAÇÃO COI. Em tal data verifica-se a publicação na 3.ª Série do Diário da República, dos Estatutos.

2006 A 10 de Fevereiro de 2006 é entregue o processo, devidamente instruído, para reconhecimento da Fundação COI, no Ministério do Trabalho e Segurança Social.
Por despacho de 05/12/2006 do Secretário de Estado da Segurança Social é conferido o estatuto de Fundação de Solidariedade Social e de Utilidade Pública, sendo o registo lavrado em 27/12/2006 pela inscrição nº25/05 nas fls.115 e 116 do livro nº 6 das Fundações de Solidariedade Social, e publicado em 13 de Fevereiro de 2006, na 3.ª Série do Diário da República.

2007 A 16 de Março de 2007 realiza-se a cerimónia de tomada de posse dos membros do Conselho de Fundadores e do Conselho de Administração. Administrativamente, a Fundação dá continuidade à atividade exercida pela Associação Centro de Ocupação Infantil a partir de 01 de Abril de 2007 e em 2 de Julho deste mesmo ano tomam posse o Conselho Consultivo e o Conselho Fiscal.
Em Novembro de 2007 foi inaugurado um Espaço de Saúde "Farmatural", com o intuito de criar mecanismos de autofinanciamento tendo em vista a sustentabilidade económico-financeira na percussão da Missão, Visão e Valores da Fundação COI.
A 21 de Dezembro de 2007 é inaugurado o Centro de Acolhimento Temporário para a faixa etária dos 12 aos 18 anos resposta social inexistente até ao momento, no Concelho de Palmela.

2008 Em Novembro de 2008, foram inauguradas as novas instalações do Centro de Acolhimento Temporário para Crianças em Risco I (0 - 6 anos), obra cofinanciada pelo Fundo Social Europeu, situada na zona sul de Pinhal Novo. Trata-se de um novo edifício, construído de raiz e que permitiu aumentar o número de respostas até então existentes, para 20 e acoplou também uma nova estrutura de creche, com capacidade para 66 clientes.

2009 Em Outubro de 2009 foi inaugurado o Núcleo Museológico da "Casa Caramela" e a Quinta Pedagógica, um espaço lúdico e educativo inovador (Moderno Conceito de Eco Educação), ao ar livre, no qual se desenvolvem estratégias de sensibilização para a preservação dos valores culturais, patrimoniais e ambientais da região Caramela.
Em Julho de 2009 foi efetuada uma candidatura ao Programa Modelar, com vista à construção de uma Unidade de Cuidados Continuados Integrados, na tipologia de Longa Duração e Manutenção.
Em Dezembro de 2009, através de candidatura a financiamento da Fundação Calouste Gulbenkian foi possível desenvolver um projeto de Banco de Ajudas Técnicas, resposta esta que abrange as pessoas que, estando a residir no seu domicílio, necessitam de equipamentos que lhes facilitem a mobilidade e o regular funcionamento da sua vida diária.
Ainda, em Dezembro de 2009 foi assinado um protocolo com o Centro Distrital da Segurança Social para o desenvolvimento de um Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP), como atividade complementar aos Centros de Acolhimento e Lar de Jovens, assim como complementar no apoio familiar dado no âmbito das duas equipas do Rendimento Social de Inserção, nas freguesias de Pinhal Novo e Poceirão.

2010 A 29 de Maio de 2010, foi inaugurado um Lar Residencial e Residência Autónoma, projetos direcionados para a população portadora de deficiência, projeto que foi alvo de candidatura ao Programa Pares.
Em Junho de 2010 foi assinado o contrato de atribuição de apoios financeiros a pessoas coletivas privadas sem fins lucrativos, entre a Fundação COI e a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (ARSLVT, IP), para a construção de raiz de uma Unidade de Cuidados Continuados Integrados de Longa Duração e Manutenção, inserido no âmbito do Programa Modelar e da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados.
Em 13 de Outubro de 2010 foi inaugurada a "CliniCOI", que sendo uma Unidade Privada de Saúde, vem criar um serviço especializado nesta área, que apoia as respostas sociais da instituição e, simultaneamente cria mais um recurso disponível à comunidade. Por outro lado, surge na perspetiva de dinamizar a política económica de desenvolvimento sustentado da Fundação.

2012 Em janeiro foi inaugurada a Loja Social que visa dar uma resposta solidária, de intervenção na emergência social.
Em abril foi assinado protocolo com o Instituto de Segurança Social ao abrigo do Programa de Emergência Alimentar, para a abertura de uma Cantina Social, que representa uma medida de apoio alimentar imediato, num total de 65 refeições.
Abertura e entrada em funcionamento da Residência Autónoma, já inaugurada em 29 de Maio de 2010, tendo-se assinado o Acordo de Cooperação com a Segurança Social, cuja instrução de processo para solicitação de acordo

2013 A Fundação COI inaugurou a primeira casa abrigo para mulheres em risco do Concelho de Palmela, a "Comunidade de Inserção" (aguarda celebração de protocolo de cooperação com o Instituto de Segurança Social, I.P..
A Fundação COI alcançou a Certificação Total de Conformidade referente à Certificação ISO 9001:2008 e Certificação dos Modelos de Avaliação da Qualidade das Respostas Sociais (MAQRS) – Nível A.
Em Dezembro de 2013 foi celebrado um protocolo com Instituto da Segurança Social I.P., para o Alojamento de Emergência Social (AES), com capacidade para 14 utentes, em apartamentos da Fundação COI, localizados no Montijo.
Foi celebrado o Protocolo com o Instituto de Segurança Social, I.P. em Dezembro de 2013 para Resposta Social "Centro de Atividades Ocupacionais" (CAO), encontrando-se a funcionar desde essa data. O CAO é um equipamento complementar ao Lar Residencial e Residência Autónoma. No mesmo edifício (Lar Residencial, Residência Autónoma e CAO), no segundo piso, foram criadas instalações de fisioterapia, que funcionarão de forma integrada com as restantes respostas sociais e disponível à comunidade. No seu conjunto, formam um complexo integrado de apoio à deficiência.
Clinicoi – com vista ao alargamento da prestação dos serviços de saúde, justificado pelo aumento de procura dos seus serviços, foi adquirido o 1.º andar esquerdo do prédio urbano onde se encontra já instalada.
Para as Creches da sede e Vila Bela foi aprovada a comparticipação complementar mensal, prevista para as respostas sociais de creche que praticam um horário de funcionamento superior a 11 horas diárias.

2014 Em fevereiro de 2014, foi adquirido um novo apartamento no Montijo ao Instituto de Gestão Financeira do Instituto de Segurança Social, tendo sido alvo de remodelação com vista ao reforço da resposta urgente de alojamento transitório, integrado na Rede de Emergência Nacional.
Em fevereiro de 2014, a Fundação COI foi certificada pela Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT), como entidade formadora nas seguintes áreas: 090 – Desenvolvimento Pessoal; 222 – Línguas e literaturas estrangeiras; 347 – Enquadramento na organização/empresa; 482 – Informática na ótica do utilizador; 723 – Enfermagem; 761 – Serviços de apoio a crianças e jovens; 762 – Trabalho social e orientação; 814 – Serviços domésticos; 862 – Segurança e higiene no trabalho.
De forma a alargar a oferta dos bens e produtos da Loja Social, entrou em pleno funcionamento a Loja Social do Poceirão.
Em março de 2014, foi prorrogada a convenção da rede solidária de cantinas sociais, tendo sido alargada a oferta diária de refeições para as 100 refeições diárias.
Em novembro de 2014 o Centro de Atividades Ocupacionais (CAO) que já esteve no seu funcionamento pleno certificou o seu sistema de gestão da qualidade pela Norma ISO 9001:2008, e ainda alcançou o nível A de certificação pelos manuais da qualidade do instituto da segurança social. Desta forma foi estendida a certificação da Fundação COI a mais uma resposta social.

2015 Em setembro de 2015 foi realizada uma candidatura ao Programa Contratos Locais de Desenvolvimento Social – 3ª Geração (CLDS-3G). O projeto apresentado, constitui um instrumento de política social de proximidade e que teve por base dois instrumentos de planeamento concelhios: Plano de Desenvolvimento Social e Diagnóstico Social, isto porque a Fundação COI foi escolhida pelo Conselho Local de Ação Social de Palmela, como Entidade Coordenadora Local da Parceria. Nesta sequência, convidou como Entidades Locais Executoras das Ações o Centro Social da Quinta do Anjo e a ADREPES (Associação de Desenvolvimento Regional da Península de Setúbal).

Em outubro de 2015, foi celebrado um Protocolo com a Plataforma de Apoio aos Refugiados (PAR), no qual a Fundação COI se disponibiliza a acolher e prestar o apoio necessário à integração de três famílias de refugiados. As famílias ficarão instaladas em três dos apartamentos localizados no Montijo.

Em Novembro de 2015, a Fundação COI festejou o seu trigésimo quinto aniversário (35 anos de existência, completados no dia 2 de fevereiro de 2015). Este marco foi comemorado durante uma semana com a realização de diversos eventos que culminou na realização do Seminário "Fundação COI – 35 anos a Impulsionar o Desenvolvimento Social da Comunidade" que pretendeu dar a conhecer aos parceiros e colaboradores da instituição a sua história, desde a sua génese até à data, e promover um momento de reflexão e debate sobre o impacto que esta instituição teve na comunidade, e do impacto que as IPSS, em geral, têm na economia das comunidades. Este foi o momento escolhido para fazer um balanço, após três décadas de terceiro setor em Portugal, estabelecer comparações e promover a discussão relativamente ao futuro deste setor, das IPSS e da comunidade. Marcaram presença uma centena de convidados, de entre os quais destaca-se a presença de representantes de organismos públicos e instituições nacionais de carácter social.

Em dezembro de 2015, a Fundação COI ganhou o primeiro lugar, após candidatura realizada ao "Prémio Redes para o Desenvolvimento". Trata-se de um projecto para a promoção da educação para a cidadania global no Concelho de Palmela, através de sessões de sensibilização e atividades práticas no âmbito dos dezassete novos objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. O projecto terá a duração de 8 meses, terminando em agosto de 2016.

No final do ano de 2015, inaugurou-se o Centro de Fisioterapia, concluindo-se o propósito de reunir num único edifício (Centro Integrado de Apoio à Pessoa com Deficiência), um conjunto de serviços de apoio a pessoas com deficiência, institucionalizada ou não: Lar Residencial; Residência Autónoma; Centro de Atividades Ocupacionais e Centro de Fisioterapia.

2016 Em Janeiro de 2016, iniciou-se o protocolo com o Centro Hospitalar de Setúbal, EPE para o fornecimento de "M. Comp. Terap. – Fisioterapia, para o ano de 2016". Com este acordo que tem a duração de um ano o Centro de Fisioterapia, começou a receber utentes referenciados pelo Centro Hospitalar de Setúbal para consulta e tratamentos de medicina física e de reabilitação;

Em abril de 2016, no âmbito do protocolo com a Plataforma de Apoio aos Refugiados (PAR), recebemos a primeira família de refugiados (um casal com uma criança menor), sendo que em outubro de 2016 recebemos a segunda família (dois adultos e duas crianças);

Nos dias 15 e 16 de junho foi uma das entidades convidadas a dar o seu testemunho no Seminário "Migrantes e Refugiados na Europa: as crianças e os jovens. Entre o terreno e as escolhas políticas" organizado pela ESAN, que decorreu no Comité Económico e Social Europeu.

Em julho de 2016, foi assinado o protocolo de Cooperação com o Instituto de Segurança Social, I.P. – Centro Distrital de Setúbal para o funcionamento da Casa Abrigo Dolores. Em agosto de 2016, iniciou o funcionamento da Casa Abrigo Dolores. Esta estrutura dá resposta a 12 utentes, mulheres vítimas de violência doméstica, acompanhadas ou não dos respetivos filhos menores;

No final do primeiro semestre de 2016, a Fundação efetuou a renovação da certificação da qualidade por mais um ciclo de três anos. Assim, a Fundação manteve a dupla certificação inicial de certificação da qualidade pelos manuais da qualidade do Instituto de Segurança Social, I.P. e pela Norma Portuguesa ISO 9001:2008;

Em agosto de 2016, foi aprovada a candidatura ao projetoContratos Locais de Desenvolvimento Social – 3ª Geração [CLDS-3G Palmela (Ganhar competências, gerar oportunidades e garantir emprego], sendo que em outubro de 2016 deu-se inicio ao programa que será dinamizado durante 3 anos (2016/2019), com os seguintes eixos de intervenção: Eixo 1. Emprego formação e qualificação; Eixo 2. Intervenção familiar e parental, preventiva da pobreza infantil; Eixo 3. Capacitação da comunidade e das instituições.oportunidades e garantir emprego], sendo que em outubro de 2016 deu-se inicio ao programa que será dinamizado durante 3 anos (2016/2019), com os seguintes eixos de intervenção: *Eixo 1. Emprego formação e qualificação*; *Eixo 2. Intervenção familiar e parental, preventiva da pobreza infantil*; *Eixo 3. Capacitação da comunidade e das instituições.*

2017 A 19 de janeiro de 2017, o Pré-escolar e o 1º Ciclo do Ensino Básico receberam os Prémios do Concurso de Ideias pelos projetos de complementaridade apresentados à 15.ª Edição do Prémio Fundação Ilídio Pinho "Ciência na Escola", com o título "Plantar em Hidroponia e colher Filantropia...será possível?";
Em março de 2017, no seguimento de uma candidatura submetida no âmbito do FAMI - Fundo Asilo, Migração e Integração - no âmbito 02 – Integração e Migração Legal, recebeu uma convenção de subvenção enquanto entidade promotora de ações no âmbito da aprendizagem da língua portuguesa por nacionais de países terceiros;
Ainda no mês de Março assina o Acordo Tripartido com a CNIS – Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade – e a Metadrasi, associação grega, para o acolhimento de cinco jovens migrantes privados de cuidados parentais.
Em maio de 2017 foi constituído o Direito de Superfície para a Fundação COI sobre o edifício da sede por um período de cinquenta anos.
No mês de julho de 2017 foi adquirido um edifício destinado a acolher as novas instalações da Clinicoi e Farmatural, localizado no centro da Vila de Pinhal Novo, o qual foi alvo de obras de remodelação no decorrer deste mesmo ano.
A 30 de novembro de 2017, associa-se, pela primeira vez, às comemorações do Dia Europeu das Fundações e Doadores com a realização de uma sessão comemorativa que decorreu no período da manhã no edifício sede. Esta sessão pretendeu dar a conhecer o que é a Economia Social, a importância e o impacto das Fundações nas comunidades em que se inscrevem, e, por outro lado, motivar a comunidade para a participação cívica.
Em outubro de 2017 dá início à implementação do Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas – PO APMC – na qualidade de organização parceira, na modalidade (b) Mediadora, à qual cabe a distribuição direta dos géneros alimentares aos destinatários finais.
A 10 de novembro de 2017 a "Chama da Solidariedade 2017/2018" foi recebida no Concelho de Palmela e foi entregue à Fundação COI, na qualidade de instituição anfitriã escolhida para dinamizar um conjunto de iniciativas com vista ao envolvimento da comunidade e Instituições Particulares de Solidariedade Social da Freguesia do Pinhal Novo e da União de Freguesias de Poceirão e Marateca, em torno do conceito da solidariedade. Em dezembro de 2017, no âmbito dos protocolos de cooperação da Segurança Social celebrados para o Lar Residencial e para o Centro de Atividades Ocupacionais, alargou-se o número de vagas protocoladas, em mais uma, para cada uma destas respostas sociais, passando assim para uma capacidade de 25 e 14 utentes, respetivamente.
Em 2017,deu seguimento aos esforços destinados a constituir a Associação Universidade Sénior de Palmela, a par de um conjunto de entidades, coletivas e individuais, com experiência e competências na área da participação social. A Universidade Sénior de Palmela é uma iniciativa de vertente socioeducativa e lúdica que visa a valorização da cidadania ativa dos nossos seniores, promovendo também fatores como a intergeracionalidade e a aprendizagem ao longo da vida.

2018 Na sequência de candidatura apresentada ao programa Eficiência Energética Solidária, e tendo sido selecionados, foi-nos instalado nas nossas instalações um medidor de consumo, que nos permite verificar a cada momento os consumos.
Em Maio de 2018, no seguimento da publicação do Regulamento 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 que revoga a Diretiva 95/46/CE e a legislação de cada Estado-Membro filiada na mesma, e vem alterar o regime jurídico da proteção de pessoas singulares no plano do tratamento de dados pessoais e da livre circulação desses dados, foi implementado na Fundação COI o RGPD.
Em Setembro 2018, A Fundação COI assinou um Protocolo de Cooperação com a Palmela Desporto. O protocolo tem como objetivo definir as condições do apoio da Palmela Desporto à Fundação COI e a casos sociais individuais enquadrados pela instituição que, pela sua especificidade, justifiquem um apoio especial, no âmbito da política de responsabilidade social da empresa. Por outro lado, a Fundação COI compromete-se a apoiar e possibilitar aos atletas e trabalhadores da Palmela Desporto algumas valências de que dispõem ao nível da componente médica, cultural e recreativa.
Em Outubro de 2018, a Fundação COI promoveu um Seminário sobre as "Políticas Públicas para a 4ª Idade", que se realizou no Auditório Municipal de Pinhal Novo. Pretendeu-se com esta iniciativa promover o debate relativamente à "4ª idade", cujo conceito e problemática fazem-se progressivamente mais presentes na nossa sociedade.
Em Outubro de 2018, associou-se às comemorações do Dia Europeu das Fundações e Doadores com a realização de uma sessão comemorativa que decorreu no edifício sede. Esta sessão pretendeu dar a conhecer o que é a Economia Social, a importância e o impacto das Fundações nas comunidades em que se inscrevem, e, por outro lado, motivar a comunidade para a participação cívica.
Em Novembro de 2018, foi apresentada aos órgãos sociais proposta de reativação do Processo de Construção e Exploração de UCCI - Unidade de Cuidados Continuados Integrados, ao abrigo do Programa PQCAPI (Projeto Qualificação das Comunidades Amigas das Pessoas Idosas).
Em Novembro de 2018, foi apresentada aos órgãos sociais proposta de Contrato de Locação Financeira Imobiliária de Armazém, sito no Vale do Alecrim. A referida aquisição poderá dar resposta ao desenvolvimento de novas atividades que serão iniciadas por força de candidatura apresentada na área da deficiência, para reposição quer do arquivo geral da instituição, como de armazém geral, a possibilidade de criação de um auditório para a instituição e ainda a possibilidade de transferência de alguns serviços para o novo edifício
Em Novembro de 2018, foram inaugurados os dois novos espaços de saúde: CliniCOI e Farmatural Centro.

Desempenho Ambiental

A Fundação COI visa a prestação de serviços sociais de Qualidade aos cidadãos da comunidade em que se insere, durante todo o seu ciclo de vida, os quais se traduzem no apoio a crianças, jovens, idosos, portadores de deficiência, à família em geral e apoio à integração social e comunitária.

Assumimos pois o compromisso de contribuir para a preservação do meio ambiente, melhorar continuamente o nosso desempenho ambiental e atuar na prevenção da poluição, cumprindo a legislação e requisitos em vigor. Sempre na perspetiva de melhoria continua, a Fundação promove a consciencialização e o envolvimento de todos os colaboradores.

Neste âmbito, a nossa política ambiental tem em conta a necessidade de minimizar a produção de resíduos bem como o consumo de recursos, através de medidas de redução, reutilização e reciclagem.

Na persecução da constante melhoria, são definidos objetivos concretos, que são periodicamente monitorizados e revistos.

Medidas de Desempenho Ambiental Adotadas:

Redução de Desperdícios	Imprimir somente os documentos estritamente necessários ou já aprovados e, sempre que possível, imprimir em frente e verso; Reutilizar folhas de papel; Reduzir os desperdícios no consumo de água através da colocação de torneiras temporizadoras; Reduzir os desperdícios no consumo de energia através da utilização dos períodos de vazio; Reduzir nos consumos de combustíveis, através da racionalização dos percursos da frota automóvel e dos seus utilizadores; Produção de papel reciclado para confeção de postais de Natal e outros trabalhos nas respostas de apoio à infância.
Utilização de Materiais Reciclados	Produção; Comprar materiais reciclados, sempre que existam estejam materiais disponíveis no mercado.
Gestão de Resíduos	Tinteiros e toners, em colaboração com a AMI – Assistência Médica Internacional; Resíduos Hospitalares do Grupo III e IV, contrato cm a AmbiMed; Recolha de óleos alimentares, para reciclagem; Compostagem - Quinta Pedagógica; ETAR – Quinta Pedagógica.
Medidas de Poupança de Energia e Utilização de Energias Renováveis	Utilização de painéis solares em todas as respostas de acolhimento; Retirar carregadores da tomada; Desligar todos os equipamentos; Apagar as luzes sempre que não seja necessário no momento; Utilização de lâmpadas economizadoras; Não colocar comida quente dentro de arcas e frigoríficos, evitar de o abrir consecutivamente; Abrir as janelas para que a claridade e o calor entrem sem que seja necessário ligar os equipamentos eletrónicos; Utilizar as máquinas de lavar roupa e loiça sempre com carga máxima; Cozinhar de maneira a poupar energia tapando as panelas com tampas.

Estratégia Organizacional

Objetivos Estratégicos

- ✓ OE1. Manter um modelo sustentável e equilibrado de funcionamento
- ✓ OE2. Garantir a prestação de serviços de Qualidade aos clientes
- ✓ OE3. Consolidar a eficiência nos processos do Sistema de Gestão da Qualidade
- ✓ OE4. Observar boas práticas em gestão de pessoas e de competências
- ✓ OE5. Reforçar a imagem da FUNDAÇÃO COI junto de todas as partes interessadas
- ✓ OE6. Aumentar os níveis de motivação, de liderança e de alinhamento organizacional

FUNDAÇÃO COI * AO SERVIÇO DA COMUNIDADE

Mensuração dos Objetivos Estratégicos

Os objetivos estratégicos apresentados correspondem a indicadores e metas definidos nos processos chave da Fundação:

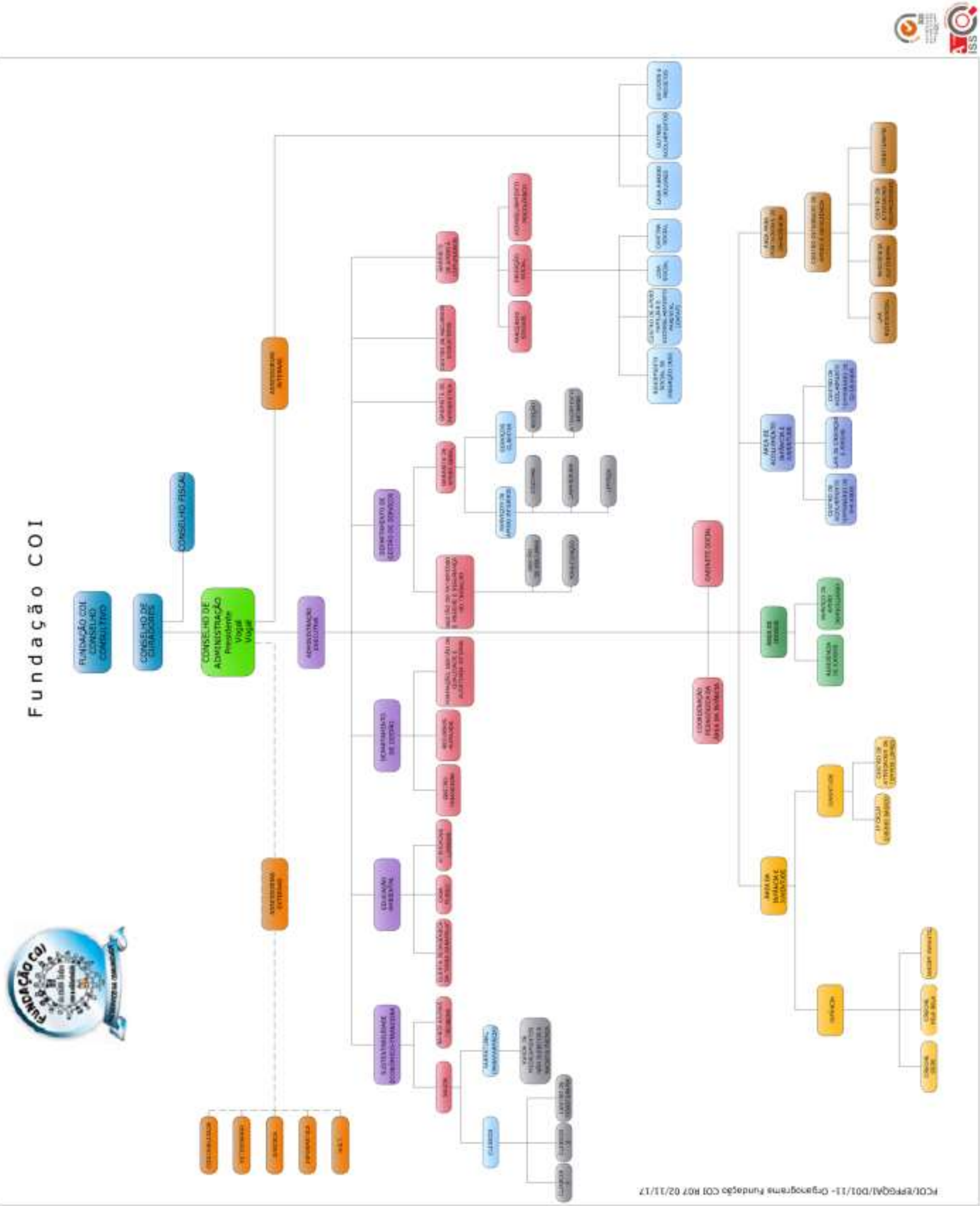
Processos de Gestão e Suporte

- ✓ Liderança
- ✓ Gabinete de Apoio Geral
- ✓ Gestão Financeira
- ✓ Gestão do Património, Higiene e Segurança no Trabalho
- ✓ Recursos Humanos
- ✓ Gabinete Social e de Psicologia
- ✓ Centro de Recursos Educativos
- ✓ Compras
- ✓ Lavandaria
- ✓ Transportes
- ✓ Medição, Análise e Melhoria

Processos de Realização

- ✓ Residência de Idosos
- ✓ Serviço de Apoio Domiciliário
- ✓ Centro de Acolhimento Temporário (0-6 anos)
- ✓ Centro de Acolhimento Temporário (12-18 anos)
- ✓ Lar de Crianças e Jovens
- ✓ Lar Residencial
- ✓ Residência Autónoma
- ✓ Centro de Atividades Ocupacionais
- ✓ Creche
- ✓ Pré – Escolar
- ✓ 1º Ciclo do Ensino Básico
- ✓ Centro de Atividades de Tempos Livres
- ✓ Centro de Apoio Familiar e de Aconselhamento Parental
- ✓ Aconselhamento Psicológico
- ✓ Quinta Pedagógica
- ✓ CliniCOI
- ✓ CliniCOI Centro
- ✓ Farmatural
- ✓ Farmatural Centro
- ✓ Banco de Ajudas Técnicas
- ✓ Casa Abrigo Dolores

Organograma



Sumário Executivo

Relações com a Comunidade e Parcerias

Envolvimento Internacional

Representações do Conselho de Administração

Agradecimentos do Conselho de Administração

FUNDAÇÃO COI * AO SERVIÇO DA COMUNIDADE

Sumário Executivo

Este relatório espelha a ação desenvolvida pela Fundação COI durante o ano de 2018, constituindo um balanço da atividade realizada nas áreas de intervenção social e de sustentabilidade, assim como os resultados económico-financeiros e execução orçamental atingidos na execução do plano de atividades/ação e orçamental.

Tendo como linha orientadora a nossa missão, visão e valores, concretizou-se a estratégia organizacional definida, tendo a sua execução sido possível com apoio dos nossos parceiros e colaboradores.

Tratando-se de um relatório, balanço e contas referente a todas as áreas da intervenção social, cultural e educativa da Fundação, encontram-se também incluídas as atividades transversais desenvolvidas com o envolvimento, apoio e participação dos nossos colaboradores, utentes e parceiros que contribuíram para a otimização dos recursos humanos, físicos e financeiros da Fundação.

Realçamos que toda a nossa atuação, assente no sistema de gestão da qualidade, com a dupla certificação de conformidade referente à **Certificação ISO 9001:2015** e **Certificação dos Modelos de Avaliação da Qualidade das Respostas Sociais (MAQRS) – Nível A**, vem ano após ano, traduzindo-se em maior responsabilidade social adquirida, mas também em maior eficiência e eficácia na execução, organização e gestão de todos os processos que a Fundação incorpora, permitindo evidenciar aos seus clientes e parceiros a qualidade dos serviços por si prestados.

"A Filantropia e Cultura Local", foi o tema abordado no ano de 2018. A temática surgiu dentro da temática trienal 2017/2019 e por proposta da Comissão Europeia o Parlamento Europeu que adotou a decisão que estabelece 2018 como o Ano Europeu do Património Cultural (AEPC 2018). O AEPC 2018 é enquadrado pelos grandes objetivos da promoção da diversidade cultural, do diálogo intercultural e da coesão social, visando chamar a atenção para o papel do património no desenvolvimento social e económico e nas relações externas da União Europeia.

Assim, considerou-se que a riqueza cultural e património local existente é de uma enorme importância na região, tendo-se durante todo o ano dinamizado variadas atividades alusivas à temática.

No ano 2018, e dentro da Política Ambiental definida pela Fundação COI, submetemos uma candidatura ao **Programa Integrado de Eficiência Energética para as IPSS,** o qual resulta de uma medida financiada no âmbito do Plano de Promoção da Eficiência no Consumo de Energia Elétrica (PPEC 2017-2018), aprovado pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), cujo Promotor é a RNAE - Associação das Agências de Energia e Ambiente (Rede Nacional). Tendo a Fundação COI sido uma das entidades que passou à segunda fase do concurso, fomos alvo de uma visita especializada ao edifício sede, onde foram identificados os pontos-chave que poderão contribuir para uma maior eficiência energética do edifício, tendo-nos sido igualmente instalado um sistema de verificação contínua dos gastos energéticos em cada local de consumo.

Em março de 2018, a Fundação COI submeteu uma candidatura ao **Programa Incorpora**, promovido pela Fundação "la Caixa", tendo sido uma das 32 instituições selecionadas, de entre 92 candidaturas válidas a nível nacional. O programa foi implementado nos distritos de Setúbal, Lisboa, Porto e Coimbra. No distrito de Setúbal, a Fundação COI integrou um núcleo formado com outras 4 instituições (as demais estão localizadas nos concelhos de Setúbal, Montijo e Barreiro). O Programa Incorpora assume o desafio de promover a integração socio laboral das pessoas em situação ou em risco de exclusão social, gerando oportunidades de integração nas empresas, com apoio e seguimento por parte do pessoal técnico do Programa. Em síntese, trata-se de um programa de intermediação que combina de forma ótima as necessidades do tecido social e empresarial, para assegurar o êxito da inserção laboral na empresa por parte das pessoas beneficiárias.

Demos continuidade ao Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas **– PO APMC** – na qualidade de organização parceira, juntamente com o Centro Social de Palmela, o Centro Social de Quinta do Anjo, a Associação Sol Crescente da Marateca e o Banco Alimentar de Setúbal, através do qual desenvolvemos ações de distribuição de géneros alimentares às pessoas mais carenciadas, e ações de acompanhamento associadas à operação de distribuição de géneros

alimentares, que permitem capacitar as famílias e/ou as pessoas mais carenciadas na seleção dos géneros alimentares, na prevenção do desperdício e na otimização da gestão do orçamento familiar.

Também o projeto Contratos Locais de Desenvolvimento Social – 3ª Geração **[CLDS-3G Palmela]** Ganhar competências, gerar oportunidades e garantir emprego], encontra-se a decorrer desde outubro de 2016 e será dinamizado durante 3 anos (2016/2019), com os seguintes eixos de intervenção: *Eixo 1. Emprego formação e qualificação*; *Eixo 2. Intervenção familiar e parental, preventiva da pobreza infantil*; *Eixo 3. Capacitação da comunidade e das instituições.* Trata-se de um projeto que visa colmatar eventuais falhas do Plano de Desenvolvimento Social do Concelho e encontra-se a ser desenvolvido com os parceiros Centro Social da Quinta do Anjo e Adrepes, sendo que a Fundação COI assume a coordenação do mesmo.

Também durante o ano 2018, deu-se seguimento aos esforços destinados a constituir a Associação **Universidade Sénior de Palmela**, a par de um conjunto de entidades, coletivas e individuais, com experiência e competências na área da participação social, na qual se inclui a Fundação COI. A Universidade Sénior de Palmela é uma iniciativa de vertente socioeducativa e lúdica que visa a valorização da cidadania ativa dos nossos seniores, promovendo também fatores como a intergeracionalidade e a aprendizagem ao longo da vida.

Em 2018, a Fundação COI associou-se, mais uma vez, às comemorações do **Dia Europeu das Fundações e Doadores** com a realização de uma sessão comemorativa que decorreu no edifício sede. Esta sessão pretendeu dar a conhecer o que é a Economia Social, a importância e o impacto das Fundações nas comunidades em que se inscrevem, e, por outro lado, motivar a comunidade para a participação cívica. Este tipo de iniciativa que funciona como **marketing social** (princípio da gestão das organizações da economia social) é especialmente importante e necessário na promoção da nossa atividade.

Em Outubro, a Fundação COI promoveu o **Seminário** sobre as "**Políticas Públicas para a 4ª Idade**", que se realizou no Auditório Municipal de Pinhal Novo. Pretendeu-se com esta iniciativa promover o debate relativamente à "4ª idade", cujo conceito e problemática fazem-se progressivamente mais presentes na nossa sociedade. O contexto demográfico atual e o contínuo crescimento deste segmento populacional (predominantemente acima dos 80 anos de idade) tornam premente o debate e relativamente à criação e adaptação das políticas públicas, por forma a garantir que, por um lado, esses cidadãos tenham satisfeitos os seus direitos e, por outro, que se tornem sustentáveis os sistemas sociais, que atualmente não demonstram estar preparados para esta nova realidade demográfica.
A Fundação COI, com os seus 38 anos de experiência, intervém diretamente nesse domínio, e neste sentido expressou o seu compromisso e a sua preocupação com a situação atual referente a esse segmento populacional. Foi precisamente por esta razão que a instituição promoveu esta oportunidade de debate, essencial para no contexto socioeconómico local, regional, nacional e comunitário, a qual contou com ilustres oradores e convidados.

Em 25 de maio de 2018, com a entrada em vigor do **Regulamento Geral de Proteção de Dados** (Regulamento 2016/679 do Parlamento Europeu e da Comissão Europeia), aprovado em 27 de abril de 2016, a Fundação COI implementou um conjunto de melhorias no seu sistema de gestão, por forma a reforçar o seu compromisso com a privacidade e proteção de dados pessoais de todos os intervenientes, nomeadamente a elaboração de um Procedimento Instrutório especificamente relacionado com a proteção de dados pessoais de clientes/utentes e de colaboradores. Esta e as demais medidas visam garantir o adequado fluxo de informações, bem como os mecanismos de segurança em todos os domínios de atuação. Além disso, a Fundação COI disponibilizou no seu website a sua Política de Privacidade e de Tratamento de Dados Pessoais, que integra os princípios gerais relacionados com a proteção de dados dos respetivos titulares.

Durante o ano 2018 e par do que tem vindo sempre a acontecer, continuou-se a trabalhar numa perspetiva de melhoria contínua nas **Respostas Sociais da área da educação, acolhimento e intervenção social**:

Em Agosto de 2018 apresentámos quatro candidaturas no âmbito do **Programa de Celebração ou Alargamento de Acordos de Cooperação para o Desenvolvimento de Respostas Sociais** (**PROCOOP**):

- **Apartamentos de Autonomização**: Consideramos que se trata de uma resposta deficitária, constituindo um grave problema para as instituições e para os jovens acolhidos, sem qualquer tipo de suporte familiar, o atingir da idade adulta. Ao atingir a maioridade verifica-se que dificilmente um jovem acolhido numa instituição terá capacidade e estruturas pessoais criadas para a sua completa autonomização. A Fundação COI dispõe de 2 apartamentos completamente mobilados e equipados para acolher estes jovens, sendo a capacidade de 3 jovens por apartamento.

- **Centro de Atendimento à Vitima:** A candidatura propôs a criação de uma estrutura de atendimento que dê resposta a um contexto social emergente de ascensão das estatísticas de violência doméstica, atuando dessa forma na primeira linha no combate à perpetuação desse fenómeno. Este serviço irá proporcionar um espaço de intervenção multidisciplinar abrangente, direcionado ao atendimento, ao acompanhamento, à orientação e à estabilização em situação de crise vivenciadas por vítimas de violência doméstica.
- **Alojamento de Emergência Social:** Considerando a necessidade de resposta urgente de alojamento transitório e temporário a prestar a grupos mais vulneráveis, o Alojamento de Emergência Social, será uma Resposta Social destinada ao acolhimento urgente e temporário de 5 indivíduos adultos ou famílias em situação de desabrigo no distrito de Setúbal, que terá como visão desenvolver um serviço diferenciado e de qualidade, complementar aos serviços existentes na comunidade e na própria Fundação COI, atuando no âmbito da intervenção social de apoio a famílias, e de indivíduos adultos em situação de desabrigo/vulnerabilidade social.
- **Casa Abrigo Dolores:** Apresentámos proposta de atualização do Protocolo de Cooperação atuaç, considerando que a capacidade real da estrutura deverá ser de 15 utentes, e não de 12 utentes, como se encontra definido em Acordo de Cooperação. Por outro lado, propusemos uma atualização ao valor da comparticipação mensal/utente, em função das nossas despesas reais de funcionamento.

Na área da **sustentabilidade financeira** da Fundação, nomeadamente, na "Quinta da Casa Caramela" e nos espaços de Saúde – Farmatural, CliniCOI e Centro de Fisioterapia, apostou-se no alargamento das especialidades e serviços disponíveis, tendo-se estabelecido novos protocolos e parcerias com entidades da área da saúde, que possibilitaram abranger um maior número de clientes.

Paralelamente, inaugurámos em Novembro de 2018, o novo edifício que alberga um novo espaço da **CliniCOI Centro** e a **Farmatural Centro**. Dada a centralidade do edifício, prevemos vir a dinamizar, ainda mais, os serviços que disponibilizamos à comunidade.

Durante o ano, a Fundação, enquanto **entidade formadora certificada pela DGERT**, continuou a disponibilizar ações de formação a todos os colaboradores, com o objetivo da melhorar continuamente as suas competências e desempenho, assim como, a familiares de clientes/utentes.

Enquanto entidade parceira do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), continuámos a proporcionar **estágios-emprego**, assim como a ocupação de trabalhadores ao abrigo de **contratos emprego-inserção**, promovendo e estimulando as suas competências com vista à sua empregabilidade.

Continuámos a acolher **estágios curriculares**, devidamente enquadrados através de protocolos estabelecidos com diversas instituições de ensino secundário, profissional e superior, tanto públicas como privadas.

Podemos concluir que a Fundação COI, enquanto instituição do terceiro setor e parceira do Estado, tem demonstrado ao longo dos anos, de forma crescente e sustentada, a sua capacidade em otimizar os seus processos de gestão operacionais e administrativos, e assim evidenciar de forma sólida a sua permanência no mercado.

Desempenhar um papel responsável através do cumprimento da sua missão, garantir aos cidadãos o acesso crescente a serviços sociais de qualidade, cada vez mais adequados aos contextos sociais da comunidade e à satisfação das suas necessidades e expectativas, melhorar a qualidade da gestão adotando metodologias e abordagens organizacionais já utilizadas em outros setores, estimular, reforçar e orientar a gestão das competências de todos os seus profissionais, assim como desenvolver uma maior capacidade de autossustentabilidade e de planeamento estratégico, são alguns dos principais objetivos aos quais a Fundação COI procura insistentemente responder.

Relações com a Comunidade e Parcerias

É objetivo da Fundação adotar uma linha de ação direcionada para as mudanças sociais e para a realidade da comunidade envolvente, promovendo a elaboração de planos de incidência comunitária.

Por esse facto e dando cumprimento ao texto espelhado no artigo 3.º dos Estatutos, procuramos "… contribuir para a promoção do Concelho de Palmela, particularmente da Freguesia de Pinhal Novo e sua população, em parceria com outras entidades e serviços competentes, através da concessão de bens e da prestação de serviços de apoio a crianças e a jovens, apoio à família, apoio à integração social e comunitária, proteção dos cidadãos na velhice e invalidez e em todas as situações de falta ou diminuição de meio de subsistência ou de capacidade para o trabalho".

Temos consciência de que um trabalho tão rico e profícuo como aquele a que nos propomos só pode ser alcançado se realizado em parceira com todos os agentes que a seguir se listam:

Participação em Organismos da Rede Social

- ✓ Membro da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Palmela e do seu Núcleo restrito (CPCJ);
- ✓ Membro da Comissão Social da União de Freguesias de Poceirão e Marateca;
- ✓ Membro da Comissão Social de Freguesia (CFS) de Pinhal Novo;
- ✓ Membro da União Concelhia das Instituições Particulares de Solidariedade Social.
- ✓ Membro da União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social (UDIPSS);
- ✓ Membro do Conselho Local de Ação Social de Montijo (CLASM);
- ✓ Membro do Conselho Local de Ação Social de Palmela e do seu Núcleo restrito (CLASP);
- ✓ Membro do Conselho Municipal de Educação (CME);
- ✓ Membro do Núcleo Local de Inserção de Palmela (NLIP).

Parcerias Institucionais

- ✓ Câmara Municipal de Palmela;
- ✓ Câmara Municipal do Montijo;
- ✓ Direção Geral de Reinserção Social - DGRS;
- ✓ Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP);
- ✓ Instituto de Segurança Social - ISS;
- ✓ Instituto Nacional para a Reabilitação;
- ✓ Instituto Português da Juventude - IPJ;
- ✓ Empresa Municipal de Desporto;
- ✓ Junta de Freguesia de Pinhal Novo;
- ✓ Junta de União de Freguesias de Poceirão e Marateca.
- ✓ Membro da UDIPSS – União Distrital de Setúbal das IPSS;
- ✓ Membro da UIPSSCP – União das IPSS do Concelho de Palmela;
- ✓ Membro do Centro Português de Fundações;
- ✓ Membros da CNIS – Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade;

Parceiros no âmbito da Saúde

- ✓ ACP – Automóvel Clube de Portugal;
- ✓ ADE – Especialidades Odontológicas, Lda
- ✓ ADSE (Regime Livre);
- ✓ AdvanceCare, Gestão de Serviços de Saúde. S.A.;
- ✓ AdvanceSaúde – Gestão e Assistência de Redes e Serviços de Saúde
- ✓ Agrupamento de Centros de Saúde da Arrábida (ACES);
- ✓ Assistência Pura;
- ✓ Bernardina Sancho – Laboratório de Análises Clínicas
- ✓ Cartão Municipal Idade Maior;
- ✓ Centro de Dosimetria;
- ✓ Centro de Saúde de Palmela e Extensões de Pinhal Novo;
- ✓ Centro Hospitalar de Setúbal, EPE;
- ✓ Ceraque – Centro de Radiologia de Queluz, Lda.;
- ✓ Dr. Joaquim Chave – Laboratório de Análise Clínicas e de Anatomia Patológica;
- ✓ Farmácia Central do Pinhal Novo;
- ✓ Future HealthCare / Vitória Seguros;
- ✓ Gyrad – Controlo de Qualidade e Proteção Radiológica, Lda.;
- ✓ Healthcare Assistance;
- ✓ Medicare (Passos-Firmes, Lda);

- ✓ MedicineOne – Software Multimédia, Lda.;
- ✓ Médis;
- ✓ Megatrónica – Eletrónica e Informática Lda.;
- ✓ Multicare – Seguros de Saúde S.A.;
- ✓ Opticas Raysol, Lda,;
- ✓ OralPlus (IDEV – Instituto Médico-Dentário de Évora, Lda.)
- ✓ Palmela Desporto
- ✓ Plano de Saúde Well´s;
- ✓ Planuscard;
- ✓ Programa Nacional de Promoção da Saúde Oral (PNPSO) - Cheque Dentista;
- ✓ RNA Medical – Rede Nacional de Assistência, S.A.;
- ✓ Serviço de Assistência na Doença / Guarda Nacional Republicana (SAD/GNR);
- ✓ Serviço de Assistência na Doença / Policia de Segurança Pública (SAD/PSP);
- ✓ Serviços Sociais da Caixa Geral de Depósitos (SSCGD);
- ✓ Sorisa S.A.;
- ✓ Sorriso + / Agilcare (Agilidade, Lda.)
- ✓ STAS – Sindicato dos Trabalhadores da Atividade Seguradora
- ✓ Tenneco Automotive Portugal, Lda. (Empresas do Parque Industrial VW AutoEuropa e VW AutoEuropa);
- ✓ TRUST – Gestão Integrada da Saúde, S.A.
- ✓ Unidade de Cuidados da Comunidade de Palmela.

Parcerias Informais

- ✓ Associação das Festas Populares de Pinhal Novo;
- ✓ Associação de Reformados e Pensionistas e Idosos;
- ✓ Associação Juvenil do Centro de Ocupação Infantil (AJCOI);
- ✓ Clube Desportivo Pinhalnovense;
- ✓ Bombeiros Voluntários de Pinhal Novo;
- ✓ Guarda Nacional Republicana;
- ✓ Banco Português de Investimento;
- ✓ Caixa de Crédito Agrícola – Agência de Pinhal Novo;
- ✓ Caixa Geral de Depósitos;
- ✓ Millennium BCP;
- ✓ McDonald's;
- ✓ Fundação Calouste Gulbenkian;
- ✓ Fundação CEBI;
- ✓ Som do Pinhal Novo – Popular FM;
- ✓ Sociedade Filarmónica União Agrícola (SFUA);
- ✓ Lidl & Cia;
- ✓ Outras Entidades, públicas e privadas cuja cooperação se manifeste necessária;
- ✓ Outros Mecenas.

Parcerias no âmbito da Educação e Formação

- ✓ Escola Profissional de Setúbal;
- ✓ Escola Secundária de Palmela;
- ✓ Escola Secundária de Monte da Caparica;
- ✓ Escola Superior de Educação de Setúbal – Instituto Politécnico de Setúbal;
- ✓ IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional (Setúbal);
- ✓ IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional (Seixal);
- ✓ IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional (Viseu);
- ✓ Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – Universidade de Lisboa;
- ✓ Instituto Superior de Ciências e Tecnologias – ISCTE.

Parcerias Internacionais

- ✓ ESAN – European Social Action Network – membro efetivo;
- ✓ Fundações da CPLP;
- ✓ Programa Erasmus +.

Trabalho desenvolvido em Parceria

Estágios Curriculares

Encontram-se estabelecidas parcerias com instituições do ensino público e privado, quer a nível secundário, quer universitário, no âmbito das quais se promoveram, durante o ano 2018, a integração de estágios curriculares (sendo que os protocolos celebrados durante o ano letivo de 2017/2018, mantiveram-se no ano letivo de 2018/2019):

Escola Secundária de Palmela
- ✓ 1 Estágio – Curso Profissional de Apoio à Infância

Escola Secundária de Monte da Caparica
- ✓ 1 Estágio – Curso de Ação Educativa

IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional (Viseu)
- ✓ 1 Estágios – EFA B3 Acompanhamento de Crianças

IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional (Setúbal)
- ✓ 3 Estágios – Curso de Técnico Auxiliar de Ação Educativa

IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional (Seixal)
- ✓ 1 Estágios – Curso de Técnico de Apoio Familiar e de Apoio à Comunidade

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – Universidade de Lisboa
- ✓ 1 Estágio - Serviço Social

Instituto Superior de Ciências e Tecnologias - ISCTE
- ✓ 1 Estágio – Mestrado em Serviço Social

I.E.F.P. Setúbal

Estágios Profissionais

No ano 2018 foram admitidos um total de 8 estágios profissionais em parceria com o I.E.F.P. de Setúbal:
- ✓ 2 Educadores(as) de Infância;
- ✓ 2 Psicólogos(as);
- ✓ 1 Assistente Social;
- ✓ 1 Administrativo(a);
- ✓ 2 Auxiliares de Fisioterapia.

Projetos Contratos Emprego Inserção

Em Parceria com o IEFP foram celebrados 7 Contratos de Emprego Inserção + (CEI+), direcionados a Beneficiários de Rendimento Social de Inserção.
- ✓ 7 CEI+ em Apoio Social e Comunitário / Outro Trabalhador de Limpeza Manual

Empresa Municipal de Desporto
- ✓ Prática da natação na Piscina Municipal

Câmara Municipal de Palmela
- ✓ Participação nos projetos pedagógicos específicos de cada sala;
- ✓ Protocolo de apoio ao funcionamento da Quinta Pedagógica;
- ✓ Celebração de Contrato Comodato para a utilização do Centro de Respostas Comunitárias do Poceirão para atendimento a beneficiários de RSI, assim como para o funcionamento da Loja Social
- ✓ Outras não especificadas e pontuais, em especial com a sua Divisão de Intervenção Social.

Junta de Freguesia de Pinhal Novo
- ✓ Participação nos projetos pedagógicos específicos de cada sala;
- ✓ Representação como elemento efetivo na Comissão Social de Freguesia;
- ✓ Participação em comemorações de efemérides promovidas pela Junta de Freguesia;
- ✓ Eventos de cidadania;
- ✓ Outras não especificadas e pontuais.

Junta da União de Freguesia de Poceirão e Marateca
- ✓ Representação como elemento efetivo na Comissão Social de Freguesia;
- ✓ Cedência de espaço para os atendimentos aos beneficiários de RSI da Marateca e Cajados;
- ✓ Outras não especificadas e pontuais.

Conselho Local de Ação Social de Palmela/ Rede Social	✓ Membro do Núcleo Restrito; ✓ Membro do Conselho Alargado; ✓ Parceria nas atividades propostas em Plano de Ação.
Núcleo Local de Inserção de Palmela	✓ Membro do Núcleo Local de Inserção; ✓ Protocolo para o acompanhamento a beneficiários do Rendimento Social de Inserção, nas freguesias de Pinhal Novo e união das freguesias de Poceirão e Marateca;
DGRS – Direção Geral de Reinserção Social	✓ Integração de Programas de trabalho comunitário e inserção social.
GNR (Guarda Nacional Republicana)	✓ Não especificadas e pontuais, em especial para as respostas sociais de acolhimento.
Som do Pinhal Rádio – Popular FM	✓ Publicidade Institucional; ✓ Programa Semanal da responsabilidade do CAFAP; ✓ Não especificadas e pontuais.
Associação Juvenil do Centro de Ocupação Infantil	✓ Entidade fundadora daquele organismo; ✓ Proprietária das instalações; ✓ Protocolo de cedência de instalações; ✓ Colaboração da AJ/COI em atividades específicas da Fundação a definir; ✓ Financiadora das despesas gerais de funcionamento (água, luz e condomínio).
Escolas Públicas e Privadas do 1º, 2º, e 3º Ciclos do Ensino Básico, Escola Secundária de Pinhal Novo e Centro Formação da Escola Sec. de Pinhal Novo	✓ Cooperação entre entidades nos projetos educativos dos jovens institucionalizados; ✓ Desenvolvimento de projetos pedagógicos; ✓ Formação contínua de técnicos; ✓ Integração de Estágios em contexto de Trabalho; ✓ Relações técnicas de articulação nos projetos educativos de jovens institucionalizados.
Escolas Profissionais	✓ Integração de estágios curriculares; ✓ Relações técnicas de articulação nos projetos educativos de jovens em acolhimento.
Universidades	✓ Integração de Estágios Curriculares; ✓ Colaboração em estudos de investigação e questionários de diagnóstico, para mestrados e doutoramentos; ✓ Participação em formações e seminários.
IEFP – Setúbal	✓ Integração de programas CEI e CEI+; ✓ Integração de programas de estágios profissionais; ✓ Conceção e implementação de programas de formação profissional;
Centro de Saúde/Autoridade de Saúde; Centro Hospitalar de Setúbal; Unidade de Saúde Familiar de Santiago	✓ Parceria nos Centros de Acolhimento; ✓ Parceria no Lar de Crianças e Jovens; ✓ Parceria nas Residências de Idosos; ✓ Parcerias no Centro Integrado de Apoio à Deficiência; ✓ Formação específica para técnicos da Fundação; ✓ Outras não especificadas e pontuais.

Bombeiros Voluntários de Pinhal Novo	✓ Apoio a sinistrados; ✓ Cedência de instalações; ✓ Outras não especificadas de intercâmbio e pontuais, em especial relacionadas com segurança.
Clube Desportivo Pinhalnovense	✓ Apoio ao desenvolvimento de projetos pedagógicos; ✓ Outras não especificadas e pontuais.
Associação Reformados Pensionistas e Idosos	✓ Apoio ao desenvolvimento de projetos pedagógicos conjuntos; ✓ Atividades concelhias para pessoas idosas; ✓ Outras não especificadas e pontuais.
Associação das Festas Populares de Pinhal Novo	✓ Participação nas Festas Populares do Pinhal Novo através da instalação de um Stand, no qual é divulgada a intervenção da Fundação; ✓ Desenvolvimento de atividades infantis conjuntas, constantes no Programa das Festas.

Envolvimento Internacional

Esan – European Social Action Network

Em 2018, a Fundação COI manteve a participação na ESAN – European Social Action Network, uma Associação Internacional sem fins lucrativos, membro fundador da Comissão Europeia, com representação permanente na Comissão Europeia em Bruxelas, no Parlamento Europeu em Estrasburgo e na Plataforma Social Europeia.

No âmbito da sua acção, a ESAN realiza atividades de *lobbying* para as questões sociais junto destes órgãos, promovendo a posição dos seus membros, e fornece informação privilegiada aos seus associados acerca de financiamentos europeus a projetos sociais. Este rede disponibiliza, também, apoio na conceção dos mesmos, funcionando como suporte para a criação de parcerias internacionais de âmbito europeu, na área da intervenção social.

A Fundação COI participou num dos encontros promovidos por esta rede europeia, que se realizou a 30 de novembro de 2018, em Lisboa.

Registo de Transparência

Em 2018, a Fundação COI renovou a sua inscrição e atualizou os seus dados no Registo de Transparência, gerido conjuntamente pelo Parlamento Europeu e pela Comissão Europeia. Trata-se de uma base de dados que permite a consulta das organizações que participam ou exercem influência no processo legislativo e a tomada de decisões das instituições da União Europeia.

Fórum Europeu Sobre A Migração

A Fundação COI submeteu uma candidatura de um representante institucional ao IV Encontro do Fórum Europeu sobre a Migração, realizado em Bruxelas nos dias 6 e 7 de março, no Comité Económico e Social Europeu (CESE), com o propósito de debater as questões emergentes relacionadas com a migração na e para a Europa. Em 2018, o tema central relacionou-se com os desafios e oportunidades de integração de migrantes nos mercados de trabalho dos respetivos países da União Europeia.

O Fórum contou com mais de 280 representantes de Organizações Não-Governamentais (ONGs), autoridades locais e regionais, governos nacionais, Comissão Europeia e do CESE.

Em concreto, a Fundação fez-se presente nas sessões sobre os "Testemunhos de migrantes que tiveram sucesso na integração no mercado de trabalho europeu" e sobre o "Acesso a fundos comunitários". Além disso, o representante institucional participou dos workshops sobre as "Soluções concretas para uma melhor cooperação ao nível local" e sobre o "Reconhecimento e desenvolvimento de competências – boas práticas".

Por fim, o representante da Fundação COI participou da eleição do representante das entidades nacionais no Bureau (Secretariado) do Fórum, responsável pela organização e dinamização do encontro no ano seguinte.

Building Social Europe – Evento Principal

Nos dias 29 e 30 de novembro de 2018, teve lugar em Lisboa, no Auditório da Fundação Calouste Gulbenkian, o evento comemorativo do primeiro aniversário da implementação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais. A conferência, denominada "Building Social Europe", foi promovida pela Plataforma Social Europeia, com o apoio do Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

A Fundação COI, que advogou pela aprovação do Pilar junto dos parlamentares portugueses, esteve presente no apoio à organização do evento, juntamente com outras entidades portuguesas que mantém relação com a Plataforma Social (da qual a ESAN é membro efetivo, tornando a Fundação COI uma entidade relacionada à referida Plataforma).

Plataforma Para Os Direitos Fundamentais (Fra) – Agência Da União Europeia Para Os Direitos Fundamentais

Em 2018, a Agência da União Europeia para os Direitos Fundamentais lançou a sua plataforma, que reúne uma variedade de organizações da sociedade civil, ativas a nível local, nacional e europeu. Trata-se de um mecanismo destinado a promover o diálogo entre as organizações e destas com as instituições comunitárias. Nesse âmbito, a Fundação COI realizou a adesão à Plataforma, tendo desde então participado de diversas consultas relacionadas com o setor social e com a sua prática institucional, nas mais diversas áreas.

Representações do Conselho de Administração

O Conselho de Administração, durante o ano de 2018, participou ou fez-se representar em diversos fóruns, comemorações, aniversários e outros eventos, quer de Entidades locais, quer regionais.

- Participou nas Assembleias da União Distrital das IPSS;
- Participou nas Assembleias da União Concelhia das IPSS;
- Participou nas Assembleias da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade - CNIS;
- Participou em Seminários e Congressos;
- Na qualidade de membro do Centro Português de Fundações – elementos do Conselho de Administração participaram em diversos fóruns, Seminários e Assembleias Gerais;
- Na qualidade de membro efetivo do Núcleo Local de Inserção de Palmela do Rendimento Social de Inserção - fez-se representar;
- Na qualidade de membro do Conselho Municipal de Educação de Palmela, participação direta do Presidente do Conselho de Administração, em representação;
- Na qualidade de membro do Conselho Local de Ação Social, - participação direta do Conselho de Administração ou por representação;
- Na qualidade de membro efetivo da Comissão Social de Freguesia (Pinhal Novo, Poceirão e Marateca) - fez-se representar por técnicos do RSI;
- Na qualidade de membro efetivo do Núcleo restrito de Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Palmela – fez-se representar por técnicos do CAFAP;
- Na qualidade de membro da UIPSSCP, fez-se representar como membro de direção;
- Na qualidade de membro da UDIPSS – Presidente do Conselho de Administração preside à Assembleia Geral;
- Na qualidade de membro do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas José Maria dos Santos – Fez-se representar.

Agradecimentos do Conselho de Administração

Destacamos as notáveis relações de cooperação desenvolvidas, fortalecidas, alargadas e aprofundadas com as entidades públicas e privadas, com as quais estabelecemos uma relação de parceria.

O seu apoio foi fundamental para alcançar os resultados de 2018, garantindo a qualidade da ação social e solidária desenvolvida de forma equitativa visando os mais desfavorecidos.

Apresentamos um especial agradecimento aos colaboradores desta instituição que através do seu empenho, dedicação e esforço diário, ajudam a garantir a prestação de serviços de qualidade a todos.

Agradecemos ainda todo o empenhamento dos membros do Conselho Consultivo, Conselho de Curadores e Conselho Fiscal, em prol da continuidade do desenvolvimento ponderado e sustentado das ações sociais da Fundação COI.

Pinhal Novo, 21 de Março de 2019

O Presidente do Conselho de Administração
(Eng.º Carlos Marques Taleço)

A Vogal do Conselho de Administração
(Dra. Mara Machado Ribeiro Rebelo)

O Vogal do Conselho de Administração
(Dr. José Roderico Piegas)

FUNDAÇÃO COI * AO SERVIÇO DA COMUNIDADE

Parte I - Atividade da Fundação

Área da Infância e Juventude

Área de Acolhimento

Área para Portadores de Deficiência

Área de Idosos

Gabinete de Apoio à Comunidade – Inserção Social

Sustentabilidade Económico – Financeira

1. ÁREA DE INFÂNCIA E JUVENTUDE

1.1. CRECHE E JARDIM DE INFÂNCIA

Os Plano de Atividades Pedagógicas das **Áreas de Infância e Juventude** são parte integrante do Plano de Atividades/Ação da Fundação COI que vigora entre Janeiro e Dezembro de 2018. Representam um instrumento dinâmico onde estão consagradas as orientações, objetivos e metas do Projeto Educativo e do Projeto Pedagógico, e que são desenvolvidos na área pedagógica. É objetivo geral das respostas sociais que integram a àrea de infância e juventude, o desenvolvimento das crianças em espaços educativos privilegiados onde são criadas possibilidades para que desenvolvam a sua curiosidade e sentido crítico construindo assim as suas aprendizagens. Contudo, para que tal seja possível o processo de ensino-aprendizagem tem de ser apresentado como uma experiência positiva, interessante, inovadora e criativa, mas onde os valores da convivência social estejam sempre presentes.

O Plano de Atividades de 2018 fez parte integrante do projeto educativo para o triénio 2017/2019 que tem como tema a **"A FILANTROPIA NA ECONOMIA SOCIAL".** Deste modo, tratando-se de um tema atual e que abrange toda a população, será desmultiplicado revestindo-se com um caráter pedagógico, abordando algumas das questões inerentes a esta temática.

"A Filantropia e Cultura Local", foi o tema abordado no ano de 2018. A temática surgiu dentro da temática trienal 2017/2019 e por proposta da Comissão Europeia o Parlamento Europeu que adotou a decisão que estabelece 2018 como o Ano Europeu do Património Cultural (AEPC 2018). O AEPC 2018 é enquadrado pelos grandes objetivos da promoção da diversidade cultural, do diálogo intercultural e da coesão social, visando chamar a atenção para o papel do património no desenvolvimento social e económico e nas relações externas da União Europeia. Assim, considerou-se que a riqueza cultural e património local existente é de uma enorme importância na região.

O Plano de Atividades para 2018 contemplou temáticas que contribuíram para a promoção e desenvolvimento do carácter transversal do conceito do património filantrópico local, contribuindo positivamente no incentivo de abordagens inovadoras e inclusivas, destacando o contributo económico e cultural do património da nossa região, nomeadamente para o desenvolvimento local e regional que é de todos nós. Sendo a cultura uma característica essencial de uma sociedade filantrópica, e que difere as nações, os costumes, a música, a arte e principalmente a forma de pensar e agir, deverá ser preservado para que nunca se perca a sua identidade.

É objetivo deste projeto educativo e da Fundação enquanto escola, formar cidadãos ativos e conscientes, dotados de competências pessoais e sociais diversas, mas diferentes, com caraterísticas, capacidades, interesses, motivações e histórias de vida distintas. E é neste sentido que, pretendemos com este projecto trienal, proporcionar a cada aluno uma formação integral e diferenciada. Uma formação onde o saber se articula com o saber fazer, o saber ser e o saber viver, o saber dar, partilhar a receber.

Neste sentido é objetivo do trabalho global desenvolvido no Plano de Atividades Pedagógicas 2018 criar um ambiente propício à promoção de aprendizagens significativas, integradoras, ativas, diversificadas e socializadoras. Por outro lado, promover o saber Ser e saber Estar que são, hoje em dia, dois imperativos que não podem passar despercebidos no mundo da educação e da formação.

Mais se salienta que a elaboração, a execução, a implementação e o desenvolvimento do Plano de Atividades é definido por diferentes intervenientes, tais, como colaboradores, crianças e famílias, e que a sua operacionalização conta com a participação

O Relatório de Atividades correspondente poderá ser consultado em https://www.fundacao-coi.pt/institucional/instrumentos-de-gestao

1.2. CRECHE E JARDIM DE INFÂNCIA

A Resposta Social de CATL oferece uma resposta complementar às atividades de enriquecimento curricular desenvolvidas no estabelecimento de ensino e responde às necessidades de apoio socioeducativo das famílias.

Permite a cada criança ou jovem, através da participação na vida de grupo, a oportunidade da sua inserção na sociedade, contribuindo para que cada grupo encontre os seus objetivos, de acordo com as necessidades, aspirações e situações próprias de cada elemento e do seu grupo social, favorecendo a adesão aos fins livremente escolhidos.

Diariamente, o CATL assegura a receção das crianças, o acompanhamento dos clientes do 1º Ciclo do Ensino Básico no percurso Escola/CATL e CATL/Escola, a alimentação, apoia na realização dos trabalhos de casa e oferece uma panóplia de atividades.

O CATL não tem uma função exclusiva de guarda das crianças (função de acolhimento), pois complementa a ação da escola na promoção de atividades de cariz lúdico, cultural e pedagógico que permitem às crianças/jovens desenvolver um conjunto de capacidades e competências, consolidando o seu currículo escolar.

A sua rotina garante a realização de atividades variadas que vão ao encontro das expectativas das suas crianças/jovens e que poderão ser individuais, em pequeno ou em grande grupo. Todas estas atividades pretendem desenvolver a autoestima e confiança das crianças reforçando simultaneamente valores sociais e culturais, preparando-as enquanto cidadãos ativos na sociedade.

A equipa pedagógica desempenha um papel fulcral, pois organiza o espaço, as rotinas, seleciona as atividades a realizar, e apoia as crianças nas suas ações. Para além do referido anteriormente, a equipa pedagógica tem, também, a responsabilidade de criar, através da sua ação dinâmica e interventiva, momentos que contribuam para o desenvolvimento pessoal e social das crianças/jovens enquanto seres humanos, ativos, participantes e solidários.

O Plano de Atividades Pedagógico do CATL foi parte integrante do Plano de Atividades/Ação da Fundação COI que esteve em vigor entre Janeiro e Dezembro de 2018. Representa um instrumento dinâmico onde estão consagradas as orientações, objetivos e metas que serão desenvolvidos na resposta social de CATL. O Plano de Atividades de 2018 fez parte integrante do projeto educativo para o triénio 2017/2019 que tem como tema a **"A FILANTROPIA NA ECONOMIA SOCIAL".** Deste modo, tratando-se de um tema atual e que abrange toda a população, foi desmultiplicado revestindo-se com um caráter pedagógico, abordando algumas das questões inerentes a esta temática.

O Relatório de Atividades correspondente poderá ser consultado em https://www.fundacao-coi.pt/institucional/instrumentos-de-gestao

1.3. ENSINO BÁSICO (1. º CICLO)

A Escola do 1.º Ciclo do Ensino Básico do Centro de Ocupação Infantil – Fundação COI contou com 15 inscrições no início do ano de 2018 e no decorrer do ano verificaram-se alterações ao nível do número de elementos integrados na turma. Em setembro houve sete renovações de matrícula e sete novas inscrições.

No ano de 2018 e à semelhança de anos transatos, a turma teve alunos matriculados nos quatro anos de escolaridade do 1.º Ciclo do Ensino Básico.

No decorrer do ano foram promovidas situações diversificadas de aprendizagem privilegiando um desenvolvimento integrado de diferentes áreas do saber e potenciando a interdisciplinaridade. Procurou-se criar um ambiente propício à aprendizagem que correspondesse às necessidades gerais e individuais dos elementos que constituíam a turma, potenciando a integração e sucesso educativo de todos.

Foram implementadas atividades diversificadas, nomeadamente: audição e exploração de histórias, realização de investigações/pesquisas, realização de atividades experimentais, atividades de escrita, atividades de leitura, resolução de problemas, resolução de situações problemáticas, dramatizações de situações do quotidiano, entre outras.

No sentido de valorizar as potencialidades e colmatar as fragilidades dos alunos, foram implementados e/ou desenvolvidos Planos Educativos Individuais. Assim, de forma a integrar todos os alunos e dar resposta às suas necessidades surgiu a diferenciação no trabalho desenvolvido em contexto de sala de aula.

Os alunos do 2.º ano de escolaridade realizaram Provas de Aferição a Expressões Artísticas, Expressão Físico-Motoras, Português e Estudo do Meio e Matemática e Estudo do Meio.

As atividades planificadas foram implementadas e os objetivos alcançados.

O Relatório de Atividades correspondente poderá ser consultado em https://www.fundacao-coi.pt/institucional/instrumentos-de-gestao

2. ÁREA DE ACOLHIMENTO

2.1. CENTRO DE ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO 0-6 (CATI)

O Centro de Acolhimento Temporário dos 0 aos 6 anos é uma resposta social que surge como solução às problemáticas e carências das crianças e famílias em situação de risco, caracterizando-se, essencialmente, por garantir o acolhimento imediato e absolutamente transitório de menores em situação de risco ou desproteção, decorrentes de abandono familiar, maus tratos físicos ou psicológicos, negligência familiar, abuso sexual ou outros fatores suscetíveis de colocar as crianças em situações desfavoráveis ao seu bem-estar físico e psicológico.

Pretende-se que a criança/jovem nesta Resposta Social, encontre um espaço físico e humanamente acolhedor, que contribua para minimizar o impacto do afastamento do seu meio natural de vida e/ou afastamento da família biológica.

Ao longo do ano 2018, o Centro de Acolhimento Temporário dos 0 aos 6 anos contou com uma equipa multidisciplinar, constituída por: 1 Psicólogo, 1 Técnico de Serviço Social e 1 Educador de Infância. Esta Equipa acompanhou e interveio nos processos dos menores, junto das famílias, Tribunal, EMAT (Equipa Multidisciplinar de Assessoria ao Tribunal), Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, entre outras entidades da comunidade.

A intervenção tem sido realizada com base em instrumentos técnicos implementados de suporte aos processos individuais dos menores bem como de funcionamento da Resposta Social, de acordo com o Sistema de Gestão da Qualidade implementado na Resposta Social e pelo qual é certificado.

Este trabalho de parceria, nomeadamente entre o CAT e as restantes entidades, tem como objetivo potenciar os meios sociais, culturais e educativos, proporcionando uma educação o mais completa possível à criança acolhida, bem como capacitar as famílias, do ponto de vista educativo, para atingir o objetivo máximo, que poderá passar pela reintegração na família, defendendo sempre o superior interesse da criança.

No ano de 2018, o Centro de Acolhimento Temporário, com as suas 20 (vinte) vagas conseguiu dar resposta às problemáticas e carências das crianças e famílias em situação de risco, em particular do Distrito de Setúbal, nomeadamente Setúbal, Palmela, Seixal, Barreiro e Almada. O CAT para além de dar resposta a situações no Distrito de Setúbal, continuou a colaborar e a articular um caso que transitou de 2016 do Distrito de Leiria.

Assim, registaram-se 14 admissões e 18 saídas: 3 transferências para outras respostas sociais de acolhimento da Fundação e 1 transferência para Lar Residencial, 1 caso de regresso à família alargada, 11 casos com aplicação de medida de apoio junto dos pais e 2 adopções.

Em 2018, o Centro de Acolhimento executou com sucesso o seu Plano de Atividades, tendo em vista proporcionar os meios que contribuíram para a valorização pessoal e social das crianças, estimulando o seu desenvolvimento físico e intelectual, bem como a aquisição de normas e valores, trabalhando também o tema “A Filantropia na Economia Social – A Filantropia e a Cultura Local”.

As crianças integradas no CAT desenvolveram com regularidade atividades que apelaram à temática e serviram para a consecução dos objetivos delineados também nos seus Planos Socio Educativos individuais.

O Relatório de Atividades correspondente poderá ser consultado em https://www.fundacao-coi.pt/institucional/instrumentos-de-gestao

2.2. CENTRO DE ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO 12-18 (CATII)

A resposta social Centro de Acolhimento Temporário para Crianças e Jovens em Risco dos 12 aos 18 anos destina-se, prioritariamente, ao acolhimento de crianças e jovens em risco do Concelho de Palmela e Concelhos vizinhos. A resposta social é constituída por uma equipa multidisciplinar, nomeadamente 2 Técnico, um Psicólogo, uma Animadora Sociocultural e uma equipa de Colaboradoras, a qual desenvolve intervenção psicossocial de natureza ecos sistémica com os jovens, consoante as suas necessidades e projetos de vida, articulando com as famílias, o Tribunal de Família e Menores, a Equipa Multidisciplinar de Assessoria ao Tribunal (EMAT), as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, entre outras entidades da comunidade.

Numa primeira fase de intervenção, logo após o acolhimento, procede-se à avaliação diagnóstica, assim com à avaliação das necessidades e expetativas psicossociais da criança/jovem e seu contexto familiar, de forma a delinear-se o seu "Projeto de Vida", da forma mais célere possível, respeitando o superior interesse da criança/jovem. Esta análise pressupõe que se esgotem inicialmente todas as alternativas existentes em termos familiares, caso não se verifique essa possibilidade, o Projeto de Vida da criança/jovem passa pelas medidas de adoção ou da autonomização social.

No ano de 2018, na resposta social Centro de Acolhimento Temporário dos 12 aos 18 anos foram efetuadas 4 saídas, em que três das saídas deve-se à cessação da medida de acolhimento residencial, com o retorno à família nuclear e outra saída, reporta-se ao encaminhamento de um jovem para uma comunidade terapêutica. Por outro lado, registaram-se 4 integrações, sendo que uma destas foi ao abrigo do art.º 91 da Lei 147/99, no âmbito do Sistema de Promoção e Proteção em matéria de Infância e juventude.

Para o cumprimento dos objetivos já apresentados, foi dada continuidade ao longo do ano, um trabalho de promoção de competências pessoais e sociais, de capacitação para a gestão das rotinas e tarefas da vida diária, bem como o desenvolvimento de competências académicas e de cidadania. Neste sentido, rentabilizaram-se os recursos existentes na comunidade local, tais como o Centro de Recursos para a Juventude (CRJ), a Biblioteca Municipal de Pinhal Novo, a Associação Académica de Pinhal Novo ao nível do Atletismo, os Bombeiros Voluntários de Pinhal Novo, a Associação Juvenil COI, entre outros, promovendo a participação nos eventos e atividades dinamizados por estes.

Importa ainda referir que foi dado continuidade ao trabalho de articulação com as estruturas de ensino que os jovens frequentaram, nomeadamente com a Escola 2º e 3º Ciclos José Maria dos Santos, Escola Secundária de Pinhal Novo e com a Escola Profissional do Montijo, sendo que 2 jovens frequentam esta resposta de Ensino integrando o Cursos Profissionais de Cozinha e Pastelaria e Manutenção Industrial e Mecatrónica e 1 jovem que ingressou este ano letivo no Ensino Superior e frequenta o Curso de Gestão de Recursos Humanos. Este trabalho é desenvolvido com estas entidades através de uma metodologia de intervenção sistémica e interdisciplinar, baseada na proximidade e fluidez de comunicação, promovendo assim o sucesso escolar das crianças/jovens acolhidos, obteve-se assim uma taxa de 100% de sucesso escolar referente ao ano letivo de2017/2018.

O Relatório de Atividades correspondente poderá ser consultado em https://www.fundacao-coi.pt/institucional/instrumentos-de-gestao

2.3. LAR DE CRIANÇAS E JOVENS (LCJ)

O Lar constitui uma resposta social às problemáticas e necessidades das crianças/jovens, bem como das suas famílias em situação de risco, caracterizando-se essencialmente, por garantir um acolhimento mais prolongado de menores em situação de risco, decorrente de abandono familiar, maus-tratos físicos ou psicológicos, negligência familiar ou outros fatores que coloquem as crianças/jovens em situação de risco ou desproteção social.

Atualmente, neste equipamento estão acolhidas 14 crianças/jovens, que se incluem na faixa etária dos 6 aos 23 anos, cuja a medida de acolhimeneto residencial, é a mais adequada em função da problemática e do projeto de vida da criança/jovem. É de salientar que o tempo de permanência está relacionado com a evolução do Projecto de Vida dos jovens, podendo estes atingir a maioridade e continuarem a permanecer no Lar até à aquisição de competências pessoais, sociais e académicas que lhes garantam a sua autonomia e integração social e profissional.

As crianças/jovens integradas na nossa resposta social foram alvo de um acompanhamento onde se desenvolveu intervenção ecos sistémica com os jovens consoante as suas necessidades e projetos de vida, dando especial ênfase às suas situações psicossociais e educativas, de forma a criar-se uma retaguarda de apoio e segurança que lhes dê suporte a diversos níveis e que, ao mesmo tempo, seja elemento promotor da sua cidadania plena, objcetivando uma futura integração na sociedade.

Ao longo do ano de 2018, o Lar de Crianças e Jovens acolheu 3 criança/jovem, por outro lado, verificaram-se dois casos de adoção internacional e uma jovema que atingiu a maioridade, e optou pelo seu processo de autonomização social.

Ao longo do ano transato foi dada continuidade ao trabalho de proximidade e articulação com as Escolas onde os menores estão integrados, havendo uma participação em todas as reuniões de encarregados de educação e atendimentos.

Foram efetuados também, em parceria com as Escolas, Planos de Acompanhamento para cada jovem, sendo que este trabalho refletiu-se num aproveitamento escolar com uma taxa de sucesso de 100%, estando atualmente dois jovens a frequentar o Ensino Superior.

Ao longo do ano, as crianças/jovens acolhidas também participaram em atividades culturais, desportivas e de lazer desenvolvidas na comunidade, de modo a promover a participação e responsabilidade social, assim como a sua participação cívica nos eventos e questões da comunidade em que estão inseridos, nomeadamente, idas ao cinema, idas à praia e outras atividades promovidas pelo Centro de Recursos para a Juventude, etc.

O Relatório de Atividades correspondente poderá ser consultado em https://www.fundacao-coi.pt/institucional/instrumentos-de-gestao

2.4. CASA ABRIGO DOLORES (CAD)

Tratando-se a Fundação COI de uma instituição com um vasto envolvimento na área da intervenção social no Concelho de Palmela e, mais especificamente, na Freguesia de Pinhal Novo, tendo representação efetiva em todos os organismos da Rede Social, a resposta social de casa de abrigo surgiu com o desígnio de colmatar a necessidade de um serviço desse género, a partir de uma necessidade identificada pela Rede Social do Concelho e pelos serviços de Ação Social Local, inserindo-se também na estratégia de consolidação da rede nacional de casas de abrigo.

A Casa Abrigo Dolores (CAD) é uma Resposta Social de acolhimento temporário para situações de risco, destinada a mulheres vítimas de violência doméstica, acompanhadas ou não de filhos menores e sem outros recursos para além da institucionalização. Trata-se de um serviço diferenciado, o primeiro desse género no Concelho de Palmela e o quinto no Distrito de Setúbal, vindo a complementar os serviços existentes na comunidade e na própria Fundação COI.

Pese embora essa resposta social tenha sido inaugurada a 8 de março de 2013, a assinatura do protocolo com a Segurança Social ocorreu apenas a 27 de julho de 2016. Essa ocasião foi o ponto de partida para a CAD receber as suas primeiras utentes, já durante o mês seguinte à assinatura do protocolo. O ano de 2018 representou o segundo ano civil completo de funcionamento da resposta social, e desta forma permite uma análise mais abrangente dos seus indicadores, que serão apresentados no presente capítulo.

Considera-se que essa resposta social constitui uma etapa intermédia de um percurso que se inicia com o acolhimento e a definição de um Plano Individual de Intervenção para estas mulheres, tendo em consideração a existência ou não de menores a acompanha-las. O Plano Individual de Intervenção, elaborado conjuntamente com as utentes, tem a finalidade de definir ações e atividades, bem como competências a desenvolver, cujo objetivo é criar as condições que promovam a autonomização e a subsequente reinserção social, em âmbitos diversos, tais como:

- ✓ Desenvolvimento pessoal;
- ✓ Bem-estar (físico, material e emocional);
- ✓ Empregabilidade;
- ✓ Inclusão social, cidadania e direitos;
- ✓ Educacional, cognitivo e afectivo;
- ✓ Jurídico (apoio legal relativamente à condição de vitimização).

Tendo por base o disposto na Lei nº 112, de 16 de setembro de 2009, que estabelece o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à proteção e à assistência das suas vítimas, e que estabelece os termos do Estatuto de Vítima, a Casa Abrigo Dolores acolhe mulheres em risco e os seus filhos menores, quando existirem, por um período não superior a 6 meses. É nessa janela temporal que se desenvolve o Plano Individual de Intervenção.

O Relatório de Atividades correspondente poderá ser consultado em https://www.fundacao-coi.pt/institucional/instrumentos-de-gestao

3. CENTRO INTEGRADO DE APOIO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA

3.1. LAR RESIDENCIAL (LR)

O objetivo geral do Lar Residencial é o acolhimento de jovens e adultos portadores de deficiência, de idade igual ou superior a 16 anos que se encontrem impedidos, temporária ou definitivamente, de residir no seu meio familiar. Destina-se igualmente a jovens que frequentem estruturas de ensino, formação profissional ou que se encontrem abrangidos por programas ou projetos, cujo local não se compatibilize ao da respetiva residência. Presta ainda apoio no caso dos familiares/cuidadores necessitarem de apoio em determinadas situações, tais como em situações de doença ou de necessidade de descanso.

Este equipamento tem capacidade para acolher 24 clientes, sendo que 2 vagas se destinam a alojamento de carácter temporário e em especial para férias dos cuidadores.

O Lar Residencial prioriza situações de enquadramentos familiares disfuncionais, situações de carência social e/ou económica, envelhecimento dos cuidadores e de outros familiares diretos, situações de grande dependência, abandono por parte dos familiares/cuidadores ou ausência dos mesmos, situações sócio habitacionais precárias, promovendo sempre e incondicionalmente a solidariedade e prestando aos clientes um apoio de qualidade, a que todos têm direito.

No decorrer do ano de 2018 não ocorreram 1 admissão e nenhuma saída.

O Relatório de Atividades correspondente poderá ser consultado em https://www.fundacao-coi.pt/institucional/instrumentos-de-gestao

3.2. RESIDÊNCIA AUTÓNOMA (RA)

O objetivo geral da Residência Autónoma é o acolhimento de jovens e adultos portadores de deficiência, de idade igual ou superior a 16 anos que, mediante um apoio mínimo, possuem capacidade de viver autonomamente. Destina-se igualmente a jovens que frequentem estruturas de ensino, formação profissional ou que se encontrem abrangidos por programas ou projetos, cujo local não se compatibilize ao da respetiva residência.

A Residência Autónoma prioriza situações de enquadramentos familiares disfuncionais, situações de carência social e/ou económica, envelhecimento dos cuidadores e de outros familiares diretos, abandono por parte dos familiares/cuidadores ou ausência dos mesmos, situações sócio habitacionais precárias, promovendo sempre e incondicionalmente a solidariedade e proporcionando aos clientes um apoio de qualidade, a que todos têm direito.

Este equipamento tem capacidade para acolher 5 clientes

No decorrer do ano de 2018 ocorreram 0 admissões e 0 saídas.

O Relatório de Atividades correspondente poderá ser consultado em https://www.fundacao-coi.pt/institucional/instrumentos-de-gestao

3.3. CENTRO DE ATIVIDADES OCUPACIONAIS (CAO)

A Resposta Social Centro de Atividades Ocupacionais foi inaugurada em Dezembro de 2013, tendo surgido como solução a uma necessidade sentida pela comunidade. Carateriza-se por ser um equipamento complementar ao Lar Residencial e Residência Autónoma, (que surgiu na sequência de uma candidatura ao Programa PARES – Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais).

O Centro de Atividades Ocupacionais (CAO) tem como objetivo principal promover e disponibilizar condições que contribuam para uma vida com qualidade através do desenvolvimento de atividades socialmente úteis e estritamente ocupacionais, de forma a permitir aos clientes uma valorização pessoal e aproveitamento das suas capacidades, quer na perspetiva de uma eventual integração, se possível em regime de emprego protegido, quer na perspetiva de os manter ativos, motivados e

criativos. Estas formas de apoio visam também a sua integração na comunidade, o que se traduz na ajuda às respetivas famílias.

A Resposta Social disponibiliza apoio técnico permanente ao nível físico, psíquico e social, promovendo a participação em ações culturais, desportivas e recreativas. Destina-se a pessoas com deficiência, de idade igual ou superior a 16 anos, sinalizadas pelo Instituto de Segurança Social, Tribunais, Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, Rede Social do Conselho, Comunidade Educativa ou outras entidades parceiras.

O Centro de Atividades Ocupacionais tem protocolado com o Instituto de Segurança Social I.P. 14 vagas, contudo a estrutura permite ter uma capacidade de 15 clientes. A média de ocupação do Centro de Atividades Ocupacionais em 2018 situou-se nos 100%.

O Relatório de Atividades correspondente poderá ser consultado em https://www.fundacao-coi.pt/institucional/instrumentos-de-gestao

4. ÁREA DE IDOSOS

4.1. RESIDÊNCIA DE IDOSOS

A Residência de Idosos é uma resposta na área do Apoio aos Idosos da Fundação COI. Estruturando-se num alojamento coletivo de pequena dimensão e que presta 24h por dia, sete dias por semana, cuidados de saúde, higiene e conforto aos seus residentes. Além da prestação de cuidados básicos de saúde, promove ainda a autonomia e o bem-estar biopsicossocial, através de situações de convívio e animação social. Esta resposta social, tal como todas as respostas da instituição, tem implementado o Sistema de Gestão de Qualidade, com Certificação ISO 9001:2015 e Certificação dos Modelos de Avaliação da Qualidade das Respostas Sociais - Nível A.

No sentido da unificação global de todas as respostas sociais, partiu-se do pressuposto da otimização dos recursos humanos e equipamentos da Fundação, incluindo-se igualmente os recursos e iniciativas da comunidade, bem como projetos resultantes de parcerias que se estabelecem com a Rede Social Local, nomeadamente com o grupo de parceiros que intervêm com idosos.

Mensalmente, a Estrutura Residencial para idosos da Fundação COI continua a participar em reuniões com o GIQE (Grupo Interinstitucional para as Questões do Envelhecimento), que em conjunto planeia atividades lúdicas, recreativas, culturais e de animação para os idosos acolhidos, assim como se debatem e trabalham temas relacionados com a temática sénior.

Tendo como base o tema central “A Filantropia na Economia Social”, foram realizadas atividades relacionadas com esta temática, abordando temas de relevância sobre a Filantropia na cultura local, numa sociedade que se encontra cada vez mais envelhecida a comunidade assume um papel cada vez mais relevante.

As atividades desenvolvidas foram sempre planeadas em função das avaliações realizadas para cada um dos clientes e adaptadas à sua autonomia. Desenvolveram-se atividades que com vista a trabalhar a motricidade, a memória, a leitura e escrita, bem como a manutenção da competência para fazer face as atividades do quotidiano, otimizando o saber-fazer, o saber-estar e o saber-ser no grupo.

Realizaram-se ainda saídas de cariz sociocultural, em articulação com outras instituições da freguesia e concelho.

Na área da saúde foram também realizadas ao longo do ano 2018 atividades, com uma equipa de profissionais de enfermagem, dando uma resposta rápida e eficaz às necessidades e preocupações sentidas pelos clientes.

Em 2018 registaram-se 14 novas admissões e 13 saídas. Das 13 saídas, uma foi justificada pelo regresso ao domicílio, duas por transferência para outra estrutura residencial e os restantes faleceram.

Os objetivos a que a Residência de Idosos se propôs no seu plano de atividades para 2018 foram, na sua globalidade, cumpridos. Foram ainda cumpridas as metas e objetivos traçados para cada um dos processos chave da Resposta Social.

O Relatório de Atividades correspondente poderá ser consultado em https://www.fundacao-coi.pt/institucional/instrumentos-de-gestao

4.2. SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO

O Serviço de Apoio Domiciliário é uma Resposta Social que consiste na prestação de cuidados e serviços a famílias ou pessoas que se encontrem no seu domicílio, em situação de dependência física ou psíquica e que não possam assegurar, temporária ou permanentemente, a satisfação das suas necessidades básicas e/ou a realização das atividades instrumentais da vida diária, nem disponham de apoio familiar para o efeito.

Para o efeito é determinado com o cliente/responsável as metas e os objetivos de acordo com as necessidades e expectativas de cada pessoa para o delineamento do seu Plano de Desenvolvimento Individual.

No que se refere às atividades socioculturais desenvolvidas, pode-se sucintamente reportar, que é desenvolvido um plano anual de atividades que visa desenvolver atividades mensais com os clientes que contratualizam animação sociocultural, algumas apenas com a animadora e outras no âmbito das parcerias que dispomos com a rede social, com o objetivo de promover momentos lúdicos/recreativos e de interação geracional.

Neste contexto, o Serviço de Apoio Domiciliário da Fundação COI, continua a participar em reuniões com o GIQE (Grupo Interinstitucional para as Questões do Envelhecimento), que em conjunto planeiam atividades lúdicas, recreativas, culturais e de animação para os idosos, assim como se debatem e trabalham temas relacionados com a temática sénior.

Ao nível das atividades promovidas internamente pela Fundação COI, de destacar as visitas mensais, promovidas pela Equipa de Enfermagem à residência dos clientes e que visam a promoção do seu bem-estar pessoal e de saúde, assim como dá apoio no processo de gestão da saúde do cliente.

Durante o ano de 2018 registaram-se 9 novas admissões e 9 saídas. Das 9 saídas 3 foram integrados em Lar, uma foi para junto da família e os restantes faleceram.

Esta resposta tem Certificação ISO e 9001:2015 e Certificação dos Modelos de Avaliação da Qualidade das Respostas Sociais - Nível A.

O Relatório de Atividades correspondente poderá ser consultado em https://www.fundacao-coi.pt/institucional/instrumentos-de-gestao

5. GABINETE DE APOIO À COMUNIDADE – INSERÇÃO SOCIAL

5.1. EQUIPA DE APOIO A BENEFICIÁRIOS DO RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO

A lei nº 13/ 2003 de 21 de Maio prevê, no seu artigo 37º, a possibilidade de as Instituições Particulares de Solidariedade Social participarem no desenvolvimento de ações inerentes ao RSI mediante a celebração de protocolos.

Neste âmbito foi assinado protocolo entre o Instituto de Solidariedade e Segurança Social do Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Setúbal e a Fundação COI, em 2005 para a Freguesia de Pinhal Novo. Em 2007 alargou-se o protocolo para a freguesia de Poceirão e em Outubro de 2011 à freguesia de Marateca.

Ao protocolo inicial foram assinadas adentas, onde existe um comprometimento por parte da Fundação em prestar acompanhamento a estas freguesias, contudo as verbas disponibilizadas e o número de processos contratualizados, foram as inicialmente acordadas.

O Relatório de Atividades correspondente poderá ser consultado em https://www.fundacao-coi.pt/institucional/instrumentos-de-gestao

5.2. GABINETE DE ACONSELHAMENTO PSICOLÓGICO

A Fundação COI disponibilizou durante o ano de 2018, consultas de psicologia, no Gabinete de Apoio à Comunidade. Este Gabinete tem como objetivo atender gratuitamente crianças e jovens que procuram este serviço preferencialmente de forma espontânea, mas que podem efetivamente ser encaminhados pela Rede Social ou Respostas Sociais da Fundação COI.

O serviço de Aconselhamento Psicológico é realizado pelos técnicos de Psicologia da Fundação que disponibilizam 8 horas de atendimentos semanais nos dias indicados e mediante marcação prévia entre o psicólogo e o cliente.

Neste Gabinete procura-se efetuar um aconselhamento psicológico que ajude os jovens a descobrir as causas do seu mal-estar psicológico e orientar no sentido do encontro de soluções que melhor se adequam às suas problemáticas.

Procura-se estabelecer uma empatia com o cliente para que este compreenda os seus estados e aceite estratégias de atuação, sempre no sentido de se superar a si mesmo.

O Relatório de Atividades correspondente poderá ser consultado em https://www.fundacao-coi.pt/institucional/instrumentos-de-gestao

5.3. PROGRAMA OPERACIONAL DE APOIO ÀS PESSOAS MAIS CARENCIADAS (PO APMC)

No âmbito do Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (PO APMC) foi estabelecido um protocolo de parceria com o Banco Alimentar de Setúbal enquanto entidade coordenadora e 4 instituições do Concelho de Palmela nomeadamente Fundação COI, Centro Social de Palmela, Centro Social da Quinta do Anjo e União Social Sol Crescente da Marateca, enquanto entidades mediadoras.

A Fundação COI enquanto entidade mediadora iniciou a distribuição de produtos do PO APMC em dezembro de 2017 tendo abrangido 191 beneficiários das freguesias de Pinhal Novo e Poceirão.

Durante o ano de 2018 a Fundação COI efectuou distribuições mensais aos beneficiários inscritos na plataforma SIFEAC, em número igual ou superior aos 191 beneficiários não ultrapassando os 10% sob do total dos destinatários.

O Relatório de Atividades correspondente poderá ser consultado em https://www.fundacao-coi.pt/institucional/instrumentos-de-gestao

5.4. CENTRO DE APOIO FAMILIAR E ACONSELHAMENTO PARENTAL (CAFAP)

O Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP) tem como missão estudar, prevenir e reparar situações de risco social, apoiar crianças e jovens em situação de risco e suas famílias. Está integrado nos objetivos da Fundação COI, que se baseiam na intervenção social e comunitária, constituindo um serviço complementar às outras respostas sociais existentes na Instituição. O CAFAP desenvolveu um trabalho multidisciplinar, integrado, interativo, intra e interinstitucional, com a/ na Comunidade, tendo como objetivo a promoção e a intervenção de sucesso junto das crianças, jovens e suas famílias.

O CAFAP visou essencialmente a intervenção no contexto familiar, ajudando a família a criar condições e a potencializar os recursos necessários à manutenção das crianças e jovens nos seus agregados de origem, procurando prevenir o seu acolhimento residencial ou possibilitando a sua reunificação familiar.

As famílias que integram a resposta social de CAFAP foram encaminhadas pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), pelas Equipas Multidisciplinares de Assessoria ao Tribunal (EMAT), pelos Agrupamentos de escolas ou escolas não agrupadas ou por equipas de Rendimento Social de Inserção (RSI).

O plano de atividades teve como temática central “A Filantropia e a Cultura Local” onde foram trabalhados valores como a identidade cultural, em diferentes níveis, a necessidade de comunicação, o aumento aos bens culturais que já existem, possibilitando às famílias desenvolverem o seu próprio modo de ser e participarem na comunidade local como um todo.

Foi trabalhada a ideia de Filantropia, relacionada ao humanismo, à solidariedade e à atitude de ajuda ao próximo, numa perspetiva de formação e utilizando a analogia entre “dar o peixe” e “ensinar a pescar” como exemplos da distinção entre os dois conceitos.

Durante a vigência do plano de atividades, no período de janeiro a dezembro de 2018, foi desenvolvido um conjunto de atividades, baseadas em intervenções técnicas, com o objetivo de regular e mediar as problemáticas diagnosticadas nas famílias acompanhadas. Algumas das ações previstas, de acordo com a estratégia de ação formativa e preventiva, estavam direcionadas para a comunidade em geral.

O Relatório de Atividades correspondente poderá ser consultado em https://www.fundacao-coi.pt/institucional/instrumentos-de-gestao

5.5. LOJA SOCIAL

As lojas Sociais da Fundação COI, visam contribuir para a promoção do Concelho de Palmela e sua população, através da concessão de bens, com o objetivo de suprir necessidades materiais imediatas de famílias em situação de vulnerabilidade sócio económica, através da recolha e disponibilização de bens usados ou novos, doados por particulares, empresas, ou outras entidades.

Os utentes das Lojas Sociais podem ser sinalizados pelos parceiros da Rede Social tais como: Segurança Social, Câmara Municipal de Palmela, Juntas de Freguesia, nomeadamente freguesia de Pinhal Novo e União de freguesias poceirão e Marateca, Agrupamento de Centros de Saúde de Palmela, Agrupamento de Escolas José Maria dos Santos, Escola Secundária de Pinhal Novo, Agrupamento de Escolas José Saramago, outras Instituições e Estruturas Associativas ou por candidatura espontânea, na sequência da divulgação por parte da equipa CAFAP, que acompanha esta resposta social

O Relatório de Atividades correspondente poderá ser consultado em https://www.fundacao-coi.pt/institucional/instrumentos-de-gestao

5.6. CANTINA SOCIAL

A Cantina Social surgiu no âmbito do Programa de Emergência Alimentar, promovido pelo Instituto de Segurança Social, I.P. Foi decidido implementar uma Rede Solidária de Cantinas Sociais através de protocolos assinados com entidades consideradas representativas do sector solidário.

Este programa teve o propósito e a preocupação de atuar nas situações mais vulneráveis em termos de carência alimentar, através de uma lógica de proximidade e maximização dos recursos já existentes.

No concelho de Palmela, a Fundação COI foi a primeira entidade selecionada para participar nesta iniciativa, tendo assinado protocolo com o Instituto de Segurança Social em 18 de Abril de 2012.

Este protocolo permitiu à Fundação COI distribuir até um máximo de 100 refeições diárias. No início de 2018, distribuíamos 62 refeições, tendo vindo este número a diminuir ao longo dos meses, ficando assim com 47 refeições diárias para consumo no domicílio.

O Relatório de Atividades correspondente poderá ser consultado em https://www.fundacao-coi.pt/institucional/instrumentos-de-gestao

5.7. BANCO DE AJUDAS TÉCNICAS

Numa perspetiva de complementaridade às respostas de intervenção social e comunitária da Fundação COI, nomeadamente nas áreas de apoio à população idosa e cidadãos portadores de deficiência, surgiu a necessidade de se criar um serviço especializado na área das ajudas técnicas, disponível à comunidade.

O Banco de Ajudas Técnicas é uma resposta social inovadora, adequada, específica e facilitadora da vida diária das pessoas idosas e dependentes e suas famílias cuidadoras.

Esta resposta visa, através do aluguer de equipamento, apoiar as pessoas idosas ou dependentes residentes na Freguesia de Pinhal Novo em particular e do Concelho de Palmela em geral, com uma situação de saúde que imponha a utilização de ajudas técnicas, minorando as suas dificuldades de mobilidade e facultando uma melhoria de cuidados na dependência face a terceiros. Assim, o Banco de Ajudas Técnicas poderá contribuir para uma maior autonomia e consequente melhoria do bem-estar da pessoa.

Os equipamentos estão ao dispor e poderão ser utilizados pelas outras I.P.S.S. que possuem também Serviço de Apoio Domiciliário e eventualmente outras entidades particulares.

Esta resposta desenvolve-se no respeito dos princípios da solidariedade social, uma vez que, proporciona o acesso a ajudas técnicas, a preços sociais, calculados com base nos rendimentos per capita.

O Relatório de Atividades correspondente poderá ser consultado em https://www.fundacao-coi.pt/institucional/instrumentos-de-gestao

5.8. CONTRATOS LOCAIS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL – 3ª GERAÇÃO (CLDS-3G PALMELA)

Os Contratos Locais de Desenvolvimento Social são um instrumento de política pública que visa uma intervenção de proximidade, assim como promover a integração social e combater a pobreza e qualquer discriminação.

O Projeto CLDS-3G Palmela (**G**anhar competências, **G**erar oportunidades, **G**arantir emprego) é um projeto de âmbito concelhio, que terá a duração de três anos - 2016/2019. Este resulta da parceria entre três entidades: Fundação COI (entidade coordenadora/ executora), ADREPES (entidade executora) e Centro Social da Quinta do Anjo (entidade executora).

O plano de ação desta operação, que foi construído com base em dois instrumentos de planeamento concelhios da Rede Social (Diagnóstico Social e Plano de Desenvolvimento Social), divide-se em 19 atividades pertencentes a três eixos de

intervenção: Eixo 1 - Emprego, formação e qualificação; Eixo 2 - Intervenção familiar e parental, preventiva da pobreza infantil; e Eixo 3. Capacitação da comunidade e das instituições.

O Relatório de Atividades correspondente poderá ser consultado em https://www.fundacao-coi.pt/institucional/instrumentos-de-gestao

5.9. PROGRAMA INCORPORA

Em março de 2018, a Fundação COI submeteu uma candidatura ao Programa Incorpora, promovido pela Fundação "la Caixa", tendo sido uma das 32 instituições selecionadas, de entre 92 candidaturas válidas a nível nacional. O acordo das instituições com a Fundação "la Caixa" foi celebrado no dia 13 de julho de 2018, sendo válido até 31/12/2019, com possibilidade de renovação.

O programa foi implementado nos distritos de Setúbal, Lisboa, Porto e Coimbra, podendo sofrer futura expansão para outras zonas do país. No distrito de Setúbal, a Fundação COI integrou um núcleo formado com outras 4 instituições (as demais estão localizadas nos concelhos de Setúbal, Montijo e Barreiro).

Pese embora esteja no seu primeiro ano de implementação em Portugal, o Programa Incorpora apresenta uma metodologia de trabalho já consolidada. De facto, esta iniciativa teve início em 2006, em Espanha, assumindo o desafio de promover a integração sociolaboral das pessoas em situação ou em risco de exclusão social, gerando oportunidades de integração nas empresas, com apoio e seguimento por parte do pessoal técnico do Programa.

Posteriormente à sua implementação e consolidação em Espanha, foi também promovido em outros países: Marrocos, Polónia, Hungria, Tunes (Tunísia) e, mais recentemente, em Portugal. Até meados de 2018, o Programa era suportado pelo trabalho exercido por 403 entidades sociais, as quais criaram uma rede que atendia 49000 empresas contratantes. Fruto desse trabalho, o programa apoiou um total de mais de 170 mil inserções laborais.

O Programa Incorpora prevê o apoio aos beneficiários nas seguintes situações: desempregados de longa duração; jovens "NEET" (ou seja, que não trabalham, não estudam e não seguem uma formação); pessoas com deficiência física ou mental; pessoas com mais de 45 anos; imigrantes; ex-toxicodependentes; vítimas de violência doméstica; ex-reclusos (Re-Incopora); de entre outros.

O Relatório de Atividades correspondente poderá ser consultado em https://www.fundacao-coi.pt/institucional/instrumentos-de-gestao

6. SUSTENTABILIDADE ECONÓMICO – FINANCEIRA

6.1. FARMATURAL

A génese da Fundação COI é a filantropia onde se inclui a Farmatural.

Foi com base neste humanitarismo e neste amor ao próximo que a Fundação COI foi crescendo ao longo destes 39 anos de existência e, por isso, sendo uma Instituição Particular de Solidariedade Social, considerou que a Temática Central destes três anos fosse "A FILANTROPIA NA ECONOMIA SOCIAL".

No último ano de vigência pretende-se abordar o tema "A Filantropia e a Cultura Mundial" do qual a Farmatural fará parte. O objetivo será desenvolver, em conjunto com as restantes respostas sociais da Fundação, estratégias inovadoras e transversais com vista ao aumento dos comportamentos filantrópicos.

O grande desafio de 2019 será a concretização da implementação de mais um estabelecimento Farmatural no centro do Pinhal Novo.

A Farmatural procurará, ao longo do ano de 2019, manter a disponibilidade de produtos, equipamentos e cuidados de Saúde a preços acessíveis, ajudando os clientes e colaboradores a ter acesso aos mesmos produtos por um valor menos elevado.

O Relatório de Atividades correspondente poderá ser consultado em https://www.fundacao-coi.pt/institucional/instrumentos-de-gestao

6.2. CLINICOI, CENTRO DE FISIOTERAPIA E CLINICOI CENTRO

A *Clinicoi* é uma unidade de saúde que pretende complementar as respostas de intervenção social e comunitária da *Fundação COI*, criando um serviço especializado na área da saúde, que simultaneamente apoia as respostas sociais da instituição e cria mais um recurso disponível à comunidade.

Na *Clinicoi* funcionam várias especialidades médicas, enfermagem, terapias, e serviços ao domicílio que são realizados mediante marcação prévia. A *Clinicoi* dispõe ainda de análises clínicas e diversos exames auxiliares de diagnóstico.

Durante o ano de 2018, consolidou-se funcionamento do *Centro de Fisioterapia* que funciona como uma extensão da *Clinicoi*, enquanto unidade de medicina física e de reabilitação. O Centro de Fisioterapia presta um serviço personalizado e de qualidade superior na reabilitação física do individuo, através de tratamentos de fisioterapia devidamente prescritos por médico fisiatra. Esta unidade tem diversos equipamentos tecnologicamente avançados, ginásio cardiofitness, tanque de marcha que conjugado com uma equipa de profissionais especializados presta um serviço de referência na área da medicina física de reabilitação.

No dia 26/11/2018, foi inaugurada a *Clinicoi Centro,* uma nova unidade de saúde, localizada na "Avenida da Liberdade nº 25, 2955-114 Pinhal Novo", assim como a *Farmatural Centro* que se encontra no mesmo edifício mas com acesso através da "Rua São Francisco Xavier, nº 17, 2955-114 Pinhal Novo". A *Clinicoi Centro* funciona em complementaridade (corpo clínico e/ou especialidades) e como uma extensão da *Clinicoi*, procurando estar mais perto da comunidade, trabalhando em estreita articulação com os restantes estabelecimento de saúde da Fundação.

De forma a alargar ainda mais a sua oferta e alcançar um leque mais variado de clientes, a *Clinicoi* / *Centro de Fisioterapia* / *Clinicoi Centro* continuam a celebrar protocolos, acordos e parcerias com diversas entidades, assim como a alargar os serviços disponíveis.

O Relatório de Atividades correspondente poderá ser consultado em https://www.fundacao-coi.pt/institucional/instrumentos-de-gestao

6.3. QUINTA PEDAGÓGICA

Dando cumprimento à sua vocação primeira – a educação – a Fundação detém um espaço educativo inovador, ao ar livre, no qual se desenvolvem estratégias de sensibilização para a preservação dos valores culturais, patrimoniais e ambientais da região onde se insere.

Este espaço conta ainda com o Núcleo Museológico da "Casa Caramela", classificado assim pela Autarquia, e ainda com todas as estruturas de apoio à vida rural, características dos séculos passados, tais como capoeiras, pocilgas, estrebaria, estábulo, casa do cão, lagar, forno de pão, poço e eira.

Ao longo do ano de 2018 deu-se continuidade aos projetos relacionados com o moderno conceito de eco-educação e preservação do património cultural local, bem como, o apoio às atividades lúdicas, culturais e recreativas desenvolvidas nos diferentes Planos de Atividades e no Plano Transversa da Fundação COI.

Foram realizadas visitas de estudo das escolas do Ensino Básico do Concelho, ao abrigo do protocolo com a Autarquia local e realizados eventos no espaço multiusos da Quinta Pedagógica.

Relativamente aos equipamentos e às infraestruturas, foram melhorados e adaptados os alojamentos e espaços de pastagem dos animais, assim como, mantidas as condições necessárias ao bom funcionamento do espaço.

Ao longo do ano cumpriu-se o programa de divulgação deste espaço, nomeadamente durante as festas do Pinhal Novo, divulgando o espaço, os produtos e atividades junto da comunidade, com vista à sua rentabilização.

O Relatório de Atividades correspondente poderá ser consultado em https://www.fundacao-coi.pt/institucional/instrumentos-de-gestao

Parte II - Balanço Social

Funcionamento

Recursos Humanos

Clientes

FUNDAÇÃO COI * AO SERVIÇO DA COMUNIDADE

Funcionamento

Resultados de Desempenho – Benchmarking Interno

Avaliação de Fornecedores (Produtos, Serviços e Subcontratados)

Avaliação de Parcerias (Protocolos Estabelecidos)

Avaliação de Desempenho de Colaboradores

Avaliação de Satisfação (Clientes, Parceiros, Colaboradores)

Contagem de Correspondência

Valores em Comunicações

Movimento de Viaturas

Refeições Servidas

Saúde e Segurança no Trabalho

1. Funcionamento

1.1. Resultados de Desempenho – Benchmarking Interno

1.1.1. Creche

Objetivos Operacionais	Indicadores	Ano Letivo					
		Creche (Sede)			Creche (Vila Bela)		
		2015/16	2016/17	2017/18	2015/16	2016/17	2017/18
• Garantir o cumprimento dos planos individuais	• % de cumprimento do PI (quadrimestral)	99%	100%	99%	100%	100%	100%
• Garantir o cumprimento do plano de atividades	• % de cumprimentos do plano de atividades (mensal)	99%	100%	100%	100%	100%	100%

1.1.2. Pré-Escolar

Objetivos Operacionais	Indicadores	Ano Letivo		
		2015/16	2016/17	2017/18
• Garantir o cumprimento dos planos individuais	• % de cumprimento do PI (quadrimestral)	100%	100%	100%
• Garantir o cumprimento do plano de atividades	• % de cumprimentos do plano de atividades (mensal)	100%	103%	105%

1.1.3. Centro De Atividades De Tempos Livres (CATL)

Objetivos Operacionais	Indicadores	Ano Letivo		
		2015/16	2016/17	2017/18
• Garantir o cumprimento do plano de atividades	• % de cumprimentos do plano de atividades (mensal)	100%	100%	100%

1.1.4. Ensino Básico (1º CICLO)

Objetivos Operacionais	Indicadores	Ano Letivo		
		2015/16	2016/17	2017/18
• Garantir a aquisição dos conteúdos programáticos	• % de conteúdos programáticos atingidos como bom	64%	64%	52%
• Garantir o sucesso escolar	• % de sucesso escolar	93%	100%	100%
• Garantir o cumprimento do plano de atividades	• % de cumprimentos do plano de atividades (trimestral)	99%	100%	101%
• Garantir o cumprimento do plano anual curricular	• % de cumprimento do plano anual curricular	100%	100%	100%

1.1.5. Centro De Acolhimento Temporário I (CAT I), Centro De Acolhimento Temporário II (CAT II) E Lar De Crianças E Jovens

Objetivos Operacionais	Indicadores	CAT I			CAT II			Lar de Crianças e Jovens		
		2016	2017	2018	2016	2017	2018	2016	2017	2018
• Cumprir as atividades definidas no plano sócio educativo individual (PSEI).	• % de cumprimento do PSEI (semestral)	99%	95%	91%	96%	92%	87%	100%	98%	98%
• Garantir a participação das crianças e jovens nos programas e atividades da resposta social.	• % de cumprimento do plano de atividade (mensal)	100%	100 %	100 %	99%	100 %	100%	99%	100 %	100 %

FUNDAÇÃO COI * AO SERVIÇO DA COMUNIDADE

1.1.6. Lar Residencial E Residência Autónoma

Objetivos Operacionais	Indicadores	Lar Residencial			Residência Autónoma		
		2016	2017	2018	2016	2017	2018
• Cumprir as atividades definidas no plano individual (PI).	• % de cumprimento do PI (semestral)	100%	100%	100%	100%	100%	100%
• Garantir o cumprimento do plano de atividades.	• % de cumprimentos do plano de atividades (mensal)	100%	100%	100%	100%	100%	100%

1.1.7. Centro De Atividades Ocupacionais (CAO)

Objetivos Operacionais	Indicadores	2016	2017	2018
• Cumprir as atividades definidas no projeto de desenvolvimento individual (PDI).	• % de cumprimento do PDI (semestral)	100%	100%	100%
• Garantir o cumprimento do plano de atividades.	• % de cumprimentos do plano de atividades (mensal)	100%	100%	100%

1.1.8. Residência De Idosos (RI)

Objetivos Operacionais	Indicadores	2016	2017	2018
• Cumprir as atividades definidas no plano individual (PI).	• % de cumprimento do PI (trimestral)	91%	96%	95%
• Garantir o cumprimento do plano de atividades.	• % de cumprimentos do plano de atividades (mensal)	100%	100%	100%

1.1.9. Serviço De Apoio Domiciliário (SAD)

Objetivos Operacionais	Indicadores	2016	2017	2018
• Cumprir as atividades definidas no plano desenvolvimento individual (PDI).	• % de cumprimento do PDI (semestral)	95%	98%	96%

1.1.10. Centro De Apoio Familiar E Aconselhamento Parental (CAFAP)

Objetivos Operacionais	Indicadores	2016	2017	2018
• Garantir o cumprimento do plano de atividades	• % de cumprimentos do plano de atividades do plano semanal	107%	103%	89%
• Garantir o cumprimento do plano de intervenção com o envolvimento da família	• Problemáticas Identificadas no Plano de Intervenção Familiar	80%	76%	70%

1.1.11. Aconselhamento Psicológico

Objetivos Operacionais	Indicadores	2016	2017	2018
• Prazo entre o pedido para o acompanhamento e a emissão de resposta	• data de pedido de acompanhamento/data de emissão de resposta	0	0	NA
• Assegurar a divulgação deste recurso	• nº de ações de divulgação	2	2	2
• Avaliar a qualidade do serviço prestado	• nº de clientes que avalia positivamente o aconselhamento psicológico (satisfeito e totalmente satisfeito) / nº total de clientes	100%	100%	100%

1.1.12. Serviços/Setores De Apoio

Serviços / Setores	Objetivos Operacionais	Indicadores	2016	2017	2018
Transportes	• Garantir o preenchimento do impresso de requisições, sempre que estas sejam requisitadas (exceto viaturas afetas à administração)	• % de fichas de verificação do estado da viatura preenchidas, em função do número de requisições.	100%	100%	100%
Lavandaria	• Garantir o correto e atempado tratamento das roupas	• % de entregas corretas ou em falta)	100%	98%	100%
		• % de cumprimento do prazo previsto de entrega	100%	99%	99%

Serviços / Setores	Objetivos Operacionais	Indicadores		2016	2017	2018
Compras	• Garantir a gestão eficaz das compras e subcontratações efetuadas • Qualificar os fornecedores (produtos, serviços e subcontratados)	• Desempenho dos fornecedores de produtos		99%	100%	99%
		• Desempenho dos fornecedores de serviços		98%	100%	99%
		• Desempenho de subcontratados		99%	98%	99%
Centro de Recursos Educativos	• Gerir os recursos disponíveis na mediateca / biblioteca • Promover a imagem da Fundação COI através de atividades de marketing e publicidade	• % cumprimento do plano aquisições		100%	126%	NA
		• Nº de requisições (livros e equipamento audiovisual) (Período homologo)		23%	181	797
Gestão do Património e HST	• Garantir uma eficaz gestão e manutenção do imobilizado e património da Fundação COI	• % cumprimento do plano de manutenção de edifícios e equipamentos (Manutenção preventiva)		186%	111%	101%
		• Cumprimento do Plano de Manutenção de frota (Manutenção preventiva)	Seguro	100%	100%	100%
			Inspeções	100 %	100%	100%
			Revisões	100 %	100%	100%
		• Cumprimento do Plano de Manutenção de frota (Manutenção Corretiva)		99%	92%	103%
	• Consumos Energéticos	• % de Consumos de Eletricidade		44%	304%	180%
		• % de Consumo de Gás		60%	192%	130%
		• % de Consumos de Água		117%	175%	69%
Gabinete de Apoio Geral	• Cumprir os prazos estabelecidos para pagamentos a fornecedores	• % de cumprimento dos prazos estabelecidos para pagamento a fornecedores		97%	100%	100%
	• Cumprir os prazos estabelecidos para o fecho do mês (contabilidade)	• % de cumprimento dos prazos estabelecidos para fecho do mês (contabilidade)		3	18	7
	• Nº de reclamações relativas ao atendimento face ao ano transato	• Diminuir o número de reclamações relativas ao atendimento, face ao ano anterior		0	---	---
Gabinete Social e de Psicologia	• Garantir a eficaz emissão de resposta aos pedidos de acolhimento rececionados pela Fundação COI	• Prazo entre o pedido de acolhimento e emissão de resposta (exclui-se acolhimentos de emergência)		Conforme	Conforme	Conforme
	• Garantir a atualização e a disponibilização da informação relativa à entrada e saída dos clientes das diversas respostas sociais às partes interessadas (Fundação COI e Segurança Social)	• Entrega do mapa de desinstitucionalização, corretamente preenchido, até ao 3º dia útil do mês		Conforme	Conforme	Conforme
		• Entrega das listas de clientes das respostas sociais, corretamente preenchido, até ao 3º dia útil do mês		Conforme	Conforme	Conforme
		• % de ocupação média do número de vagas protocoladas na resposta social de Residência de Idosos		98%	99%	100%
		• % de ocupação média do número de vagas protocoladas na resposta social de SAD		94%	99%	100%
		• % de ocupação média do número de vagas protocoladas na resposta social de Lar Residencial		99%	100%	100%
		• % de ocupação média do número de vagas protocoladas na resposta social de Residência Autónoma		100%	100%	100%
		• % de ocupação média do número de vagas protocoladas na resposta social de CAO		100%	100%	99%
		• % de ocupação média do número de vagas protocoladas na resposta social de creche		94%	93%	95%
		• % de ocupação média do número de vagas protocoladas na resposta social de Pré-Escolar		100%	96%	79%
		• % de ocupação média do número de vagas protocoladas na resposta social de 1º ciclo		58%	61%	59%
		• % de ocupação média do número de vagas protocoladas na resposta social de CATL		95%	99%	97%
	• Garantir a inscrição e renovação de matrícula nas diferentes respostas sociais	• Número de renovações de matrícula na resposta social de Creche (até 31 dezembro)		65%	69%	61%
		• Número de renovações de matrícula na resposta social de Pré-Escolar (até 31 dezembro)		60%	83%	97%
		• Número de renovações de matrícula na resposta social de CATL (até 31 dezembro)		85%	83%	100%

1.1.13. Sectores De Sustentabilidade Económico-financeira

Serviços / Setores	Objetivos Operacionais	Indicadores	2016	2017	2018
Quinta Pedagógica	• Promover a eco educação junto da população	• Nº de eventos realizados por ano	16	8	5
	• Promover e dinamizar atividades lúdicas e recreativas	• Nº de visitas de estudo realizadas por ano	24	20	34
Clinicoi	• Aumentar o número de marcações efetuadas	• % de variação por período homólogo do nº de marcações efetuadas	106%	43%	49%
		• % de variação do total de marcações anual (acumulado mensal do ano)	107%	33%	48%
	• Aumentar o número de novos clientes	• % de novos clientes atendidos por ano	11%	16%	16%
	• Aumentar a fidelização dos seus clientes	• % de fidelização de clientes por ano	28%	32%	29%
	• Assegurar a divulgação deste recurso	• Nº de ações de divulgação por ano	62	218	117
Farmatural	• Comercializar medicamentos não sujeitos a receita médica, equipamentos e material de acordo com os requisitos legais aplicáveis e necessidades dos clientes	• % de cumprimento do objetivo de vendas anual	89%	103%	109%
	• Garantir uma eficaz gestão de stock	• % de Produtos enviados para abate (unidades)	3%	0%	0%
	• Assegurar a divulgação deste espaço	• Nº de ações de divulgação por ano	42	50	40
Banco de Ajudas Técnicas	• Garantir a existência e disponibilidade de equipamento para responder às solicitações dos clientes e rede social	• Prazo entre o pedido de aluguer e a emissão de resposta	0	0	0
	• Assegurar a dinamização e divulgação do serviço do Banco de Ajudas Técnicas	• Nº de campanhas de divulgação	54	55	53

1.2. Avaliação de Fornecedores (Produtos, Serviços e Subcontratados)

Foram avaliados os nossos fornecedores (produtos, serviços e subcontratados) de acordo com os critérios definidos, tendo os melhores classificados sido informados da sua avaliação referente ao ano de 2018.

Os melhores classificados encontram-se no quadro que se segue:

Descrição	2016	2017	2018
Produtos	✓ Cooperativa Agrícola ✓ Mercafar	✓ Entro Ortopédico do Sul. Lda ✓ Cooperativa Agrícola União Novense ✓ Mercafar, SA	✓ Paula Piedade - Confecções, Lda ✓ Dentalexpress
Serviços	✓ Elisabete Vidal ✓ Vítor Carlos Botas	✓ Disporsado ✓ Valente, Santos e Botas, Lda ✓ Laboratório Valclinic	✓ Disporsado ✓ Laboratório Valclinic, Lda
Subcontratados	✓ Centro Audiológico de Setúbal ✓ Luís Miguel Dinis Pinto	✓ Centro Audiológico de Setúbal ✓ Joaquim Chaves Saúde	✓ Centro Audiológico de Setúbal ✓ Joaquim Chaves Saúde

1.3. Avaliação de Parcerias (Protocolos Estabelecidos)

Em sequência de anos transatos, a Fundação, continua a realizar a avaliação das parcerias estabelecidas no ano em análise e em anos anteriores (Órgão de Avaliação – Conselho de Administração), com o propósito de verificar a pertinência futura.

Parceria	Participação / Cumprimento dos objetivos da parceria	Avaliação	
		Continuar	Cancelar
• Escola Secundária de Palmela	✓ 2 Estágios – Curso de Apoio à Infância	√	
• Escola Secundária do Pinhal Novo	✓ Protocolo mantém-se ativo no entanto no ano de 2018 não houve pedido de integração de estagiários	√	
• Escola Superior de Educação de Setúbal – Instituto Politécnico de Setúbal	✓ 4 Estágios – Técnico Profissional de Serviço Familiar e Comunitário	√	
• Escola Profissional de Setúbal	✓ 1 Estágio – Técnico de Animação Sociocultural ✓ 1 Estágio – Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos	√	
• Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas - Universidade Lusíada	✓ 1 Estágio – Serviço Social	√	
• ERISA – Escola Superior de Saúde Ribeiro Sanches	✓ Protocolo mantém-se ativo no entanto no ano de 2018 não houve pedido de integração de estagiários	√	
• ISCE – Instituto Superior de Ciências Educativas	✓ 2Estágio Curricular - Educação Social	√	
• Escola Secundária Monte da Caparica	✓ 1 Estágio – Técnico Auxiliar de Ação Educativa	√	
• ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa	✓ 1 Estágio Curricular - Serviço Social	√	
• COFAC - Cooperativa de Formação e Animação Cultural, C.R.L. (Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias)	✓ Protocolo mantém-se ativo no entanto no ano de 2018 não houve pedido de integração de estagiários	√	
• IEFP - Setúbal	✓ 1 Estágios – Curso de Técnico Auxiliar de Saúde; ✓ 3 Estágios – Técnico Auxiliar de Ação Educativa ✓ Integração de Contratos Emprego-Inserção; ✓ Integração de Estágios-Emprego; ✓ Conceção e implementação de programas de formação profissional; ✓ Formação para trabalhadores internos da Fundação.	√	
• IEFP - Seixal	✓ 1 Estágios – Técnico de Apoio Familiar e de Apoio à Comunidade	√	
• IEFP - Viseu	✓ 1 Estágios – Curso de Técnico Ação Educativa.	√	
• Empresa Municipal de Desporto	✓ Prática da natação na Piscina Municipal	√	
• Câmara Municipal de Palmela	✓ Participação nos projetos pedagógicos específicos de cada sala; ✓ Protocolo de apoio ao funcionamento da Quinta Pedagógica; ✓ Celebração de Contrato Comodato para a utilização do Centro de Respostas Comunitárias do Poceirão para atendimento a beneficiários de RSI, assim como para o funcionamento da Loja Social ✓ Outras não especificadas e pontuais, em especial com a sua Divisão de Intervenção Social.	√	
• Junta de Freguesia de Pinhal Novo	✓ Participação nos projetos pedagógicos específicos de cada sala; ✓ Representação como elemento efetivo na Comissão Social de Freguesia; ✓ Participação em comemorações de efemérides promovidas pela Junta de Freguesia; ✓ Eventos de cidadania; ✓ Outras não especificadas e pontuais.	√	
• Junta da União de Freguesia de Poceirão e Marateca	✓ Representação como elemento efetivo na Comissão Social de Freguesia; ✓ Cedência de espaço para os atendimentos aos beneficiários de RSI da Marateca e Cajados; ✓ Outras não especificadas e pontuais.	√	
• Conselho Local de Ação Social de Palmela/ Rede Social	✓ Membro do Núcleo Restrito; ✓ Membro do Conselho Alargado; ✓ Parceria nas atividades propostas em Plano de Ação.	√	
• Núcleo Local de Inserção de Palmela	✓ Membro do Núcleo Local de Inserção; ✓ Protocolo para o acompanhamento a beneficiários do Rendimento Social de Inserção, nas freguesias de Pinhal Novo e Poceirão.	√	
• DGRS – Direção Geral de Reinserção Social	✓ Integração de Programas de trabalho comunitário e inserção social.	√	
• GNR (Guarda Nacional Republicana)	✓ Não especificadas e pontuais, em especial para as respostas sociais de acolhimento.	√	

Parceria	Participação / Cumprimento dos objetivos da parceria	Avaliação	
		Continuar	Cancelar
• Som do Pinhal Rádio – Popular FM	✓ Publicidade Institucional; ✓ Programa Semanal da responsabilidade do CAFAP; ✓ Não especificadas e pontuais.	√	
• Associação Juvenil do Centro de Ocupação Infantil	✓ Entidade fundadora daquele organismo; ✓ Proprietária das instalações; ✓ Protocolo de cedência de instalações; ✓ Colaboração da AJ/COI em atividades específicas da Fundação a definir; ✓ Co-Financiadora das despesas gerais de funcionamento (água, luz e condomínio).	√	
• Escolas Públicas e Privadas do 1º, 2º, e 3º Ciclos do Ensino Básico, Escola Secundária de Pinhal Novo e Centro Formação da Escola Sec. de Pinhal Novo	✓ Cooperação entre entidades nos projetos educativos dos jovens institucionalizados; ✓ Desenvolvimento de projetos pedagógicos; ✓ Formação contínua de técnicos; ✓ Integração de Estágios em contexto de Trabalho; ✓ Relações técnicas de articulação nos projetos educativos de jovens institucionalizados.	√	
• Centro de Saúde/Autoridade de Saúde; Centro Hospitalar de Setúbal; Unidade de Saúde Familiar de Santiago	✓ Parceria nos Centros de Acolhimento; ✓ Parceria no Lar de Crianças e Jovens; ✓ Parceria nas Residências de Idosos; ✓ Parcerias no Lar Residencial e Residência Autónoma; ✓ Formação específica para técnicos da Fundação; ✓ Outras não especificadas e pontuais.	√	
• Bombeiros Voluntários de Pinhal Novo	✓ Apoio a sinistrados; ✓ Outras não especificadas de intercâmbio e pontuais, em especial relacionadas com segurança.	√	
• Clube Desportivo Pinhalnovense	✓ Apoio ao desenvolvimento de projetos pedagógicos; ✓ Outras não especificadas e pontuais.	√	
• Associação Reformados Pensionistas e Idosos	✓ Apoio ao desenvolvimento de projetos pedagógicos conjuntos; ✓ Atividades concelhias para pessoas idosas; ✓ Outras não especificadas e pontuais.	√	
• Associação das Festas Populares de Pinhal Novo	✓ Participação nas Festas Populares do Pinhal Novo através da instalação de um Stand, no qual é divulgada a intervenção da Fundação; ✓ Desenvolvimento de atividades infantis conjuntas, constantes no Programa das Festas.	√	
• Outras IPSS	✓ Do concelho em ações específicas não identificadas; ✓ Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade – CNIS; ✓ União Distrital das IPSS – UDIPSS; ✓ União Concelhia das IPSS – UIPSSCP.	√	
• Internacionais	✓ ESAN – European Social Action Network – membro efetivo; ✓ Fundações da CPLP; ✓ Programa Erasmus +.	√	
• Particulares / Informais	✓ Banco Português de Investimento; ✓ Caixa de Crédito Agrícola – Agência Pinhal Novo; ✓ Caixa Geral de Depósitos; ✓ Millennium BCP; ✓ Fundação Calouste Gulbenkian; ✓ Fundação CEBI; ✓ Lidl & Cia; ✓ McDonald's; ✓ Outras Entidades, quer públicas quer privadas, cuja cooperação se manifeste necessária; ✓ Outros Mecenas.	√	

1.4. Avaliação de Satisfação efetuada a Colaboradores, Clientes e Parceiros, relativamente aos serviços prestados pela Fundação COI

1.4.1. Colaboradores

Resposta Social / Serviço		Média		
		2016	2017	2018
Área da Infância e Juventude	Creche - Sede	8,15	7,72	7,79
	Creche - Vila Bela	7,96	7,77	8,03
	Pré-Escolar - Sede	7,89	8,02	8,06
	Ensino Básico - 1º Ciclo	8,51	8,04	8,13
	CATL	8,32	8,07	8,26
	Subtotal	**8,16**	**7,92**	**8,05**
Área de Acolhimento (Infância e Juventude)	CAT I	7,42	7,77	7,85
	CAT II	7,73	7,69	7,94
	Lar de Crianças e Jovens	7,09	7,27	8,27
	Casa Abrigo Dolores	8,33	8,18	8,50
	Subtotal	**7,64**	**7,72**	**8,14**
Área para Portadores de Deficiência (Centro Integrado de Apoio à Deficiência)	Lar Residencial	7,66	7,57	7,59
	Residência Autónoma	6,94	7,20	7,40
	Centro de Atividades Ocupacionais	7,86	8,13	7,97
	Subtotal	**7,48**	**7,63**	**7,65**
Área de Idosos	Residência de Idosos	7,46	7,82	7,80
	Serviço de Apoio Domiciliário	6,99	7,43	7,60
	Subtotal	**7,22**	**7,62**	**7,70**
Gabinete de Apoio à Comunidade – Inserção Social	Equipa de Acompanhamento de Beneficiários de RSI	8,21	8,24	8,06
	CAFAP	9,11	8,72	7,75
	Subtotal	**8,66**	**8,48**	**7,90**
Serviços Administrativos		8,21	7,85	8,19
Serviços de Apoio		7,19	7,03	7,06
	Total	**7,76**	**7,44**	**7,83**

Legenda: Escala de Avaliação: [1 a 3 Muito Fraco]; [4 a 5 Fraco]; [6 a 7 Suficiente]; [8 a 9 Bom]; [10 Muito Bom]

1.4.2 Clientes

Resposta Social / Serviço		2016	2017	2018
Área da Infância e Juventude	Creche - Sede	87%	86%	87%
	Creche - Vila Bela	88%	93%	88%
	Pré-Escolar	84%	89%	89%
	Centro de Atividades e Tempos Livres (CATL)	88%	99%	99%
	Ensino Básico - 1º Ciclo	91%	95%	95%
	Subtotal	**88%**	**92%**	**92%**
Área de Acolhimento	Centro de Acolhimento Temporário I (CAT I)	100%	98%	87%
	Centro de Acolhimento Temporário II (CAT II)	93%	95%	95%
	Lar de Crianças e Jovens	95%	99%	99%
	Casa Abrigo Dolores (CAD)	72%	89%	90%
	Subtotal	**90%**	**95%**	**93%**
Área para Portadores de Deficiência (Centro Integrado de Apoio à Deficiência)	Lar Residencial (LR)	100%	98%	97%
	Residência Autónoma (RA)	98%	94%	97%
	Centro de Atividades Ocupacionais (CAO)	100%	97%	100%
	Subtotal	**99%**	**96%**	**98%**
Área de Idosos	Residência de Idosos (RI)	99%	97%	89%
	Serviço de Apoio Domiciliário (SAD)	97%	97%	93%
	Subtotal	**98%**	**97%**	**91%**
Gabinete de Apoio à Comunidade – Inserção Social	Gabinete de Aconselhamento Psicológico	94%	100%	67%
	CAFAP	90%	93%	88%
	Cantina Social	93%	84%	86%
	Loja Social	96%	83%	89%
	Subtotal	**93%**	**90%**	**83%**
Área de Sustentabilidade Económico-financeira	Farmatural	95%	98%	93%
	Clinicoi e Centro de Fisioterapia	96%	94%	91%
	Banco de Ajudas Técnicas	99%	99%	98%
	Quinta Pedagógica "Casa Caramela"	94%	94%	94%
	Subtotal	**96%**	**96%**	**94%**
	Total	**93%**	**94%**	**91%**

1.4.3 Parceiros

Avaliação da Satisfação dos Parceiros	2016	2017	2018
Resultados da Avaliação	88%	91%	92%

1.5. Movimento de Viaturas

Gráfico 1 – Evolução Anual dos Quilómetros Percorridos pelas Viaturas

1.6. Refeições Servidas

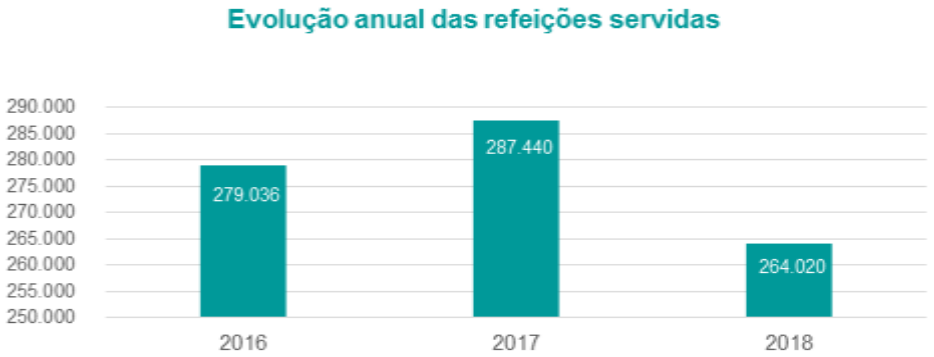


Gráfico 2 – Evolução Anual das Refeições Servidas

1.7. Saúde e Segurança no Trabalho

1.7.1. Saúde no Trabalho

Gráfico 3 – Evolução Anual dos Exames Realizados – Medicina do Trabalho

FUNDAÇÃO COI * AO SERVIÇO DA COMUNIDADE

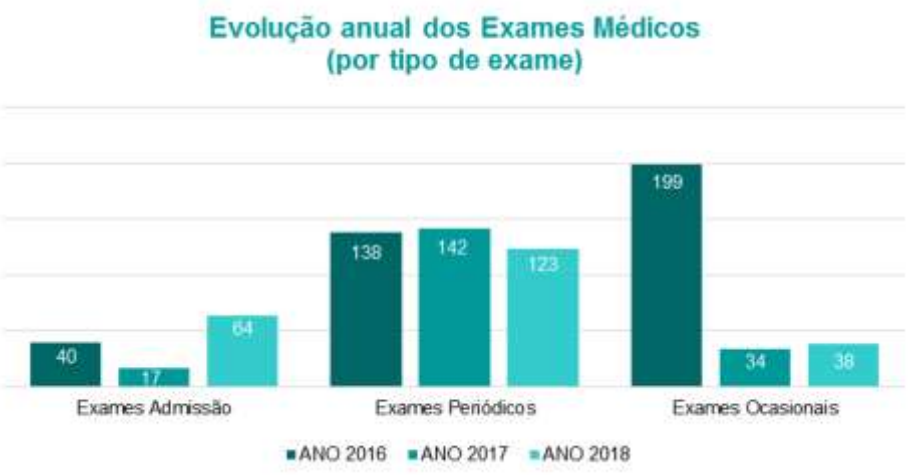


Gráfico 4 – Evolução Anual dos Exames Realizados por Tipo

Gráfico 5 – Vacinação de Clientes por Resposta Social e Colaboradores

1.7.2. Segurança no Trabalho

Datas das Avaliações	Medidas Tomadas
18-04-2018	Avaliação das Condições de Trabalho
19-09-2018	Avaliação das Condições de Trabalho

FUNDAÇÃO COI * AO SERVIÇO DA COMUNIDADE

FUNDAÇÃO COI * AO SERVIÇO DA COMUNIDADE

Recursos Humanos

Pessoal ao Serviço por Tipo de Contrato, Escalão Etário e Género
Pessoal por Categoria Profissional
Movimentação de Pessoal por Categoria Profissional
Programa de Estágios Profissionais
Projetos Contrato Emprego-Inserção (CEI) e Contrato Emprego-Inserção + (CEI+)
Voluntariado
Dias de Ausência ao Trabalho por Tipo de Falta
Ações de Formação
Remunerações de Pessoal do Quadro por Resposta e Clientes Abrangidos

2. Recursos Humanos

2.1. Pessoal ao Serviço por Tipo de Contrato, Escalão Etário e Género

Gráfico 6 – Evolução Anual dos Colaboradores por Tipo de Contrato

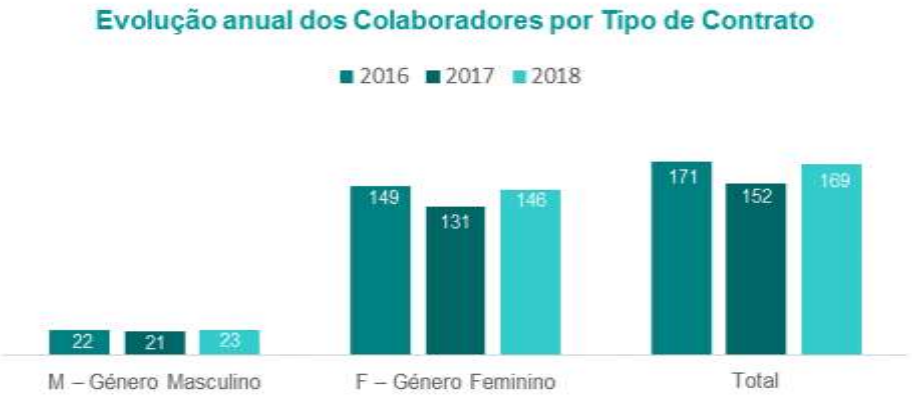


Gráfico 7 – Evolução Anual dos Colaboradores por Género

FUNDAÇÃO COI * AO SERVIÇO DA COMUNIDADE

2.2. Movimentação de Pessoal por Categoria Profissional

Gráfico 8 – Evolução Anual das Movimentações de Pessoal

2.3. Áreas Profissionais desenvolvidas através de Contrato de Prestação de Serviços

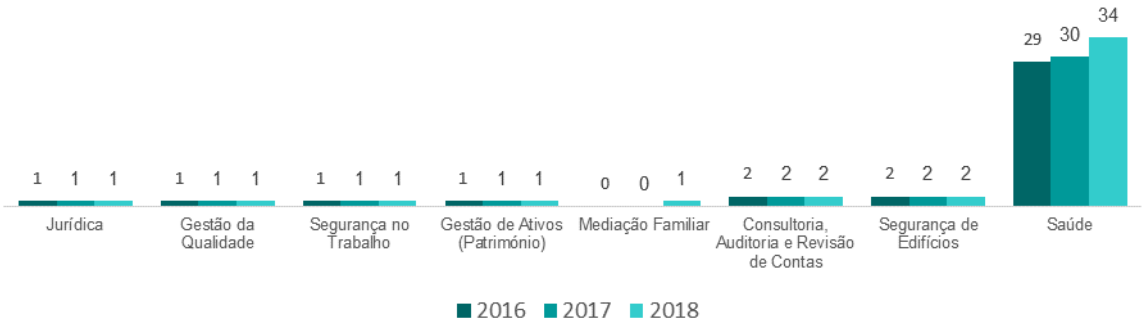


Gráfico 9 – Áreas Profissionais Contrato de Prestação de Serviços

2.4. Programas de Estágio Profissional/Emprego

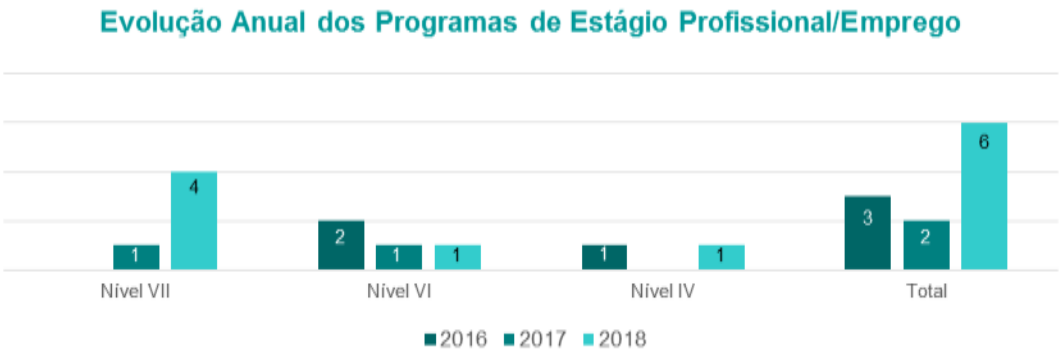


Gráfico 10 – Evolução Anual dos Programas de Estágio Profissional/Emprego

FUNDAÇÃO COI * AO SERVIÇO DA COMUNIDADE

2.5. Projetos Contrato Emprego-Inserção (CEI) e Contrato Emprego-Inserção + (CEI+)

Gráfico 11 – Evolução Anual dos Programas de Contrato Emprego-Inserção

2.6. Voluntariado

Gráfico 12 – Evolução Anual dos Voluntários

2.7. Dias de Ausência ao Trabalho por Tipo de Falta

Gráfico 13 – Evolução dos Dias de Ausência ao Trabalho

2.7.1. Taxa de Absentismo

Gráfico 14 – Evolução da Taxa de Absentismo

2.8. Ações de Formação

2.8.1. Horas de Formação por Tipo de Formação

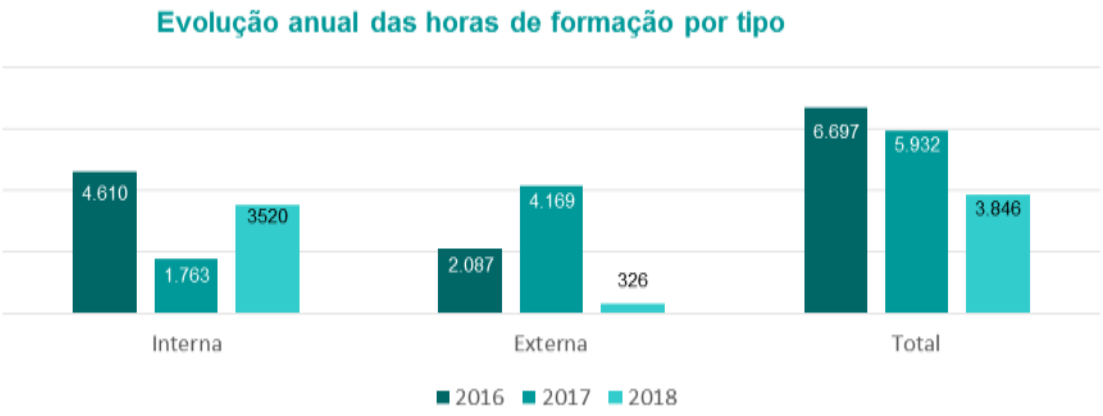


Gráfico 15 – Evolução Anual das Horas de Formação por Tipo

2.8.2. Horas de Formação por Grupo de Pessoal

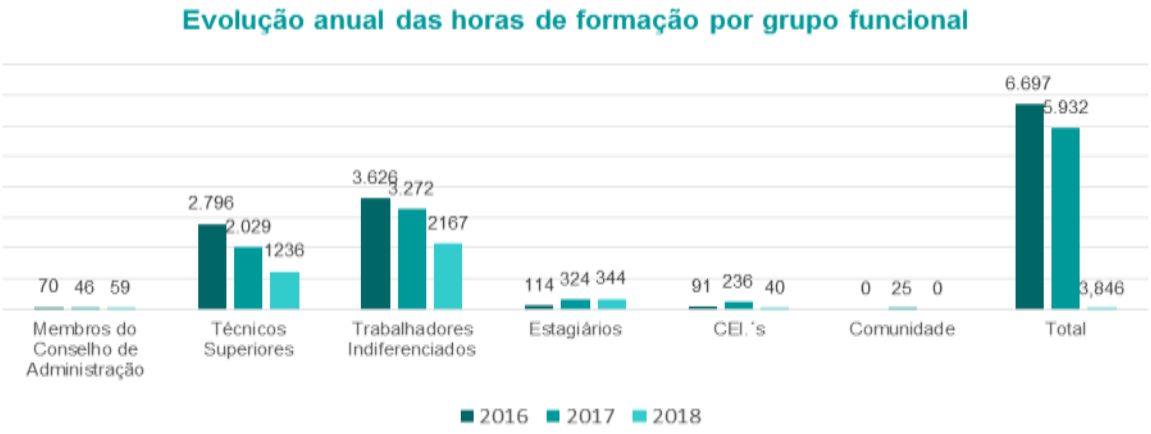


Gráfico 16 – Evolução Anual das Horas de Formação por Grupo de Pessoal

FUNDAÇÃO COI * AO SERVIÇO DA COMUNIDADE

Clientes

Gasto Médio Mensal Do Cliente Por Resposta Social
Movimento De Clientes Na Área Da Infância E Juventude
Movimento De Clientes Na Área De Acolhimento
Movimento De Clientes Na Área Para Portadores De Deficiência (Centro Integrado De Apoio À Deficiência)
Movimento De Clientes Na Área De Idosos
Dimensão Social Dos Clientes

3. Clientes

3.1. Gasto Médio Mensal do Cliente por Resposta Social

Resposta Social	2016	2017	2018
	Gasto Médio Cliente/Mês		
Creche (Sede)	407,48 €	436,31 €	378,37 €
Creche (Vila Bela)	383,19 €	425,14 €	398,77 €
Pré-Escolar (Sede)	325,65 €	352,55 €	291,73 €
Ensino Básico – 1.º Ciclo	201,60 €	232,17 €	217,69 €
CATL	204,97 €	274,14 €	208,53 €
CAT I	1.233,37 €	1.345,32 €	1.298,00 €
CAT II	1.409,04 €	1.390,74 €	1.265,04 €
Lar de Crianças e Jovens	1.263,02 €	1.396,40 €	1.308,26 €
Casa Abrigo Dolores	1.727,66 €	920,42 €	743,21 €
Lar Residencial	1.356,51 €	1.319,25 €	1.438,37 €
Residência Autónoma	1.330,59 €	1.078,19 €	1.309,48 €
CAO	615,75 €	680,23 €	665,47 €
Residência de Idosos	1.205,86 €	1.299,12 €	1.122,21 €
SAD	442,58 €	651,46 €	566,15 €

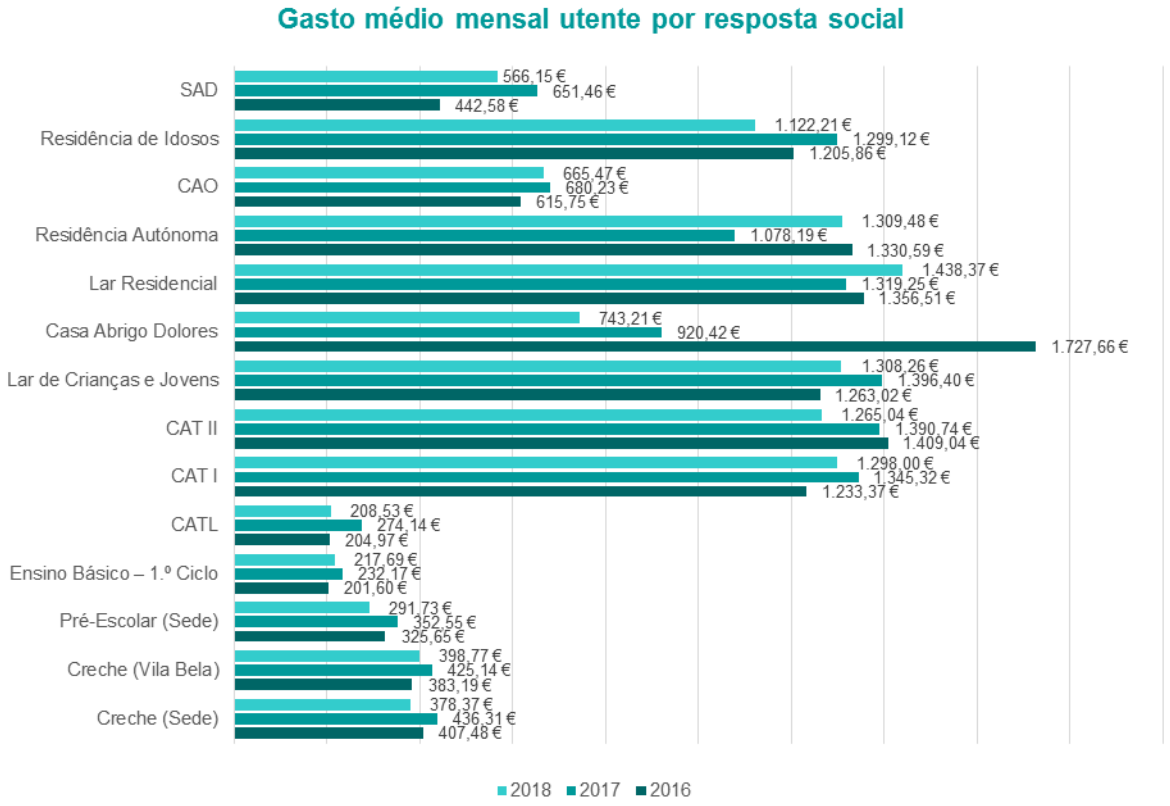


Gráfico 17 – Gasto Médio Mensal do Cliente por Resposta Social

FUNDAÇÃO COI * AO SERVIÇO DA COMUNIDADE

3.2. Movimento de Clientes na Área da Infância e Juventude

3.2.1. Clientes da Creche, Pré-Escolar, 1.º Ciclo e C.A.T.L.

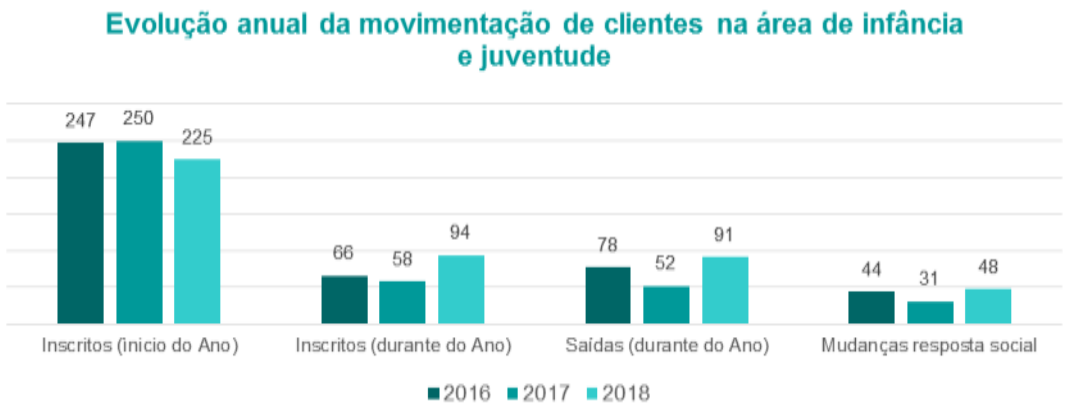


Gráfico 18 –Evolução Anual da Movimentação de Clientes na Área de Infância e Juventude

3.2.2. Distribuição de Clientes por Resposta Social e Escalão

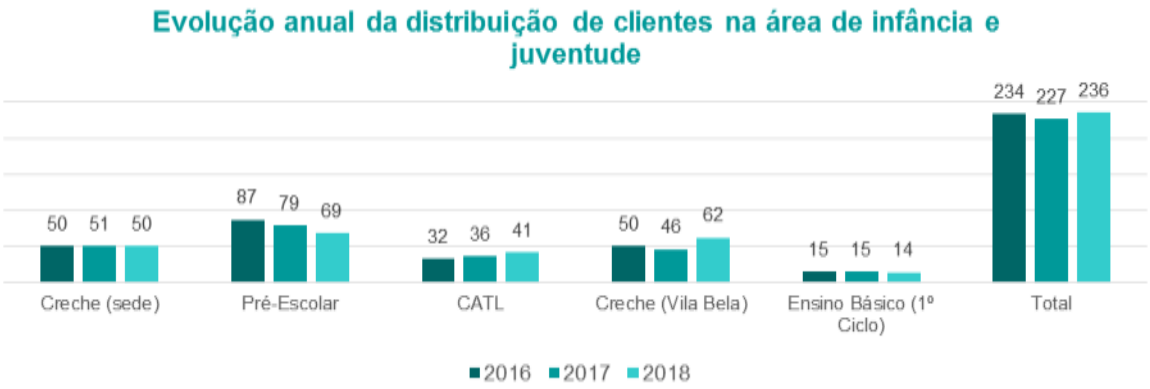


Gráfico 19 – Evolução Anual da Distribuição de Clientes na Área de Infância e Juventude

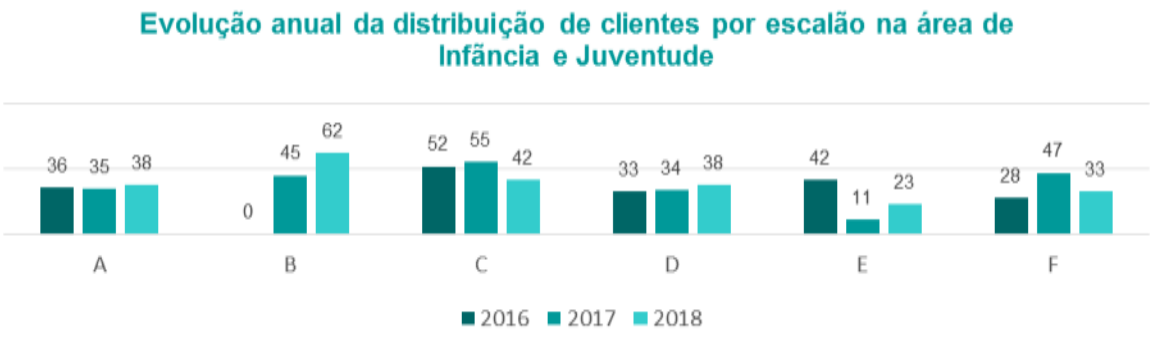


Gráfico 20 – Evolução Anual da Distribuição de Clientes por Escalão na Área de Infância e Juventude

3.3. Movimento de Clientes na Área de Acolhimento

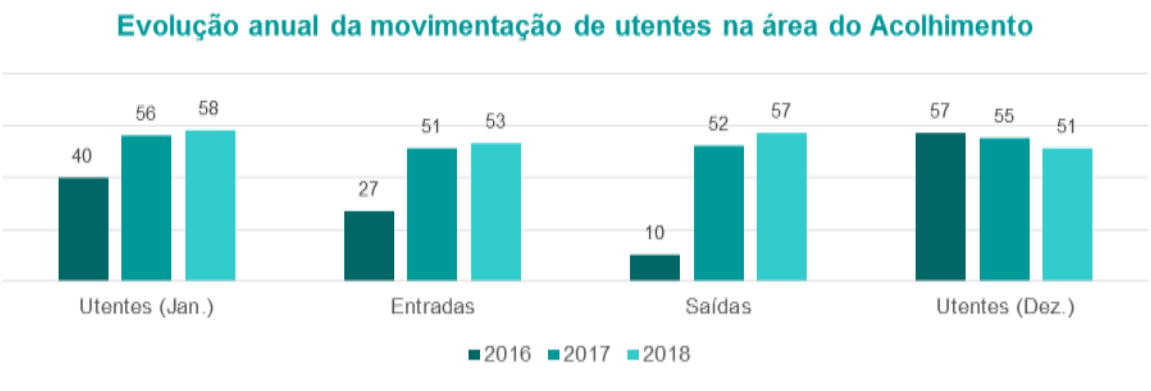


Gráfico 21 – Evolução Anual da Movimentação de utentes na Área do Acolhimento

3.4. Movimento de Clientes na Área para Portadores de Deficiência (Centro Integrado de Apoio à Deficiência)

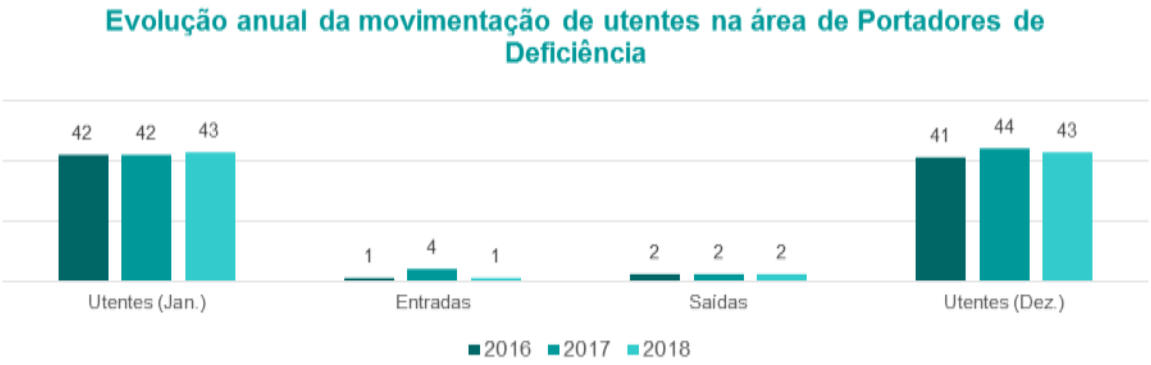
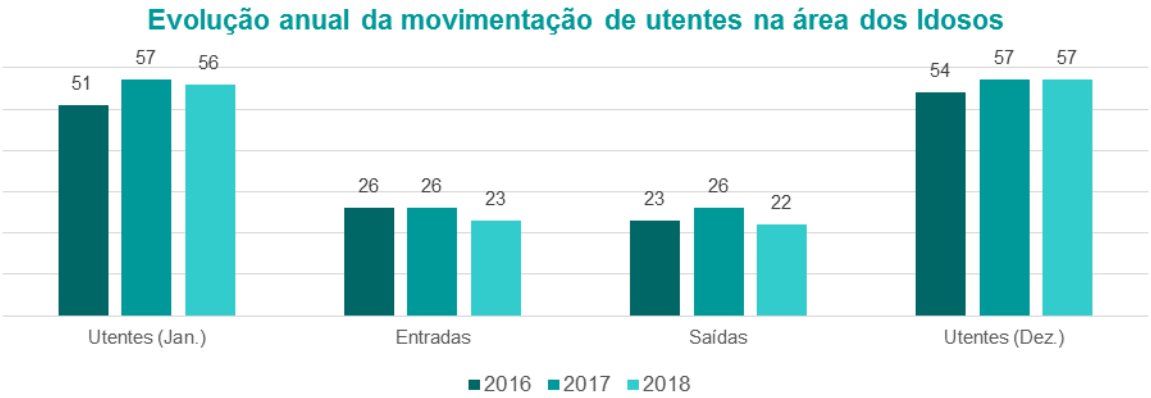


Gráfico 22 – Evolução Anual da Movimentação de Clientes na Área dos Portadores de Deficiência

3.5. Movimento de Clientes na Área de Idosos



FUNDAÇÃO COI * AO SERVIÇO DA COMUNIDADE

Gráfico 23 – Evolução Anual da Movimentação de Clientes na Área dos Idosos

3.5.1. Tipo de Serviço Prestado pelo Serviço de Apoio Domiciliário

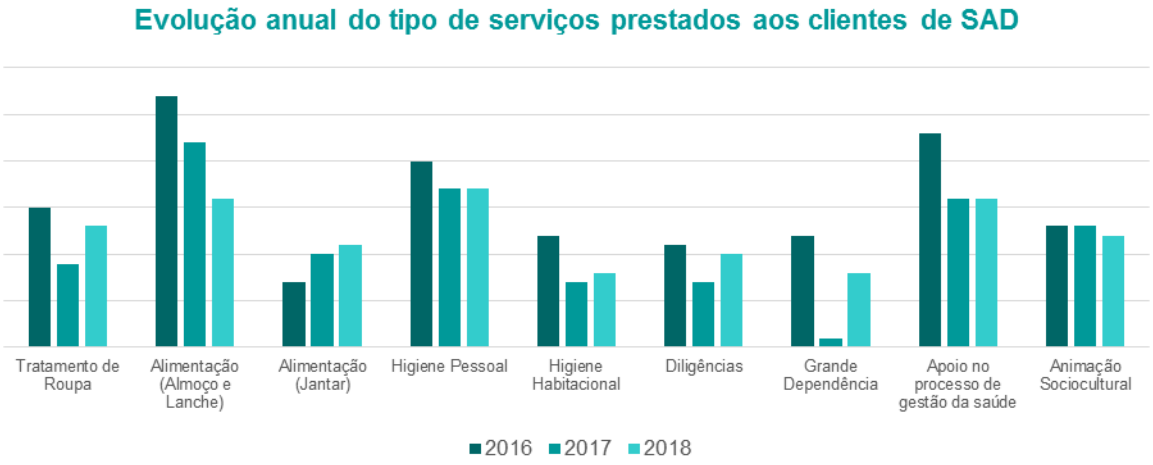


Gráfico 24 – Evolução Anual do Tipo de Serviços Prestados aos Clientes do SAD

FUNDAÇÃO COI * AO SERVIÇO DA COMUNIDADE

Parte II – Contas de Gerência

Análise Gráfica

Balanço

Demonstração de Resultados por Natureza

Mapa de Fundos Patrimoniais (N e N-1)

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Contas de Gerência

Certificação Legal das Contas

FUNDAÇÃO COI * AO SERVIÇO DA COMUNIDADE

Análise Gráfica

Balanço

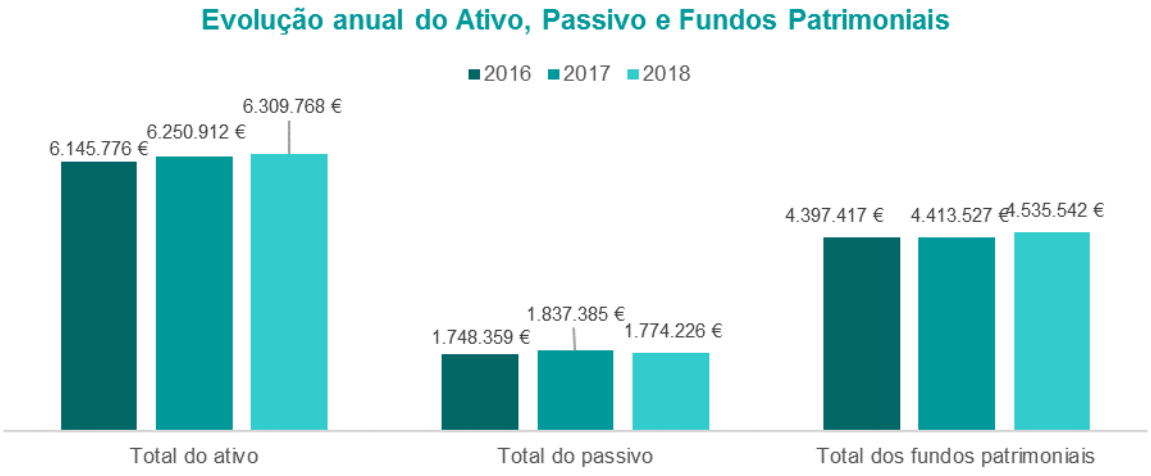


Gráfico 25 - Evolução Anual do Ativo, Passivo e Fundos Patrimoniais - Balanço

Demonstração de Resultados por Naturezas

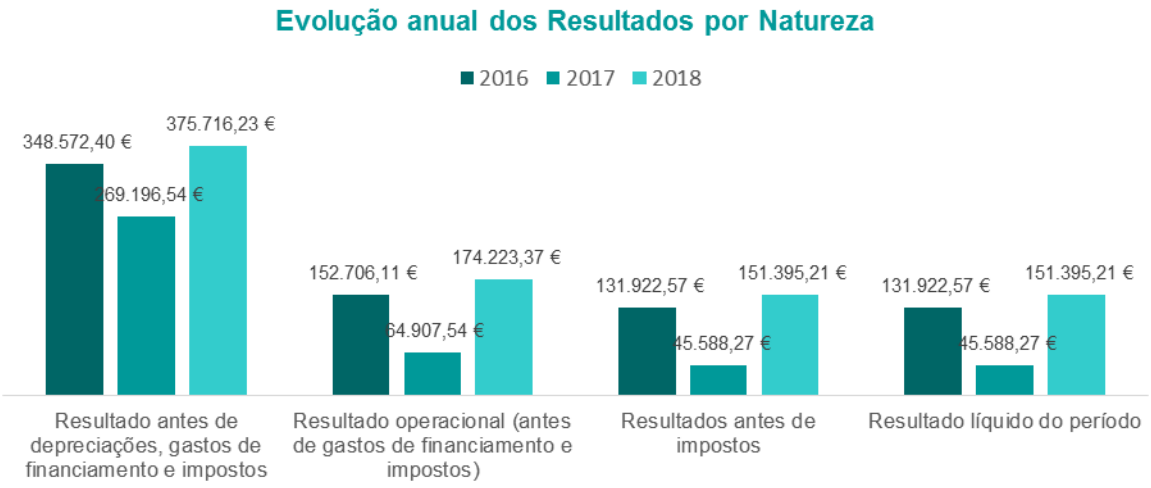


Gráfico 26 - Evolução Anual dos Resultados por Natureza - Demonstração de Resultados

Proposta de Aplicação do Resultado

Propõe-se que o resultado líquido do exercício de 151.395,21 € seja transferido para a conta de resultados transitados.

FUNDAÇÃO COI * AO SERVIÇO DA COMUNIDADE

Cash-Flow

Descrição	2016	2017	2018
Cash-Flow	453.788.86 €	314.877,27	402.888,07

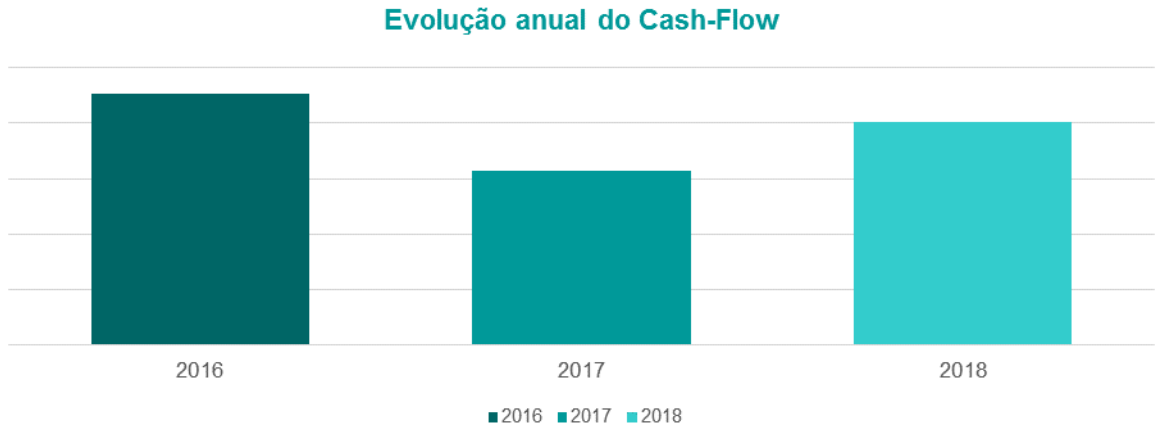


Gráfico 27 - Evolução Anual do Cash-Flow

FUNDAÇÃO COI * AO SERVIÇO DA COMUNIDADE

Balanço

Fundação COI **Contribuinte:** 507411978

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 **Moeda:** (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2018	31 DEZ 2017
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	5.032.222,61	5.190.667,08
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis	6	640,94	1.085,73
Investimentos financeiros	17.1	14.928,74	12.335,82
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		5.047.792,29	5.204.088,63
Activo corrente			
Inventários	9	132.955,98	124.003,56
Créditos a receber	17.3	107.029,55	75.728,16
Estado e outros entes públicos	17.9	22.504,43	54.241,32
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Diferimentos	17.5	99.406,67	35.324,11
Outros ativos correntes	17.4/17.8	249.055,44	214.307,38
Caixa e depósitos bancários	17.6	651.023,88	543.218,63
		1.261.975,95	1.046.823,16
Total do ativo		6.309.768,24	6.250.911,79
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	17.7	1.899.583,78	1.899.583,78
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados	17.7	1.310.301,77	1.264.713,50
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	17.7	1.174.261,14	1.203.641,52
		4.384.146,69	4.367.938,80
Resultado líquido do período	17.7	151.395,21	45.588,27
Total dos fundos patrimoniais		4.535.541,90	4.413.527,07
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	11	50.000,00	70.008,51
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	7/8	768.676,18	929.702,97
Outras contas a pagar		0,00	0,00
		818.676,18	999.711,48
Passivo corrente			
Fornecedores	17.8	142.926,75	147.073,73
Estado e outros entes públicos	17.9	64.065,14	58.304,62
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	7/8	260.894,29	158.848,78
Diferimentos	17.5	112.320,00	116.504,25
Outros passivos correntes	17.3/17.10	375.343,98	356.941,86
		955.550,16	837.673,24
Total do passivo		1.774.226,34	1.837.384,72
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		6.309.768,24	6.250.911,79

A Direcção

O responsável

Demonstração de Resultados por Natureza

Fundação COI **Contribuinte:** 507411978

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 **Moeda: EUROS**

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	10	1.153.993,94	1.037.190,95
Subsídios, doações e legados à exploração	17.11	2.587.376,60	2.702.396,85
Variação nos inventários da produção	9	3.422,33	509,47
Trabalhos para a própria entidade		73.973,67	75.854,64
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	-47.155,12	-43.667,48
Fornecimentos e serviços externos	17.12	-1.200.481,47	-1.330.404,91
Gastos com o pessoal	15	-2.296.399,94	-2.467.322,66
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)	11	17.000,00	150.000,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos	17.13	159.090,20	236.158,12
Outros gastos	17.14	-75.103,98	-91.518,44
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		**375.716,23**	**269.196,54**
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5/6	-201.492,86	-204.289,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		**174.223,37**	**64.907,54**
Juros e rendimentos similares obtidos	17.15	381,39	732,85
Juros e gastos similares suportados	17.15	-23.209,55	-20.052,12
Resultados antes de impostos		**151.395,21**	**45.588,27**
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		**151.395,21**	**45.588,27**

Mapa de Fundos Patrimoniais (N e N+1)

FUNDAÇÃO COI

Nif: 507 411 978

		Notas	Fundos Patrimoniais										
			Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Ajustramentos Act. Financ.	Excedentes reavaliação	Out.variaç fundos patrim.	Resultado liquido	Total	Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrim.
Posição no início do periodo n-1		1	1 899 583,78	0,00	0,00	1 132 790,93	0,00	0,00	1 233 119,90	131 922,57	4 397 417,18	0,00	4 397 417,18
Alterações ao período:													
Primeira adopção de novo referencial contabilistico			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de politicas contabilisticas			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeira			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do excedente de ver. de activos fixos tangiveis e intangíveis			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de reval. activos fixos tangiveis e intangiveis e resp. variações			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais			0,00	0,00	0,00	131 922,57	0,00	0,00	-29 478,38	-131 922,57	-29 478,38	0,00	-29 478,38
		2	0,00	0,00	0,00	131 922,57	0,00	0,00	-29 478,38	-131 922,57	-29 478,38	0,00	-29 478,38
Resultado líquido do período		3								45 588,27	45 588,27	0,00	45 588,27
Resultado Extensivo	(4=2+3)	4								-86 334,30	16 109,89	0,00	16 109,89
Operações com Instituidores no período													
Fundos			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios, doações e legados			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações (Aplicação Resultados)			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição no fim do período	(6=1+2+3+5)	6	**1 899 583,78**	**0,00**	**0,00**	**1 264 713,50**	**0,00**	**0,00**	**1 203 641,52**	**45 588,27**	**4 413 527,07**	**0,00**	**4 413 527,07**

FUNDAÇÃO COI

Nif: 507 411 978

		Notas	Fundos Patrimoniais										
			Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Ajustramentos Act. Financ.	Excedentes reavaliação	Out.variaç fundos patrim.	Resultado liquido	Total	Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrim.
Posição no início do periodo n		6	1 899 583,78	0,00	0,00	1 264 713,50	0,00	0,00	1 203 641,52	45 588,27	4 413 527,07	0,00	4 413 527,07
Alterações ao período:													
Primeira adopção de novo referencial contabilistico			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilisticas			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeira			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do excedente de ver. de activos fixos tangíveis e intangíveis			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de reval. activos fixos tangíveis e intangíveis e resp. variações			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais			0,00	0,00	0,00	45 588,27	0,00	0,00	-29 380,38	-45 588,27	-29 380,38	0,00	-29 380,38
		7	0,00	0,00	0,00	45 588,27	0,00	0,00	-29 380,38	-45 588,27	-29 380,38	0,00	-29 380,38
Resultado líquido do período		8								151 395,21	151 395,21	0,00	151 395,21
Resultado Extensivo	(9=7+8)	9								105 806,94	122 014,83	0,00	122 014,83
Operações com Instituidores no período													
Fundos			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios, doações e legados			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações (Aplicação Resultados)			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição no fim do período	(6+7+8+10)		**1 899 583,78**	**0,00**	**0,00**	**1 310 301,77**	**0,00**	**0,00**	**1 174 261,14**	**151 395,21**	**4 535 541,90**	**0,00**	**4 535 541,90**

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Fundação COI
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2018	2017
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		980.180,95	859.013,26
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		-1.269.200,16	-1.284.092,76
Pagamentos ao pessoal		-1.385.891,90	-1.436.627,47
Caixa gerada pelas operações		-1.674.911,11	-1.861.706,97
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		1.907.394,89	1.906.435,39
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		232.483,78	44.728,42
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-42.810,31	-378.008,16
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	50.000,00
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	-50.000,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		404,72	808,62
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-42.405,59	-377.199,54
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		100.000,00	340.000,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamentos		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-158.987,46	-160.806,66
Juros e gastos similares		-23.209,48	-20.042,26
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-82.196,94	159.151,08
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		107.881,25	-173.320,04
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	-0,18
Caixa e seus equivalentes no início do período		543.218,63	716.538,67
Caixa e seus equivalentes no fim do período		651.023,88	543.218,63

A Direcção

O Responsável

FUNDAÇÃO COI * AO SERVIÇO DA COMUNIDADE

Anexo às Contas de Gerência

FUNDAÇÃO COI

Conta de Gerência

2018

Anexo

Índice

1 Identificação da Entidade 3
2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras 4
3 Principais Políticas Contabilísticas 4
3.1 Bases de Apresentação 5
3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração 6
Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros: 14
5 Activos Fixos Tangíveis 14
6 Activos Intangíveis 16
7 Locações 17
8 Custos de Empréstimos Obtidos 17
9 Inventários 18
10 Rédito 19
11 Provisões, passivos contingentes e activos contingentes 19
12 Subsídios do Governo e apoios do Governo 19
13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio 20
14 Imposto sobre o Rendimento 20
15 Benefícios dos empregados e Órgãos Directivos 20
16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais 21
17 Outras Informações 21
17.1 Investimentos Financeiros 21
17.2 Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros 21
17.3 Créditos a Receber 21
17.4 Outros Activos Correntes 22
17.5 Diferimentos 22
17.6 Caixa e Depósitos Bancários 23
17.7 Fundos Patrimoniais 23
17.8 Fornecedores 23
17.9 Estado e Outros Entes Públicos 24
17.10 Outros Passivos Correntes 24
17.11 Subsídios, doações e legados à exploração 24
17.12 Fornecimentos e serviços externos 25
17.13 Outros rendimentos e ganhos 25
17.14 Outros gastos e perdas 25
17.15 Resultados Financeiros 26
17.16 Acontecimentos após data de Balanço 26

1 | Identificação da Entidade

1.1 Designação da entidade

Fundação COI

Na sua forma jurídica assume-se como uma instituição de direito privado e utilidade pública, conforme publicação no Diário do Governo, III Série nº 31, de 13 de Fevereiro de 2006, reconhecida como Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), conforme Decreto-Lei nº 119/83, 25 de Fevereiro.

1.2 Sede

Avenida Zeca Afonso, 2955-220 Pinhal Novo

1.3 NIPC

507 411 978

1.4 Natureza da actividade

A Instituição foi constituída em 2005 e apresenta como fins estatutários contribuir para a promoção do Concelho de Palmela, particularmente da Freguesia de Pinhal Novo e sua população, em parceria com outras entidades e serviços competentes, através da concessão de bens e da prestação de serviços de apoio a crianças e a jovens, apoio à família, apoio à integração social e comunitária, proteção dos cidadãos na velhice e invalidez e em todas as situações de falta ou diminuição de meio de subsistência ou de capacidade para o trabalho. A Fundação COI tem, ainda como objetivo a cooperação no âmbito nacional e internacional e a educação e formação profissional dos cidadãos. A Fundação COI poderá ainda promover, além dos objetivos enumerados, outras atividades de solidariedade social, bem como outros fins que com eles estejam relacionados sendo que o seu âmbito de ação se estende a todo o distrito de Setúbal, particularmente ao Concelho de Palmela e em especial à freguesia de Pinhal Novo. Pode ainda desenvolver atividades económicas e comerciais, para a sua sustentabilidade financeira na prossecução dos seus fins, desde que, estas atividades tenham em atenção o disposto no artigo 192º,nº2 alínea c) do Código Civil. Desenvolvendo actualmente as seguintes respostas:

- CRECHE
- JARDIM INFANTIL
- CENTRO DE ATIVIDADES DE TEMPOS LIVRES
- 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO
- RESIDÊNCIA DE IDOSOS
- SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO
- LAR RESIDENCIAL
- RESIDÊNCIA AUTÓNOMA
- CENTRO DE ATIVIDADES OCUPACIONAIS
- LAR DE CRIANÇAS E JOVENS
- CENTRO DE ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO PARA CRIANÇAS EM RISCO DOS 0 AOS 6 ANOS
- CENTRO DE ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO PARA CRIANÇAS/JOVENS EM RISCO DOS 12 AOS 18 ANOS
- PROTOCOLO DE RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO
- CENTRO DE APOIO FAMILIAR E ACONSELHAMENTO PARENTAL
- BANCO DE AJUDAS TÉCNICAS
- LOJA SOCIAL
- CANTINA SOCIAL
- ALOJAMENTO DE EMERGÊNCIA SOCIAL
- CLINICOI
- FARMATURAL
- QUINTA PEDAGÓGICA

1.5 Benefícios dos empregados e Órgãos Directivos

Os membros dos órgãos directivos, para os periodos de 2017 e 2018, foram, respectivamente:

Exercício de 2017	
Cargo	Nome
PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	Carlos Marques Taleço
VOGAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	Mara Susana Machado Ribeiro Rebelo
VOGAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	José Roderico Piegas

O Presidente do Conselho de Administração não usufrui de qualquer remuneração.

As Vogais do Conselho de Administração não usufruem quaisquer remunerações referente a este cargo.

Exercício de 2018	
Cargo	Nome
PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	Carlos Marques Taleço
VOGAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	Mara Susana Machado Ribeiro Rebelo
VOGAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	José Roderico Piegas

O Presidente do Conselho de Administração e o Vogal José Piegas não usufruem de qualquer remuneração.

A Vogal do Conselho de Administração Mara Rebelo não usufrui qualquer remuneração referente a este cargo.

2 | Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2018 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de Junho. No Anexo do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI)

3 | Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adoptadas pela Entidade na preparação das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respectivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. Considera-se que as omissões ou declarações incorrectas de itens são materiais se puderem, individualmente ou colectivamente influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. A dimensão ou a natureza do item, ou uma combinação de ambas, pode ser o factor determinante.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transacções ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração de alterações nos fundos patrimoniais e na demonstração de fluxos de caixa ou no anexo. Se uma linha de item não for individualmente material, ela é agregada a outros itens, seja na face dessas demonstrações, seja nas notas do anexo. Um item que não seja suficientemente material para justificar a sua apresentação separada na face dessas

demonstrações pode porém ser suficientemente material para que seja apresentado separadamente nas notas do anexo.

3.1.5 Compensação

Os activos e passivos, e os rendimentos e gastos, não devem ser compensados. É importante que os activos e passivos e os rendimentos e gastos sejam separadamente relatados. A compensação quer na demonstração dos resultados quer no balanço, excepto quando a mesma reflicta a substância da transacção ou outros acontecimentos, prejudica a capacidade dos utentes em compreender as transacções, outros acontecimentos e condições que tenham ocorrido e de avaliar os futuros fluxos de caixa da entidade.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa deve ser incluída para a informação descritiva quando for relevante para compreensão das demonstrações financeiras do período corrente.

Por alteração de políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

a) A natureza da reclassificação;

b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e

c) Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Activos Fixos Tangíveis

Os "Activos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os activos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha recta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos periodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	-----
Edificios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	4
Equipamento biológico	-----
Equipamento administrativo	6
Outros Activos fixos tangíveis	6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada activo, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontra espelhada na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

3.2.2 Bens do património histórico e cultural

Os "Bens do património histórico e cultural" encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração é também efectuada para os bens cujo valor de transacção careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta "Variações nos fundos patrimoniais"

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como activos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do activo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciáveis. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciáveis, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.2.3 Outros Créditos e Activos não Correntes

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes activos não se destinam à produção de bens ou ao fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da actividade corrente dos negócios.

As "Propriedades de Investimento" são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efectuada por Entidade especializada independente. São reconhecidos directamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica "Aumentos/reduções de justo valor", as variações no justo valor das propriedades de investimento.

Só após o início da utilização dos activos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica "Propriedades de investimento em desenvolvimento" até à conclusão da construção ou promoção do activo.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como "Variação de valor das propriedades de investimento", que tem reflexo directo na Demonstração dos Resultados.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respectivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

3.2.4 Activos Intangíveis

Os "Activos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as "Despesas de investigação" incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os activos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha recta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projectos de Desenvolvimento	-----
Programas de Computador	3
Propriedade industrial	-----
Outros Activos Intangíveis	-----

O valor residual de um "Activo Intangível" com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, excepto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o activo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado activo para este activo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.5 Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os "Investimentos Financeiros" são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efectuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um Goodwill, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um Badwill (ou Negative Goodwill) quando a diferença seja negativa. O Goodwill encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efectuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do Goodwill, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos activos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida directamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do Goodwill relativo a essa Entidade, excepto quando o negócio a que esse Goodwill está afecto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Activos, o Goodwill não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

3.2.6 Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adopta como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra directa e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das actividades presentes e futuras ou dos serviços que lhes estão associados não estão directamente relacionados com a capacidade de gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.7 Instrumentos Financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com excepção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro excepto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
    - Alterações no risco segurado;
    - Alterações na taxa de câmbio;
    - Entrada em incumprimento de uma das partes;
    - Locações, excepto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
        - Alterações no preço do bem locado;
        - Alterações na taxa de câmbio
        - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

<u>Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros</u>

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/ beneméritos/ patrocinadores /doadores /associados /membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no activo pela quantia realizável.

Créditos a Receber

Os "Créditos a Receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objectiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efectiva inicial, que será nula quando se perspectiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Activo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Activos não Correntes.

Outros activos e passivos Correntes

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transacção só podem ser incluídos na mensuração inicial do activo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus activos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objectiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Activos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outros passivos Correntes

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outros passivos correntes" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;

- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.9 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objecto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam reflectir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Activos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.10 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os "Empréstimo Obtidos" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

Os "Encargos Financeiros" de "Empréstimos Obtidos" relacionados com a aquisição, construção ou produção de "Investimentos" são capitalizados, sendo parte integrante do custo do activo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o activo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as actividades indispensáveis à preparação do activo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as actividades necessárias para preparar o activo para o seu uso venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das actividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob o qual o contrato é realizado; ou

- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da "Substância sobre a forma", isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Activos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respectivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos directos iniciais são acrescidos ao valor do activo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o activo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos".

3.2.11 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC):

a) "As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;

b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;

c) As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

"A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das actividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

a) Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominante, de actividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

b) Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao

director -geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse directo ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das actividades económicas por elas prosseguidas."

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa aplicável sobre a matéria colectável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da colecta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (para a Segurança Social, cinco anos até 2013 e doze anos a partir de 2013), excepto quando estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2009 a 2012 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4 | Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 | Activos Fixos Tangíveis

Outros Activos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Activos Fixos Tangíveis

Exercício de 2017						
Descrição (Activo)	**Saldo inicial**	**Aumentos**	**Abates**	**Transferências**	**Revalorizações**	**Saldo final**
Terreno e recursos naturais	220 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	220 000,00
Edifícios e outras construções	5 678 972,20	340 000,00	0,00	0,00	0,00	6 018 972,20
Equipamento Básico	715 435,08	10 314,34	0,00	0,00	0,00	725 749,42
Equipamento de transporte	266 186,11	7 000,00	0,00	0,00	0,00	273 186,11
Equipamento biológico	1 415,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 415,00
Equipamento administrativo	337 826,85	9 797,57	0,00	0,00	0,00	347 624,42
Outros activos fixos tangíveis	284 786,91	9 721,01	0,00	0,00	0,00	294 507,92
Imobilizações em curso	60 243,70	0,00	0,00	0,00	0,00	60 243,70
Total	**7 564 865,85**	**376 832,92**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**7 941 698,77**

Depreciações de Activos Fixos Tangíveis

Exercício de 2017				
Descrição (Gasto)	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Terreno e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edificios e outras construções	1 133 998,42	138 009,69	0,00	1 272 008,11
Equipamento Básico	599 969,53	32 768,39	0,00	632 737,92
Equipamento de transporte	243 905,38	12 890,38	0,00	256 795,76
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	329 119,44	10 001,75	0,00	339 121,19
Outros activos fixos tangíveis	240 500,27	9 868,44	0,00	250 368,71
Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	**2 547 493,04**	**203 538,65**	**0,00**	**2 751 031,69**

Activos Fixos Tangíveis

Exercício de 2018						
Descrição (Activo)	Saldo inicial	Aumentos	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Terreno e recursos naturais	220 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	220 000,00
Edificios e outras construções	6 018 972,20	0,00	0,00	0,00	0,00	6 018 972,20
Equipamento Básico	725 749,42	6 913,64	0,00	0,00	0,00	732 663,06
Equipamento de transporte	273 186,11	0,00	0,00	0,00	0,00	273 186,11
Equipamento biológico	1 415,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 415,00
Equipamento administrativo	347 624,42	35 589,96	0,00	0,00	0,00	383 214,38
Outros activos fixos tangíveis	294 507,92	0,00	0,00	0,00	0,00	294 507,92
Imobilizações em curso	60 243,70	0,00	0,00	0,00	0,00	60 243,70
Total	**7 941 698,77**	**42 503,60**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**7 984 202,37**

Depreciações de Activos Fixos Tangíveis

Exercício de 2018				
Descrição (Gasto)	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Terreno e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edificios e outras construções	1 272 008,11	138 009,69	0,00	1 410 017,80
Equipamento Básico	632 737,92	25 254,35	0,00	657 992,27
Equipamento de transporte	256 795,76	12 890,36	0,00	269 686,12
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	339 121,19	16 838,33	0,00	355 959,52
Outros activos fixos tangíveis	250 368,71	7 955,34	0,00	258 324,05
Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	**2 751 031,69**	**200 948,07**	**0,00**	**2 951 979,76**

Ano	Total Activos Fixos Tangíveis	Total Deprec. Acumuladas	Activo Liquido
2017	7 941 698,77	2 751 031,69	5 190 667,08
2018	7 984 202,37	2 951 979,76	5 032 222,61

6 | Activos Intangíveis

Outros Activos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Activos Intangíveis

Exercício de 2017						
Descrição (Activo)	**Saldo inicial**	**Aumentos**	**Abates**	**Transferências**	**Revalorizações**	**Saldo final**
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projectos de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador	9 909,87	1 836,08	0,00	0,00	0,00	11 745,95
Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros activos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	**9 909,87**	**1 836,08**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**11 745,95**

Depreciações de Activos Intangíveis

Exercício de 2017				
Descrição (Gasto)	**Saldo inicial**	**Aumentos**	**Reduções**	**Saldo final**
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00
Projectos de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador	9 909,87	750,35	0,00	10 660,22
Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros activos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	**9 909,87**	**750,35**	**0,00**	**10 660,22**

Activos Intangíveis

Exercício de 2018						
Descrição (Activo)	**Saldo inicial**	**Aumentos**	**Abates**	**Transferências**	**Revalorizações**	**Saldo final**
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projectos de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador	11 745,95	0,00	0,00	0,00	0,00	11 745,95
Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros activos intangíveis	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00
Total	**11 745,95**	**100,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**11 845,95**

Depreciações de Activos Intangíveis

Exercício de 2018				
Descrição (Gasto)	**Saldo inicial**	**Aumentos**	**Reduções**	**Saldo final**
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00
Projectos de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador	10 660,22	542,79	0,00	11 203,01
Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros activos intangíveis		2,00	0,00	2,00
Total	**10 660,22**	**544,79**	**0,00**	**11 205,01**

Ano	Total Activos Fixos Tangíveis	Total Deprec. Acumuladas	Activo Liquido
2017	11 745,95	10 660,22	1 085,73
2018	11 845,95	11 205,01	640,94

7 | Locações

A Entidade detinha os seguintes activos adquiridos com recurso à locação financeira:

	2018			2017		
Descrição	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada
Equipamento básico						
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

Plano estrutural das Locações:

2018	Locação financeira inicial	Capital amortizado no ano	Loc. Financeiras - Passivo Corrente	Loc. Financeiras - Passivo Não Corrente
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
			0,00	

8 | Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	Exercício de 2018			Exercício de 2017		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos bancários	23 209,48	0,00	23 209,48	19 886,57	0,00	19 886,57
Locações financeiras	0,00	0,00	0,00	155,69	0,00	155,69
Descobertos bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas caucionadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas bancárias de factoring	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas bancárias de letras descontadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	**23 209,48**	**0,00**	**23 209,48**	**20 042,26**	**0,00**	**20 042,26**

Estrutura dos Financiamentos Obtidos – Capital em Divida Corrente e Não Corrente

Estrutura dos Financiamentos Obtidos - Capital em Divida Corrente e Não Corrente

Descrição	Exercício de 2018			Exercício de 2017		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos bancários	260 894,29	768 676,18	1 029 570,47	158 848,78	929 702,97	1 088 551,75
Locações financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descobertos bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas caucionadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas bancárias de factoring	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas bancárias de letras descontadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	260 894,29	768 676,18	1 029 570,47	158 848,78	929 702,97	1 088 551,75

Para fazer face aos financiamentos obtidos, a Instituição deu como garantia hipotecária, os seguintes imóveis:

Edifícios	Valor da Hipoteca	Instituição Financeira
Lar Residencial	600.000,00 €	C.G.D. - MLP Outro Sector Exceto Construção
Comunidade Inserção	400.000,00 €	C.G.D. – MLP Construção
Residência de Idosos	439.200,00 €	C.G.D. – MLP Migração

9 | Inventários

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2018 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	Exercício de 2017				Exercício de 2018		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, Subs. Consumo	120 938,75	110 348,53	0,00	124 003,56	116 223,27	0,00	132 955,98
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desp., resid. Interm.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	**120 938,75**	**110 348,53**	**0,00**	**124 003,56**	**116 223,27**	**0,00**	**132 955,98**
Custo Merc. Vend. Mat. Consumidas	0,00	107 283,72	0,00	107 283,72	107 270,85	0,00	107 270,85
Variações nos invent. Produção	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Total	**0,00**	**107 283,72**	**0,00**	**107 283,72**	**107 270,85**	**0,00**	**107 270,85**

De referenciar que em stocks /Inventário, para além dos classificados na conta 61 "CMVMC", existem diversos bens e produtos, cujo o consumo é contabilizado na conta 62 "Fornecimentos e Serviços Externos", em 2018 perfaz o valor de 59.922,54 €.
O CMVMC discrimina-se da seguinte forma:

Conta 61	47.348,31 €
Conta 62	59.922,54 €
Total	107.270,85 €

10 | Rédito

Para os períodos de 2017 e 2018 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2017	2018
Vendas	44 668,29	50 819,26
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores (Mensalidades)	755 741,61	775 226,54
Quotas e joias	0,00	0,00
Serviços Secundários	49 541,55	47 528,48
Rendimentos de patrocinadores e colaboradores	187 239,50	280 419,66
Juros	0,00	0,00
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	**1 037 190,95**	**1 153 993,94**

11 | Provisões, passivos contingentes e activos contingentes

Provisões

Nos períodos de 2018 e 2017, ocorreram as seguintes variações relativas a provisões:

Descrição	2016	Aumentos	Diminuições	2017
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Garantias a clientes	0,00	0,00	0,00	0,00
Processos judiciais em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias ambientais	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos onerosos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões específicas do sector	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras provisões	284.717,37	67.000,00	281.708,86	70.008,51
Total	**284.717,37**	**67.000,00**	**281.708,86**	**70.008,51**
Descrição	**2017**	**Aumentos**	**Diminuições**	**2018**
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Garantias a clientes	0,00	0,00	0,00	0,00
Processos judiciais em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias ambientais	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos onerosos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões específicas do sector	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras provisões	70.008,51	50.000,00	70.008,56	50.000,00
Total	**70.008,51**	**50.000,00**	**70.008,56**	**50.000,00**

12 Subsídios do Governo e apoios do Governo

Relativamente aos saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo", os mesmos estão discriminados ao pormenor na nota 17.13.

13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

- Nesta rubrica não existe nada a evidenciar.

14 Imposto sobre o Rendimento

O imposto corrente é no montante de 0,00€.

15 Benefícios dos empregados e Órgãos Directivos

Os membros dos órgãos diretivos, para os períodos de 2017 e 2018, foram, respetivamente:

Exercício de 2017	
Cargo	Nome
PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	Carlos Marques Taleço
VOGAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	Mara Susana Machado Ribeiro Rebelo
VOGAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	José Roderico Piegas

O Presidente do Conselho de Administração não usufrui de qualquer remuneração.

As Vogais do Conselho de Administração não usufruem quaisquer remunerações referente a este cargo.

Exercício de 2018	
Cargo	Nome
PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	Carlos Marques Taleço
VOGAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	Mara Susana Machado Ribeiro Rebelo
VOGAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	José Roderico Piegas

O Presidente do Conselho de Administração e o Vogal José Piegas não usufruem de qualquer remuneração.

A Vogal do Conselho de Administração Mara Rebelo não usufrui qualquer remuneração referente a este cargo.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2017	2018
Remunerações aos Orgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	1 895 792,72	1 784 614,21
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	47 075,50	4 764,07
Encargos sobre as Remunerações	401 687,72	376 861,51
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	11 993,59	16 751,49
Gastos de Acção Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	110 773,13	113 408,66
Total	**2 467 322,66**	**2 296 399,94**

N.º médio de pessoas ao serviço da Entidade	**193**	**204**

16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

17.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2018, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2017	2018
Investimentos em subsidiárias	**0,00**	**0,00**
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em associadas	**0,00**	**0,00**
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	**0,00**	**0,00**
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos noutras empresas	**0,00**	**0,00**
Outros investimentos financeiros	**12 335,82**	**14 928,74**
Perdas por Imparidade Acumuladas	**0,00**	**0,00**
Total	**12 335,82**	**14 928,74**

17.2 Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

- Nesta rubrica não existe nada a evidenciar.

17.3 Créditos a Receber

Para os períodos de 2017 e 2018 a rubrica "Créditos a Receber" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2017	2018
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	34 358,87	90 853,41
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Clientes e Utentes factoring		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	41 369,29	16 176,14
Total	**75 728,16**	**107 029,55**

Passivo:		
Descrição	**2017**	**2018**
Adiantamentos a Clientes/Utentes	5.889,83	6 720,70
Total	**5.889,83**	**6 720,70**

Nos períodos de 2017 e 2018 foram registadas as seguintes "Perdas por Imparidade":

Descrição	2017	2018
Clientes		
Utentes	0,00	0,00
Total	**0,00**	**0,00**

17.4 Outros Activos Correntes

A rubrica "Outros activos correntes" tinha, em 31 de Dezembro de 2017 e 2018, a seguinte decomposição:

Descrição	2017	2018
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos ao pessoal	758,96	108,98
Adiantamentos a Fornecedores	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	18 415,50	13 485,52
Outras operações	0,00	0,00
Outros Devedores	194 867,13	234 442,44
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Total	**214 041,59**	**248 036,94**

17.5 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2018, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2018
Gastos a reconhecer		
- Seguros	16 260,57	15 953,83
- Obras de Conserv. E Reparação	18 700,76	82 588,54
- Outras Despesas	362,78	864,30
-	0,00	0,00
Total	**35 324,11**	**99 406,67**

Rendimentos a reconhecer		
- Outras Receitas com Proveito Diferido	116 504,25	112 320,00
-	0,00	0,00
-	0,00	0,00
Total	**116 504,25**	**112 320,00**

17.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2017 e 2018, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2017	2018
Caixa	541,05	2 417,31
Depósitos à ordem	222 677,58	328 606,57
Depósitos a prazo	320 000,00	320 000,00
Outros	0,00	0,00
	0,00	0,00
Total	**543 218,63**	**651 023,88**

17.7 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	1 899 583,78	0,00	0,00	1 899 583,78
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	1 264 713,50	45 588,27	0,00	1 310 301,77
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	1 203 641,52	100,00	-29 480,38	1 174 261,14
Fundos Patrimoniais	**4 367 938,80**	**45 688,27**	**-29 480,38**	**4 384 146,69**
Resultado Liquido	45 588,27			151 395,21
Total do Fundo de Capital	**4 413 527,07**			**4 535 541,90**

17.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2017	2018
Passivo		
Fornecedores c/c	147 073,73	142 926,75
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores facturas em recepção e conferência	0,00	0,00
Total	**147 073,73**	**142 926,75**
Activo		
Adiantamentos Fornecedores	265,79	1 018,50
Total	**265,79**	**1 018,50**

17.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2018
Activo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	17 443,98	16 727,12
Outros Impostos e Taxas	36 797,34	5 777,31
Total	**54 241,32**	**22 504,43**
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	9 902,88	1 136,47
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singualres (IRS)	10 251,18	14 127,32
Segurança Social	38 124,11	48 238,48
Outros Impostos e Taxas	26,45	562,87
Total	**58 304,62**	**64 065,14**

17.10 Outros Passivos Correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2017		2018	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar	0,00	395,60	0,00	0,00
Cauções	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações	0,00	12 091,59	0,00	11 891,43
Perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00	0,00	0,00
Fornecedores de Investimentos	**0,00**	0,00	**0,00**	0,00
Credores por acréscimo de gastos	**0,00**	335 350,05	**0,00**	339 466,12
Outros credores	**0,00**	3 214,79	**0,00**	17 265,73
Total	**0,00**	**351 052,03**	**0,00**	**368 623,28**

17.11 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2017 e 2018, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2017	2018
Subsídios do Estado e outros entes públicos	2 368 244,09	2 386 696,84
Subsídios de outras entidades	317 149,14	192 871,23
Doações e heranças	17 003,62	7 808,53
Legados	0,00	0,00
Total	**2 702 396,85**	**2 587 376,60**

17.12 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2018, foi a seguinte:

Descrição	2017	2018
Subcontratos	490 385,15	387 234,32
Serviços especializados	322 090,83	311 326,61
Materiais	61 384,09	61 151,68
Energia e fluidos	148 946,19	147 413,66
Deslocações, estadas e transportes	10 336,92	8 716,66
Serviços diversos	297 261,73	284 638,54
Total	**1 330 404,91**	**1 200 481,47**

17.13 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2018
Rendimentos Suplementares	72 834,17	73 785,07
Descontos de pronto pagamento obtidos	82,20	45,00
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	163 241,75	85 260,13
Total	**236 158,12**	**159 090,20**

17.14 Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2018
Impostos	2 245,87	3 137,19
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Dívidas incobráveis	0,00	8 923,61
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	0,00	0,00
Gastos e perdas investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos e Perdas	89 272,57	63 043,18
Total	**91 518,44**	**75 103,98**

17.15 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2018 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2017	2018
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	20 052,12	23 209,55
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
Total	**20 052,12**	**23 209,55**
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	732,85	381,39
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	**732,85**	**381,39**
Resultados Financeiros	**-19 319,27**	**-22 828,16**

17.16 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2018.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Pinhal Novo, 25 de Março de 2019

O Técnico Oficial de Contas

TOC 58039

O Conselho de Administração

Parecer do Conselho Fiscal

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Relatório

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, acompanhámos durante o exercício de 2018, a atividade da Fundação COI, foram examinados os livros, registos contabilísticos e demais documentação, foi constatada a observância da Lei e dos estatutos e obtivemos sempre do Conselho de Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados. O Conselho Fiscal apreciou o Relatório Anual da PINTO LEITE & MACHADO VAZ (Sociedade de Revisores) sobre a fiscalização efetuada, cujo conteúdo mereceu a nossa concordância e que, nos termos da lei, fica a fazer parte integrante do presente relatório.

O Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração dos Resultados por Funções, a Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais e a Demonstração dos Fluxos de Caixa, o Anexo e o Relatório de Atividades, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas, com a qual concordamos, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Fundação e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. Os critérios valorimétricos utilizados merecem a nossa concordância.

Parecer

Assim, somos de parecer:

1. Que sejam aprovados o Relatório de Atividades, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração dos Resultados por Funções, a Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais e a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, apresentados pelo Conselho de Administração, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018;

2. Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Pinhal Novo, 02 de Abril de 2019

O CONSELHO FISCAL

Armando Augusto Dias

Sérgio Manuel Guerreiro Martins Caeiro

Pedro Manuel Afonso Pereira

Certificação Legal das Contas

PINTO LEITE & MACHADO VAZ
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

1. Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Fundação COI, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 6.309.768 euros e um total de fundos patrimoniais de 4.535.542 euros, incluindo um resultado líquido de 151.395 euros), a demonstração dos resultados por natureza, o mapa de fundos patrimoniais, a demonstração dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas

2. As demonstrações financeiras anexas apresentam todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião

3. A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo.

4. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

5. Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

6. A rubrica "Outras provisões" inclui 50.000 euros referente a obras de reparação, de remodelação e de manutenção de equipamentos, a realizar no futuro. Esta provisão foi

constituída tendo em conta o princípio da prudência, e trata-se de uma obrigação construtiva.

7. Conforme referido no ponto "17.4 – Outros activos correntes" do anexo às contas, a rubrica de outros devedores inclui o montante de 80.405 euros relativamente a uma dívida da Popular FM para com a F. COI. Face ao incumprimento do acordo, vai a Fundação intentar uma ação judicial com vista à recuperação do valor em falta. Para o efeito não foi reconhecida qualquer imparidade por ser da convicção da Administração que este montante, face aos activos do devedor, é totalmente recuperável.

8. A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidade do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

9. O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório de atividades nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

10. O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

11. A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as I S A detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos

utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

12. Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia o controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas usadas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através de Sistema de Normalização;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilístia e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

13. A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividades com as demonstrações financeiras.

FUNDAÇÃO COI * AO SERVIÇO DA COMUNIDADE

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de atividades

14. Em nossa opinião, o relatório de atividades foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 2 de abril de 2019

Pinto Leite & Machado Vaz

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Representada por João Pinto Leite (Nº de Registo na OROC: 1281; Nº de Registo na CMVM:20160892)

PINTO LEITE & MACHADO VAZ – SROC, LDA. • NIF: 508331005• INSCRITA NA OROC SOB O Nº 212
AVENIDA INFANTE SANTO,33,3ºB• 1350-177 • LISBOA• TELEF: 21 134 04 09
CAMINHO DA FONTE DE CIMA, 55, LOJA 128 • 4150-338 •PORTO• TELEF.: 22 095 05 82

FUNDAÇÃO COI
de mãos dadas
com a solidariedade
Pinhal Novo
1980
AO SERVIÇO DA COMUNIDADE
AO SERVIÇO DA COMUNIDADE
www.fundacao-coi.pt
fundacao@fundacao-coi.pt